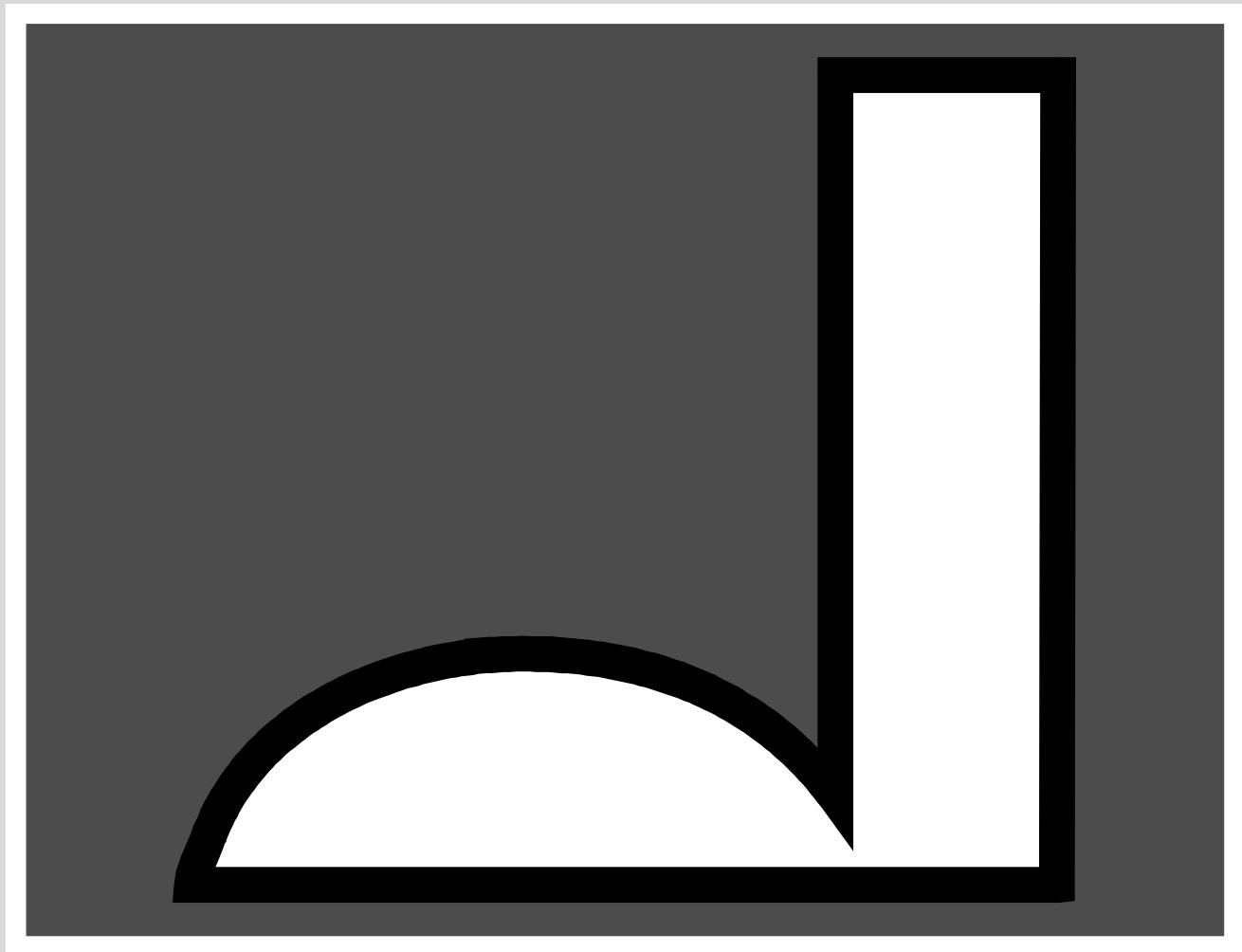




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Projeto de Lei nº 40, de 2005 - CN, “que Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2006”. (Mensagem nº 104, de 2005 - CN - nº 560/2005, na origem)

Mensagem Presidencial

ANO LX - SUP “A” AO Nº 139 - SEXTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Sihessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT	Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2006
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA**

MENSAGEM PRESIDENCIAL

**Brasília, DF
2005**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal - SOF
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: 0(XX)61 3348-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamentos da União exercício financeiro 2006 :
projeto de lei orçamentária. – Brasília: MP, SOF, 2005.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v. 1 Texto do projeto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v. 2 Consolidação dos programas de governo – v. 3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União -- v. 4 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v. 6 Orçamento de investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2006. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2006"
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Dec. n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Presidência da República

Vice-Presidente da República
Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
Advogado-Geral da União
Chefe da Controladoria -Geral da União
Secretário do Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social e Relações Institucionais
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca
Secretaria Especial de Políticas de Promoção
da Igualdade Racial

Luiz Inácio Lula da Silva

José Alencar Gomes da Silva
Luiz Dulci
Dilma Rousseff
Jorge Armando Felix
Alvaro Ribeiro Costa
Waldir Pires

Jacques Wagner
Nilcéa Freire
José Fritsch

Matilde Ribeiro

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ministro das Cidades
Ministro da Ciência e Tecnologia
Ministro das Comunicações
Ministro da Cultura
Ministro da Defesa
Ministro do Desenvolvimento Agrário
Ministro do Desenvolvimento, Indústria e
Comércio Exterior
Ministro do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome
Ministro da Educação
Ministro do Esporte
Ministro da Fazenda
Ministro da Integração Nacional
Ministro da Justiça
Ministra do Meio Ambiente
Ministra de Minas e Energia
Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministro da Previdência Social
Ministro das Relações Exteriores
Ministro da Saúde
Ministro do Trabalho e Emprego
Ministro dos Transportes
Ministro do Turismo

Roberto Rodrigues
Márcio Fortes
Sergio Machado Rezende
Hélio Costa
Gilberto Gil Moreira
José Alencar Gomes da Silva
Miguel Soldatelli Rossetto

Luiz Fernando Furlan

Patrus Ananias
Fernando Haddad
Agnelo Santos Queiroz Filho
Antonio Palocci Filho
Ciro Gomes
Márcio Thomaz Bastos
Marina Silva
Silas Rondeau Cavalcante Silva
Paulo Bernardo Silva
Nelson Machado
Celso Amorim
Saraiva Felipe
Luiz Marinho
Alfredo Nascimento
Walfrido dos Mares Guia

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**MINISTRO DE ESTADO***Paulo Bernardo***SECRETÁRIO-EXECUTIVO INTERINO***João Bernardo de Azevedo Bringel***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS***Eduardo Carnos Scaletsky***SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL***João Bernardo de Azevedo Bringel***SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL -ADJUNTO***Ariosto Antunes Culau***DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FISCAIS***Ana Teresa Holanda de Albuquerque***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO ESTRATÉGICO E DE TECNOLOGIA***José Geraldo França Diniz***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DA ÁREA ECONÔMICA***Franselmo Araújo Costa***DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS***Felipe Daruich Neto***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA***George Alberto de Aguiar Soares***DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS***Célia Correa*

S U M Á R I O

Cenário Macroeconômico	09
Introdução	11
Análise da Conjuntura Econômica do País	11
Cenário Macroeconômico e Proposta Orçamentária para 2006	17
Políticas Setoriais de Desenvolvimento	21
Modernização e Ampliação da Infra-Estrutura Econômica	24
Financiamento do Desenvolvimento	34
Desenvolvimento Industrial, Tecnológico e do Comércio Exterior	35
Agricultura e Agronegócio	40
Desenvolvimento Agrário	42
Desenvolvimento Regional	45
Política Ambiental Integrada	48
Turismo	49

Políticas Sociais	51
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	53
Educação	64
Emprego e Renda	68
Previdência Social	70
Esporte	71
Cultura	72
Desenvolvimento Urbano	74
Justiça, Cidadania e Política Indigenista	79
Receita	81
Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	84
Receita do Orçamento de Investimento	90
Transferências Constitucionais e Legais	91
Pessoal e Encargos Sociais	93
Sistemas Previdenciários	99
Regime Geral de Previdência Social	101
Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	105
Dívida Pública Federal	107

Agências Financeiras Oficiais de Fomento.....	119
Aplicações em Operações de Crédito	212
Investimentos no Ativo Imobilizado	121

ANEXOS

Anexo da Avaliação das Necessidades de Financiamento

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados

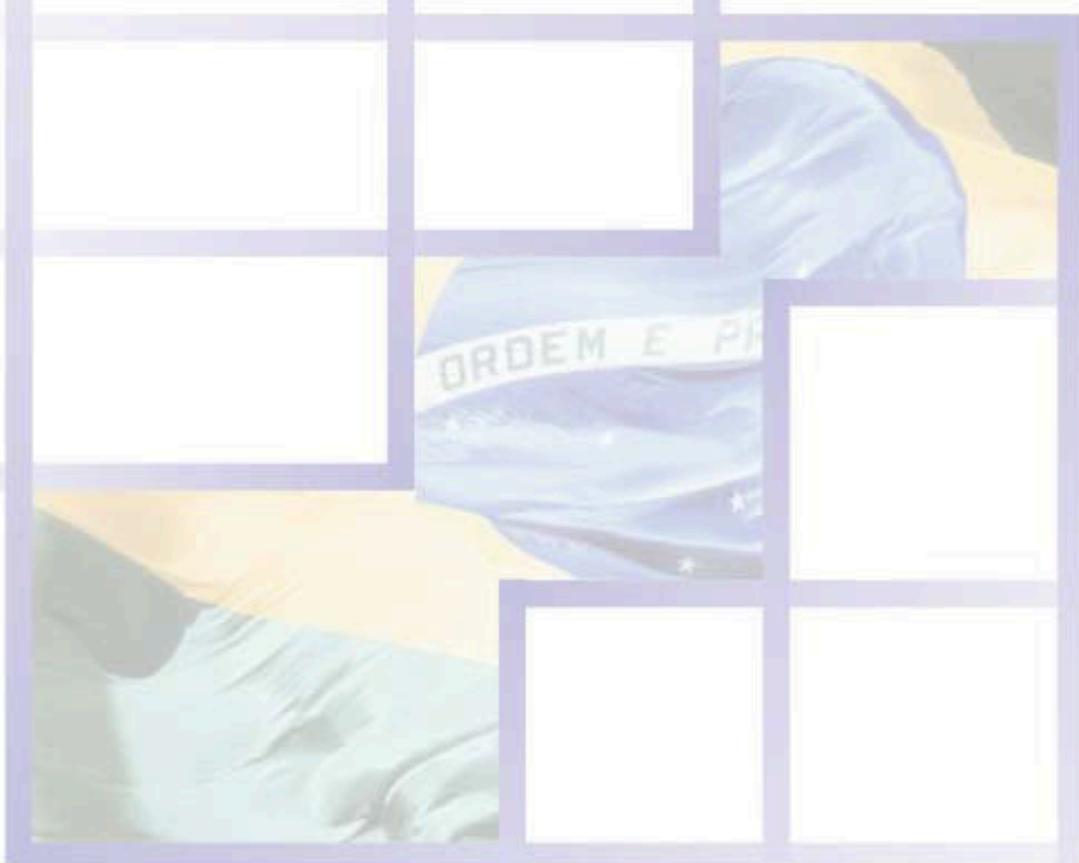
Metodologia das Empresas Estatais

Anexo dos critérios e metodologias utilizadas para a seleção da programação do Projeto Piloto de Investimentos de 2006

Demonstrativo do estágio físico financeiro de cada subtítulo contido no Orçamento 2005 com o identificador de resultado primário 3 - Projeto Piloto de Investimentos

Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais

I - Cenário Macroeconômico



Introdução
Análise da Conjuntura Econômica do País
Cenário Macroeconômico e Proposta Orçamentária para 2006

Introdução

Em atendimento ao disposto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 - PLDO-2006, este texto apresenta uma análise da conjuntura e da política econômica do Governo. Na análise da conjuntura econômica, projeta-se o cenário para 2006 e seus impactos na proposta orçamentária. O presente texto contém a atualização das informações de que trata o § 4º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Análise da Conjuntura Econômica do País

O desempenho da economia brasileira em 2005 reflete o processo de fortalecimento e consolidação dos fundamentos macroeconômicos verificados nos últimos anos. A política econômica do governo manteve a inflação sob controle, a responsabilidade fiscal e reduziu a vulnerabilidade externa, construindo uma base sólida para o crescimento sustentado da economia.

Assim, um novo ciclo de crescimento foi iniciado no final de 2003, culminando com a expansão real do Produto Interno Bruto - PIB em 2004 de 4,9%, a maior taxa verificada desde 1994.

Em 2004, o maior responsável pelo bom desempenho foi o setor industrial, que cresceu 8,3% no ano¹. Destacou-se o crescimento da produção de bens de capital (19,7%) e de bens de consumo duráveis (21,8%), induzido pelo aumento das operações de crédito, das exportações e da política de desoneração dos investimentos produtivos. Mesmo com as perdas no cultivo da soja, a agropecuária também apresentou expansão significativa (5,3%)², devido ao bom desempenho do algodão, do café e da pecuária. No setor de serviços, o comércio e o transporte acompanharam o desempenho da indústria e da agropecuária, enquanto outros serviços foram impulsionados pelos avanços no nível de emprego e recuperação da massa salarial.

Pelo lado da demanda, o componente que mais se destacou em 2004 foram os investimentos, que cresceram 10,9%, a maior taxa verificada desde 1994. Tal crescimento foi motivado pelas perspectivas favoráveis da economia e pelo alto nível de utilização da capacidade produtiva, que atingiu 84,4% em outubro³, seu recorde histórico. O consumo privado aumentou 4,1%, estimulado

¹ No que concerne à indústria, tanto para 2003 como para 2004, as taxas de crescimento referem-se à Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF do IBGE.

² Taxa de crescimento do PIB da agropecuária das Contas Nacionais do IBGE.

³ Segundo levantamento da CNI.

pela expansão tanto da massa salarial quanto do crédito. O setor externo também apresentou bom desempenho, com as exportações crescendo 18,0% e as importações, 14,3%, relativamente ao ano anterior⁴.

Para 2005, estima-se que a taxa de crescimento real do PIB alcance 3,4%. A desaceleração em relação ao ritmo do ano anterior decorre, em grande medida, da necessária resposta da política monetária à alta da inflação observada entre meados de 2004 e o início de 2005. Com o retorno da inflação a uma trajetória compatível com as metas definidas para 2005 e 2006, criam-se as condições para um reaquecimento da atividade econômica.

Ao longo do primeiro semestre de 2005, a indústria acumulou crescimento de 5,0% na comparação com o mesmo semestre do ano anterior. Neste período, a produção de bens de consumo duráveis cresceu 16,7%, dinamizada pela continuidade da expansão do crédito à pessoa física. A indústria extrativa cresceu à significativa taxa de 10,4%, refletindo particularmente a expansão da extração petrolífera.

A produção de bens de capital desacelerou no primeiro trimestre, afetada, entre outros fatores, pela redução na demanda por máquinas e peças destinadas à agricultura. No segundo trimestre, o setor já apresentou importante recuperação, sustentada tanto pela demanda externa como pelo esgotamento do ciclo de estoques preventivos à alta das commodities metálicas observado no final de 2004. Por outro lado, o aprofundamento da política de desoneração tributária dos investimentos implementada pelo governo federal também contribuiu para viabilizar novas decisões de investimento.

No setor agrícola, embora a safra tenha sido atingida por adversidades climáticas ocorridas no final de 2004 e no início de 2005, a pecuária vem apresentando crescimento significativo influenciada, entre outros fatores, pela expansão das exportações de carnes.

O bom desempenho do setor produtivo levou a uma diminuição contínua da taxa de desemprego ao longo de 2004. Essa trajetória manteve-se estável no primeiro semestre de 2005, e alcançou uma taxa de 9,4% em julho de 2005, o nível mais baixo desde o início da nova série da Pesquisa Mensal de Emprego - PME/IBGE, em outubro de 2001.

Conjugada à expansão do emprego, a massa salarial real nas seis regiões metropolitanas do País apresentou expansão de 3,5% em 2004 e, no primeiro semestre de 2005, cresceu 4,7%,

⁴ Os dados se referem ao PIB das Contas Nacionais do IBGE pela ótica da demanda (cujas exportações e importações são as de bens e serviços não fatores).

comparativamente ao mesmo período do ano anterior. O governo aumentou o salário mínimo para R\$ 300 em 2005, contra os R\$ 260 em 2004, o que, juntamente com a queda recente da inflação, contribuiu para a recomposição do poder de compra da população.

A balança comercial continua a registrar sucessivos recordes, com superávit até julho de US\$ 40 bilhões no acumulado em 12 meses. As exportações são as principais responsáveis por esse desempenho, tendo crescido 24,0% no primeiro semestre do ano em relação a igual período do ano anterior. Esse resultado recorde demonstra que os produtores nacionais estão conseguindo aproveitar a janela de oportunidades aberta pelo forte crescimento da economia internacional, por intermédio da evolução positiva dos preços das commodities e dos produtos manufaturados. O resultado favorável da balança comercial refletiu-se no aumento do superávit de transações correntes, que passou de US\$ 4,2 bilhões em 2003 para US\$ 11,7 bilhões em 2004. No primeiro semestre de 2005, o superávit foi de US\$ 5,3 bilhões.

Os indicadores de endividamento externo também apresentaram uma sensível melhora, com a relação entre dívida externa líquida e exportações passando de 2,1 na média do quarto trimestre de 2003 para 1,3 na média do primeiro trimestre. Também foi promovida uma recomposição gradual das reservas internacionais líquidas, que passaram de US\$ 20,5 bilhões no final de 2003 para US\$ 40,5 bilhões em junho de 2005. O compromisso com a redução da vulnerabilidade externa permitiu que o "risco país" (spread do Emerging Markets Bond Index Plus - EMBI+) caísse de uma média de 838 pontos-base em 2003 para uma média de 538 em 2004 e atingisse um patamar próximo a 400 pontos-base em agosto de 2005.

A redução da parcela da dívida interna atrelada à taxa de câmbio, foi outro fator importante para reduzir a sensibilidade do País a choques externos. A participação dos títulos públicos com cláusula de correção cambial - incluindo as operações de swap - passou de 33,5% em dezembro de 2002 para 4% em julho de 2005. Ao mesmo tempo, a parcela de títulos prefixados aumentou de 2,0% em dezembro de 2002 para 21,5% em julho de 2005, revelando sensível melhora no perfil da dívida, como resultado de uma gestão fiscal responsável.

A condução da política monetária, por sua vez, esteve condicionada, no primeiro semestre de 2005, ao objetivo fundamental de assegurar os ganhos associados à estabilização de preços. Nesse sentido, entre setembro de 2004 e maio de 2005, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM)

⁵ Conceito de Liquidez Total do Banco Central do Brasil.

adotou a estratégia de elevação gradual das taxas de juros. Esta estratégia se fez necessária na medida em que a forte expansão da atividade econômica não se acomodaria a um ritmo de preenchimento do hiato do produto compatível com a convergência da inflação observada para as metas determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em junho de 2005, o COPOM entendeu que os efeitos do ciclo de aumento da taxa de juros básica iniciado em setembro de 2004 já se faziam sentir tanto nos resultados da inflação nos primeiros meses do ano, como nas projeções de inflação realizadas pelo Banco Central e pelos analistas do setor privado. A atividade econômica tendia a continuar em expansão, mas num ritmo menor, condizente com as condições de oferta, sem apresentar influência significativa sobre a inflação. Além disso, o COPOM avaliou que houve uma redução na persistência de focos localizados de pressão, reduzindo-se os riscos a que está submetido o processo de convergência da inflação para a trajetória de metas.

Diante disso, o Comitê avaliou que a perspectiva de manutenção da taxa de juros básica, por tempo determinado, no nível estabelecido em maio, será capaz de proporcionar condições adequadas para assegurar a convergência da inflação para a trajetória de metas, não havendo, portanto, necessidade de aprofundar o processo de ajuste iniciado em setembro de 2004. Assim, de junho a agosto de 2005, o COPOM manteve a meta para a taxa Selic em 19,75% a.a.

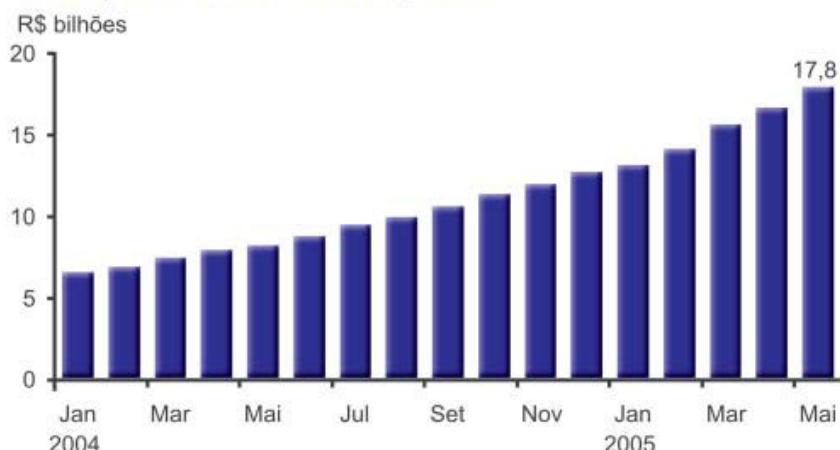
A política monetária continuará, em 2005 e 2006, a ser conduzida de forma consistente com o regime de metas para a inflação, favorecendo a manutenção da estabilidade macroeconômica e a sustentação do crescimento da economia. A meta para a inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para 2005, 2006 e 2007 é de 4,5%, com intervalos de tolerância de mais 2,5% e de menos 2,5%, no primeiro ano, e de mais 2% e de menos 2% nos anos subseqüentes. Na elaboração do projeto de lei de orçamento anual para 2006 foram utilizadas as projeções de mercado para as taxas de juros, as quais sinalizam uma queda progressiva da taxa Selic até o final de 2006.

As operações de crédito do sistema financeiro, por sua vez, mantiveram a trajetória crescente em 2004, evidenciando o desempenho favorável das carteiras com recursos livres. Esse crescimento esteve condicionado à demanda das famílias, especialmente na modalidade de crédito pessoal, cuja expansão permaneceu sustentada pelos empréstimos consignados em folha de pagamento. Esses empréstimos fazem parte da estratégia de

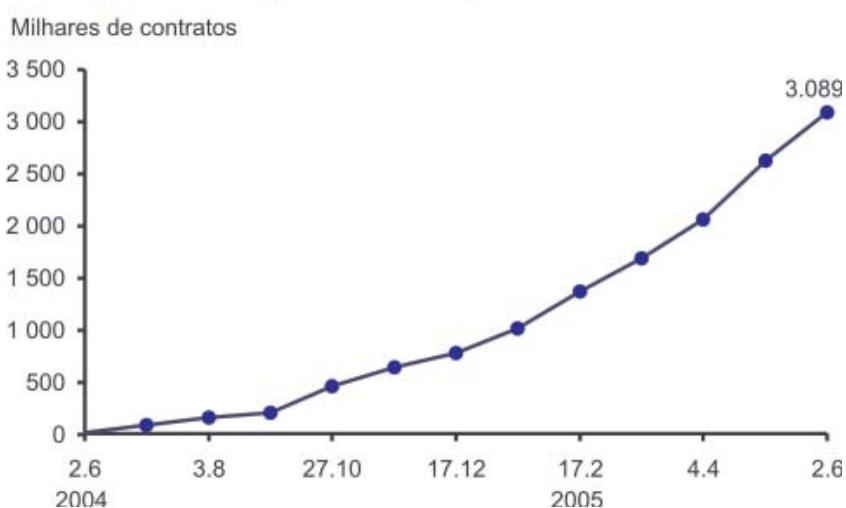
ampliação do acesso da população ao crédito em condições mais favoráveis em termos de taxas de juros e prazos, bem como contribuem para a redução dos níveis de spread bancário e para a melhora do perfil de endividamento das famílias.

A ampliação dessa modalidade de crédito aos trabalhadores celetistas e aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) foi viabilizada pela Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003. Segundo dados da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), foram formalizados, até maio de 2005, 3,1 milhões de contratos de crédito consignado com aposentados e pensionistas, que totalizaram R\$ 6,8 bilhões. As operações destinadas à faixa de renda de até um salário mínimo responderam por 46,1% do total de contratos, atingindo R\$ 1,8 bilhão, demonstrado a seguir:

Evolução do crédito consignado



Evolução dos empréstimos a aposentados do INSS



É importante citar, ainda, o esforço empreendido pelo Governo Federal para estimular o crédito voltado para o segmento de baixa renda por intermédio do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT e da exigibilidade de 2% dos depósitos à vista, cujos principais objetivos são: a) maior participação das instituições financeiras no mercado de microcrédito; b) criação de marco legal, incluindo a regulamentação para o repasse de recursos dos bancos para instituições de microcrédito; e c) viabilização de fundos de aval. O público alvo desse Programa são as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, que passariam a contar com o acompanhamento de técnicos das instituições de microcrédito com o objetivo de melhorar a qualidade da gestão dos empreendimentos.

Um dos exemplos concretos da ênfase no fomento ao microcrédito é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), operado principalmente por bancos públicos federais e cooperativas de crédito. A importância conferida a esse Programa pode ser constatada por meio do crescimento significativo do volume de recursos a ele concedido ao longo dos últimos anos. É importante ressaltar, ainda, a recente criação do Proagro Mais, que desempenha a função de seguro da produção e da renda (parcial) para os agricultores familiares. Esse novo seguro desempenhou papel relevante na indenização dos produtores agrícolas localizados na região sul do País, fortemente atingidos pela estiagem ocorrida no final do ano de 2004.

Com relação ao crédito aos pequenos agricultores, o Governo Federal pretende destinar R\$ 9,0 bilhões para a safra 2005-2006, montante este superior em R\$ 2,0 bilhões ao valor previsto para a safra 2004-2005. Cabe destacar que diversas linhas de crédito foram aperfeiçoadas para facilitar o acesso aos pequenos agricultores, e foram criadas novas categorias de financiamento. Entre as inovações para a safra 2005-2006, deve-se mencionar a ampliação das linhas de crédito que beneficiam os produtores rurais da região do semi-árido brasileiro.

O crédito facilitado aos trabalhadores rurais permite o aumento e a melhoria da qualidade da produção, gera emprego e renda, e possibilita a permanência da família do produtor no campo. O número de produtores rurais familiares que passaram a ter acesso a créditos para investimento e custeio agrícola deverá ser progressivamente ampliado, podendo atingir 2,0 milhões de beneficiários até o final de 2006, segundo projeções do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Atualmente, esses recursos beneficiam 95,5% dos municípios brasileiros.

Em relação ao segmento habitacional, vale salientar a disponibilização de linha de financiamento de R\$ 1,0 bilhão, dirigida à classe média, pela Caixa Econômica Federal (CEF), o que contribuirá fortemente para o aquecimento do mercado. Cumpre ressaltar que, desde 1992, a CEF não oferecia financiamento de imóveis com recursos da caderneta de poupança. Serão beneficiadas famílias com renda acima de R\$ 4,9 mil e imóveis com valor superior a R\$ 80,0 mil, com prazo de financiamento de 20 anos, maior do que a média de 15 anos do mercado.

Por fim, com relação aos financiamentos destinados às empresas, vale citar as contribuições importantes da Lei de Falências e Recuperação de Empresas para o estímulo do mercado de crédito, por meio da redução do risco do tomador. A Lei foi idealizada com o objetivo de favorecer a recuperação de empresas operacionalmente viáveis, mas com dificuldades financeiras, revertendo a situação anteriormente vigente em que empresas com dificuldades financeiras acabavam sendo conduzidas à falência e ao sucateamento.

Cenário Macroeconômico e Proposta Orçamentária para 2006

Com base nessas perspectivas, para o exercício de 2006 a proposta orçamentária adota os seguintes parâmetros macroeconômicos⁶:

Tabela 1 - Evolução das Projeções de Variáveis Macroeconômicas

Variável Macroeconômica	Observado 2004	Projeção 2005	LDO 2006	Projeção 2006
Crescimento do PIB - taxa % de crescimento anual	4,94	3,40	4,50	4,50
IPCA - % de variação acumulada no ano	7,60	5,57	4,50	4,50
Taxa de Câmbio R\$/US\$ - média anual	2,93	2,53	2,90	2,71
Taxa SELIC anual - taxa % média	16,24	19,15	15,82	16,50

Ressalta-se a continuidade da política fiscal proposta para o triênio 2006-2008 e a manutenção da meta de superávit primário do setor público consolidado em 4,25% do PIB, dos quais 2,45% do PIB são gerados pelos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Governo Central e 0,70%, pelas empresas estatais federais.

Sob o ponto de vista dos resultados dessa gestão fiscal, o Governo Federal elevou a meta de resultado primário do setor público consolidado, de 3,75% em 2002 para 4,25% do PIB em

⁴ Algumas destas variáveis correspondem a projeções do mercado à época em que foram estabelecidos os parâmetros para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

2003, mantendo-o em 2004. O incremento do esforço fiscal nesse período contribuiu para a redução da relação dívida/PIB do setor público consolidado, que passou, de 55,5% do PIB em dezembro de 2002 para 51,3% do PIB em julho de 2005.

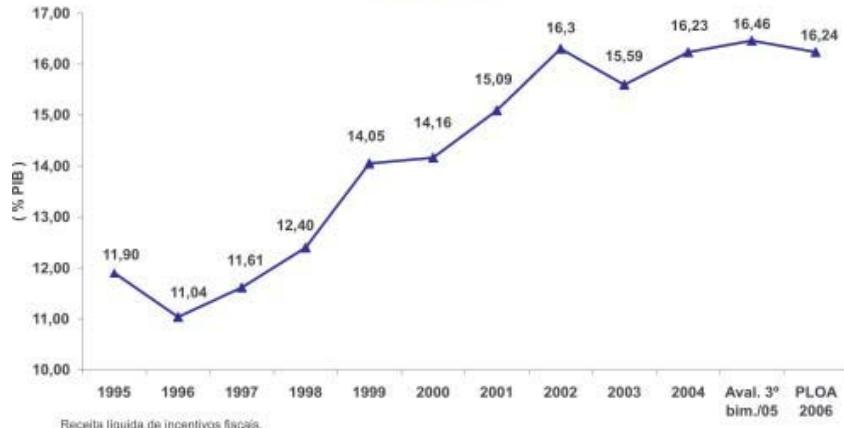
Para 2005, a meta fiscal está estabelecida também em 4,25% do PIB e, para permitir seu cumprimento, o Poder Executivo vem realizando bimestralmente a revisão de receitas e despesas primárias de acordo com o cenário macroeconômico atualizado. O resultado primário acumulado de janeiro a julho de 2005 foi de 6,3% do PIB, o que indica segurança no cumprimento da meta anual.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do endividamento público, que declinou para 51,3% do PIB em julho de 2005, após ter atingido o pico de 61,7% do PIB em setembro de 2002. O déficit nominal acompanhou a trajetória da dívida e caiu para 2,14% do PIB no período de janeiro a julho de 2005 contra 4,58% do PIB no mesmo período de 2002:



Adicionalmente, o Governo Federal vem implementando ao longo desse período uma série de medidas com vistas a reduzir gradualmente a carga tributária, de forma a mitigar o peso do ajuste fiscal sobre a renda da sociedade e induzir o crescimento econômico por meio do estímulo ao investimento privado. Nesse intuito, na Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 - PLDO-2006 a carga tributária para as receitas arrecadas pela Receita Federal do Brasil foi fixada em 16% do PIB, indicando o propósito do Governo em reduzir tal carga em 0,23% ponto percentual do PIB, comparando-se ao arrecadado em 2004.

Evolução da Receita Administrada do Governo Federal 1995-2006
(% PIB)

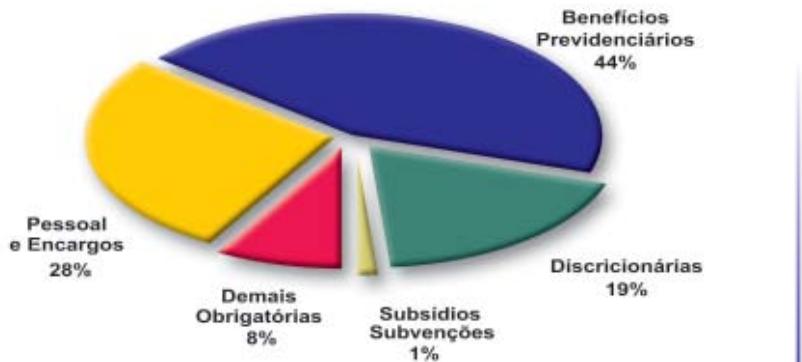


As projeções elaboradas pela Receita Federal do Brasil, já consideradas as medidas de desoneração em curso, estimam uma arrecadação excedente aos 16% do PIB, o que corresponde a R\$ 4,4 bilhões, líquida de transferências a Estados e Municípios. Caso confirmadas essas estimativas pelo Congresso Nacional, está sendo proposta a seguinte destinação:

- R\$ 1,2 bilhão para a cobertura de eventual risco das contas da previdência social;
- R\$ 1,5 bilhão para o reajuste geral do funcionalismo público federal;
- R\$ 0,6 bilhão para a realização de investimentos; e
- R\$ 1,1 bilhão reservado à compensação de redução da carga tributária.

Com vistas a viabilizar um maior aporte de recursos para os investimentos, o PLDO-2006 propôs que as despesas correntes primárias se limitassem a 17% do PIB. Tal propósito foi atendido na Proposta Orçamentária para 2006, onde tais despesas alcançam 16,9% do PIB.

COMPOSIÇÃO DA DESPESA CORRENTE PRIMÁRIA - 2006



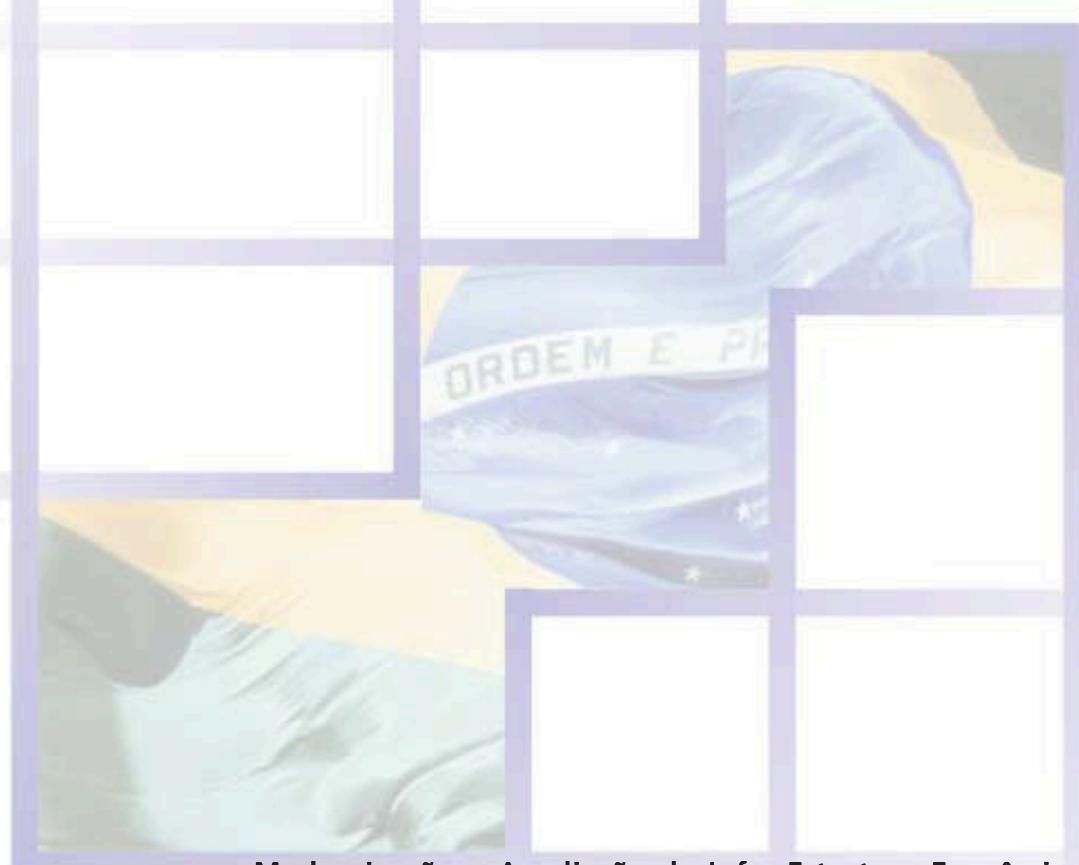
Os investimentos previstos alcançam R\$ 14,8 bilhões. Para tanto foi fundamental a manutenção do Projeto Piloto de Investimentos - PPI.

Inicialmente previsto em R\$ 3,0 bilhões, após rigorosa avaliação procedeu-se à inclusão de R\$ 300,0 milhões adicionais em novos projetos e, para tanto, o Poder Executivo deverá propor ao Congresso Nacional a revisão do valor previsto no PLDO-2006. Ressalta-se que o novo valor mantém a previsão do PPI em 0,15% do PIB.

Concomitante à gestão fiscal voltada para a ampliação das margens para investimento e melhoria da qualidade do gasto público, foram criadas modalidades alternativas de financiamento, tais como a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que estabeleceu normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada - PPP, no âmbito da administração pública. Simultaneamente, o governo incentiva o investimento do setor privado com medidas de desoneração de bens de capital e outros incentivos tributários. Esse compromisso vem sendo implementado desde 2004, quando foram adotadas medidas de desoneração com o objetivo de estimular o investimento e a poupança de longo prazo, desenvolver o mercado de capitais e reduzir o risco de surgimento de entraves que dificultem o comércio exterior.

Por fim, após o aumento da contribuição das empresas estatais não financeiras para o resultado fiscal em 2005, a proposta orçamentária contempla uma flexibilização do superávit para 2006, que passou de 0,77% do PIB em 2005, para 0,70% do PIB, o que equivale a um volume de investimentos no País da ordem de R\$ 30,8 bilhões, e corresponde a uma ampliação de R\$ 5,3 bilhões na margem de investimento das empresas estatais, em relação ao previsto na avaliação do terceiro bimestre de 2005. Essa medida possibilitará um incremento no investimento dessas empresas e contribuirá adicionalmente para estimular o crescimento econômico em 2006.

II - Políticas Setoriais de Desenvolvimento



Modernização e Ampliação da Infra-Estrutura Econômica
Financiamento do Desenvolvimento
Desenvolvimento Industrial, Tecnológico e do Comércio Exterior
Agricultura e Agronegócio
Desenvolvimento Agrário
Desenvolvimento Regional
Política Ambiental Integrada
Turismo

O Governo Federal adota uma política ativa de desenvolvimento, voltada a superar problemas recorrentes e inter-relacionados da economia brasileira, tais como: a) instabilidade de crescimento e debilidade na criação de postos de trabalho; b) baixo dinamismo dos investimentos e insuficiente capacidade de inovação tecnológica; c) vulnerabilidade externa; e) estrangulamentos e ineficiências geradas pela base de infra-estrutura econômica; e d) forte desigualdade de desenvolvimento regional.

São expressivos os resultados obtidos, derivados da implementação de um amplo leque articulado de políticas públicas. As exportações foram substancialmente elevadas, superando as metas originalmente definidas e indicando ampliação estrutural da capacidade exportadora do País. A infra-estrutura vem sendo recuperada e modernizada, com o aumento do investimento público na área, e foram lançadas as bases para a intensificação desse processo, em função da aprovação do Projeto das Parcerias Público-Privadas.

Os progressos na chamada agenda microeconômica, como a nova Lei de Falências e a reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, cuja proposta foi recentemente concluída, vão contribuir para melhorar o funcionamento da economia e estimular investimentos. Foram também criados mecanismos específicos para ampliar a oferta de crédito ao setor produtivo e adotadas medidas de incentivo tributário que estimulam os investimentos e as exportações, bem como as atividades de pesquisa e inovação tecnológica.

Além disso, foi reforçado substancialmente o apoio às empresas de pequeno porte, importante fator para a geração de emprego e renda e desenvolvimento do empreendedorismo, e estão sendo viabilizadas, depois de muitos anos, iniciativas importantes para o progresso de regiões menos desenvolvidas, como a integração da Bacia do Rio São Francisco e o Programa do Biodiesel.

Esses e outros avanços serão consolidados em 2006, criando perspectivas concretas para eliminar progressivamente os obstáculos mencionados e viabilizar o crescimento sustentado e harmônico da econômica brasileira, com redução das desigualdades regionais e sociais.

Modernização e Ampliação da Infra-Estrutura Econômica

A necessidade de modernização e ampliação da infra-estrutura econômica está sendo enfrentada decisivamente pelo Governo Federal, na medida em que é requisito essencial para a sustentação de um novo ciclo de desenvolvimento do País. Uma base física e de serviços de infra-estrutura recuperada e ampliada contribuirá para eliminar os obstáculos ao crescimento e ao aumento da competitividade da economia brasileira, e criará condições para o desenvolvimento harmônico dos setores e regiões do País, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população.

Como consequência da falta de investimentos nas últimas décadas e do impacto da retomada do crescimento econômico e das exportações sobre o estoque de infra-estrutura disponível, os desafios enfrentados pelo País são muitos e de grande magnitude: a) recuperar e ampliar a malha rodoviária federal pavimentada; b) eliminar gargalos de logística nos portos; c) diversificar a estrutura de transporte no País, com aumento da participação dos modais ferroviário e hidroviário no transporte de cargas e passageiros; e d) garantir o abastecimento adequado de energia elétrica, para eliminar os riscos de crises de abastecimento, como a verificada em 2001.

O Governo vem atuando no sentido de fortalecer o sistema de planejamento federal, visando garantir a identificação adequada de projetos prioritários e a recuperação progressiva da capacidade de investimento público direto, seja por intermédio das empresas estatais ou pela ampliação do espaço no Orçamento Fiscal para a realização de investimentos prioritários.

Foram criadas as condições e os instrumentos para, num contexto de restrição fiscal, intensificar a participação do setor privado nos investimentos, por intermédio do aperfeiçoamento dos modelos regulatórios na área - a exemplo do novo modelo para o setor elétrico - e da aprovação do Projeto das Parcerias Público-Privadas - PPPs, de eficácia comprovada pela experiência internacional.

A Lei das PPPs, sancionada pelo Presidente da República em 30 de dezembro de 2004, incorpora conceitos e instrumentos inovadores que vão garantir a viabilização de novos empreendimentos sem comprometer os princípios de responsabilidade fiscal e de transparência na atuação da Administração Pública.

As PPPs envolverão contratos de longo prazo - de 5 a 35 anos - para o financiamento, a implantação e a operação pelo setor privado de projetos, e os respectivos bens serão transferidos para

o Poder Público ao final dos contratos. Para tanto, são previstas as modalidades de concessão patrocinada (que pode associar cobrança de tarifas e contraprestação pública) e administrativa (via contraprestação pública). O pagamento público será condicionado à efetiva prestação dos serviços e à performance do parceiro privado e garantido por seguro ou fiança de fundo garantidor. O mecanismo permite a inversão das fases de licitação e a utilização da arbitragem para resolver contenciosos.

Foi instituído, em março de 2005, o Comitê Gestor das Parcerias Público-Privadas - CGP, integrado pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (coordenador), da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República, e respectivos Secretários-Executivos como suplentes. Entre as atribuições do CGP está a de definir os serviços prioritários para execução no regime de PPPs e disciplinar os procedimentos para celebração de contratos e suas alterações. Foram criadas, também, a Comissão Técnica das PPPs e a Secretaria Executiva do CGP, vinculadas ao Ministério coordenador.

Encontram-se em análise cinco projetos passíveis de execução pela modalidade de PPPs, vinculados à infra-estrutura de transporte, em corredores logísticos estratégicos para escoamento de cargas e integração regional: Ferrovia Norte-Sul; BR-116, entre Bahia e Minas Gerais; Arco Rodoviário do RJ; Ferroanel de São Paulo; Variante Ferroviária Ipiranga-Guarapuava.

O Projeto-Piloto de Investimentos

O Projeto-Piloto de Investimentos - PPI, previsto na LDO-2005, é outro instrumento relevante para viabilizar a implementação de projetos públicos e instituir mecanismo que flexibilize a contabilização de parte dos investimentos na meta de superávit primário. Em 2005, foram aprovadas, por intermédio desse mecanismo, dotações orçamentárias da ordem de R\$ 2,8 bilhões, destinadas, principalmente, a obras na área de infra-estrutura de transportes.

O PPI é traduzido como um importante instrumento para a realização de investimentos prioritários, em especial na área de infra-estrutura. Os projetos selecionados apresentam retorno econômico positivo, o que contribuirá para acelerar o crescimento do nível de atividade interna, com repercussões favoráveis na redução da relação dívida/PIB, compensando eventuais impactos de curto prazo derivados da flexibilização na meta de superávit primário, necessária para a implementação dos projetos. Em seu conjunto, o PPI envolve aplicações de cerca de R\$ 9,0 bilhões no período compreendido entre 2005 e 2007. Para o exercício de 2006, a Proposta Orçamentária prevê R\$ 3,3 bilhões em investimentos, equivalentes a 0,15 % do PIB.

A seleção inicial de 120 projetos relativos a diversas áreas deu-se mediante ampla discussão em 2005 com os órgãos diretamente envolvidos, com destaque para a de infra-estrutura de transportes, além de empreendimentos relacionados com o gerenciamento de recursos hídricos, irrigação em perímetros públicos, modernização do sistema nacional de metrologia, e desenvolvimento da biotecnologia na Amazônia, entre outros. Para esse conjunto de projetos foram destinados R\$ 2,8 bilhões, além dos R\$ 483,3 milhões alocados originalmente.

Paralelamente à definição de critérios para seleção de investimentos, foi desenvolvido um sistema de monitoramento intensivo da execução dos projetos incluídos no PPI, que contempla o acompanhamento de cada contrato de obra envolvido e objetiva acelerar e maximizar a aplicação de recursos. Em função desse sistema, foi possível suplementar dotações para os projetos que têm apresentado maior ritmo de implementação em detrimento dos recursos aplicados naqueles que enfrentam problemas de execução, tais como atrasos na elaboração de projetos básicos e nos processos licitatórios, os quais tiveram seus cronogramas reajustados. Foi possível também abrir espaço para a inclusão de 6 novos projetos de adequação de rodovias, do projeto da Ferrovia Norte-Sul e de 10 levantamentos geológicos e geofísicos aplicados à prospecção de petróleo e gás natural.

Os investimentos adicionais do PPI para 2006 possibilitarão a continuidade da execução dos projetos não concluídos em 2005, a inclusão de 19 novos empreendimentos e a ampliação dos investimentos para recuperação de rodovias, envolvendo mais de 5.750 km. A necessidade de integração de um corredor logístico de exportação e de corredores estratégicos que proporcionem impactos positivos em todas as regiões do País se traduz na destinação de 78% da totalidade desses recursos para o Setor Transporte.

Projeto-Piloto de Investimentos 2006		
	R\$ milhões	%
Setor Transporte	2.568	78
Adequação/Construção de Rodovias	1.165	35
Recuperação de Rodovias	909	27
Ferroviás	167	5
Estudos e Projetos	166	5
Portos	161	5
Demais Setores	739	22
Metrôs e transporte coletivo	375	11
Modernização da Receita do Brasil	248	7
Perímetro de irrigação	58	2
Estudos de prospecção de petróleo e gás natural	45	1
metereologia	13	0
Total	3.307	100

Transportes

A expansão da fronteira agrícola brasileira e o desenvolvimento sócio-econômico acelerado do interior do Brasil vêm aumentando a demanda por transporte, seja para fins de escoamento da safra, seja para atendimento emergencial às necessidades sociais. Portanto são necessários investimentos para melhoria e expansão dos modais de transportes, com vistas a integrar as regiões geo-econômicas e, consequentemente, os principais centros produtores e consumidores de norte a sul do País.

O Governo Federal tem envidado esforços no sentido de fazer aportes crescentes de recursos para o setor de transporte, no Orçamento Fiscal, notadamente quanto à inclusão dos investimentos dessa área no âmbito do PPI:

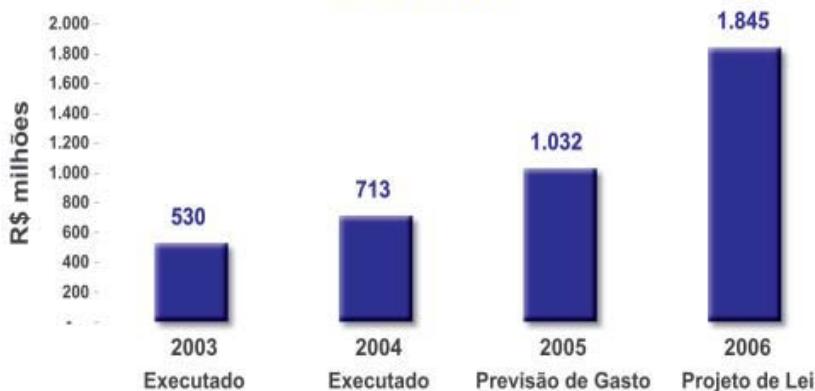


Uma das maiores prioridades da política governamental é a recuperação das rodovias federais para reverter o quadro de deterioração provocado pela falta de investimentos nas últimas décadas, que impõe restrições ao crescimento da produção e das exportações brasileiras, além de comprometer a segurança dos usuários. Para tanto, estão sendo viabilizados, de forma articulada, o investimento público direto e os investimentos por intermédio de concessões e das Parcerias Público-Privadas.

Com o objetivo de conferir adequada trafegabilidade em nossas rodovias, está prevista, no período de existência do PPI, a recuperação de trechos rodoviários em 19 rodovias federais em 17 estados, que representam cerca de 22.000 km da malha rodoviária federal. Desde o início de 2003 até meados de 2005, foram recuperados mais de 6 mil km de rodovias federais, além de efetivados contratos para serviços de conservação e sinalização de

42 mil km e 18 mil km, respectivamente. Os dispêndios para manutenção da malha rodoviária federal estão crescendo substancialmente desde 2003, devendo atingir R\$ 1,8 bilhão em 2006, contra apenas R\$ 529,7 milhões em 2002, conforme demonstrado a seguir:

**Manutenção da Malha Rodoviária Federal,
incluindo PPI**



O Projeto-Piloto de 2005 contemplou investimentos de R\$ 1,8 bilhão no setor de transporte rodoviário, sendo R\$ 952,0 milhões para manutenção/reabilitação, permitindo a recuperação de 4 mil km de rodovias, e R\$ 833,0 milhões para construção e duplicação. Destacam-se os investimentos na adequação ou construção de trechos na BR-101, nas suas seções Nordeste e Sul e no Rio de Janeiro, este em conjunção com o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, o que envolve a BR-493; na BR-116, em São Paulo e no Paraná, no contorno de Curitiba (Leste); na BR-153, em Goiás, entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara; na BR-364, no Acre, entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul; e na BR-381, desde Governador Valadares até São Paulo.

Ademais, cabe ressaltar que do total de 57,7 mil km da malha rodoviária federal, mais de 14 mil km estão incluídos no Programa de Concessões, com cerca de 3,5 mil km já concedidos. Espera-se concluir, a curto prazo, a concessão de mais 8 lotes de rodovias, com extensão total de 3 mil km.

Encontram-se, ainda, em estágio avançado de análise pelo Governo Federal alguns projetos rodoviários prioritários para implantação na modalidade de Parceria Público-Privada, como a duplicação da BR-116, no trecho Bahia-Minas, e a construção do Arco Rodoviário Metropolitano do Rio de Janeiro, ligação com o Porto de Sepetiba.

O Governo também busca aumentar a participação das ferrovias no transporte de cargas, para tornar o sistema de transporte brasileiro mais competitivo. Nesse sentido, observa-se,

desde o início de 2003 até meados de 2005, um aumento expressivo no volume de carga transportada por ferrovias, que passou de 182,6 mil TKU para 206 mil TKU (crescimento de 13%).

Para fortalecer o setor ferroviário, foi concluído o processo de reestruturação econômico-financeiro da Brasil Ferrovias, o que irá permitir a realização de novos investimentos pelo setor privado. Encontram-se em análise, no âmbito das Parcerias Público-Privadas, projetos importantes para ampliação de corredores de transporte estratégicos, como as construções da Ferrovia Norte-Sul, do Anel Ferroviário de São Paulo e da Variante Ferroviária Ipiranga-Guarapuava.

Para o exercício de 2006 o Orçamento Fiscal destinará a esse setor R\$ 223,7 milhões, que possibilitarão a construção de cerca de 100 km da Ferrovia Norte-Sul, entre Aguiarnópolis e Babaçulândia, no Tocantins; dos contornos ferroviários de São Felix e Cachoeira, na Bahia e de São Francisco do Sul, em Santa Catarina; e a adequação de ramal ferroviário em Barra Mansa, no Rio de Janeiro; entre outros.

No setor portuário, está em implantação, desde 2004, a chamada Agenda Portos que objetiva evitar problemas logísticos para o escoamento das exportações brasileiras, por intermédio da eliminação de entraves físicos e operacionais dos principais portos do País. Estão sendo desenvolvidas ações em 11 grandes portos brasileiros, por onde passam mais de 90% das exportações do País.

Além das ações da Agenda Portos, o Projeto-Piloto de Investimentos de 2006 incluiu dotações da ordem de R\$ 226,0 milhões para a área portuária, direcionadas para sete dos principais portos do País: Santos, Sepetiba, Rio de Janeiro, Vitória, São Francisco do Sul, Areia Branca e Suape.

Cabe também destacar a prioridade concedida pelo Governo, desde 2004, para a implantação do Sistema de Segurança nos Portos Nacionais (ISPS Code), derivado dos acordos firmados pelo País no âmbito da Organização Marítima Internacional.

Ainda no setor de transportes, com vistas a melhorar a gestão e a inteligência dos órgãos federais de transportes, estão sendo alocados cerca de R\$ 235,2 milhões para a realização de estudos e projetos, em especial os destinados ao desenvolvimento de novas intervenções em rodovias, ferrovias e portos, e para pesquisa e desenvolvimento na área de engenharia de transportes.

No Orçamento de Investimento estão sendo programados recursos da ordem de R\$ 272,0 milhões nas Companhias Docas, sendo que 82% desses recursos serão originados do Tesouro

Nacional para aumento de capital das respectivas empresas. Entre os projetos contemplados destacam-se a implantação da Avenida Perimetral e a dragagem de aprofundamento no canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Santos.

Para estimular os investimentos privados na modernização e ampliação das instalações e serviços portuários, foi criado o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, que concede, por prazo pré-determinado, desoneração tributária para a aquisição de equipamentos portuários.

Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica

O novo modelo para o setor elétrico, proposto pelo Governo Federal e aprovado pelo Congresso Nacional em março de 2004, viabiliza um marco regulatório estável para o setor, que assegura o abastecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, com base numa relação harmônica entre planejamento governamental e mercado. O modelo possibilita reverter a situação preexistente, caracterizada pela paralisação de obras e desestímulo a novos investimentos, e alterar a tendência de explosão tarifária, uma vez que os leilões da chamada energia velha, realizados em 2005, propiciarão uma redução substancial das tarifas praticadas.

Em 2004, a reorganização institucional do setor de energia elétrica foi concluída, as regras de comercialização de energia no País foram definidas e a Empresa de Pesquisa Energética - EPE foi criada, restabelecendo o planejamento de longo prazo do setor energético no País.

Para agilizar os investimentos na área, o Governo, por intermédio do Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico (CGISE), tem atuado para superar dificuldades relacionadas com o licenciamento ambiental de projetos paralisados e acelerar o processo de licenciamento ambiental de novos projetos.

A capacidade instalada de geração de energia elétrica de 83,8 mil em 2003 atingirá 94,9 mil MW ao término de 2006, com incremento de 13,5% - a maior parte derivada da entrada em operação de novas usinas -, além das usinas hidrelétricas e termelétricas que se encontram em construção, cuja capacidade geradora será superior a 6 mil MW. No mesmo período, houve expansão de 8,4 mil km de linhas de transmissão, representando um aumento de 10% da capacidade da rede básica de transmissão do País, e encontram-se em instalação mais de 6,2 mil km de novas linhas.



No Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA, financiado pelo BNDES e criado para diversificar a matriz energética brasileira, foram contratados projetos de energia alternativa renovável com capacidade de 3,3 mil MW, compreendendo: 1,2 mil MW de pequenas centrais hidrelétricas; 1,4 mil MW de energia eólica; e 685 MW de energia derivada de biomassa.

Com vistas a conciliar a diversificação da matriz energética e a universalização do acesso à energia elétrica, foram destinados recursos da ordem de R\$ 26,8 milhões no Orçamento Fiscal da União para o Programa Luz para Todos, o qual visa o desenvolvimento, a implantação e a disseminação de projetos de referência, principalmente em sistemas isolados, mediante a utilização de tecnologias Solar, Eólica, Biomassa e Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e de outras novas, como o Hidrogênio e a Célula a Combustível.

O objetivo principal do Programa é possibilitar a utilização de energia elétrica pelas pessoas beneficiadas para realização de atividades produtivas que ampliem a renda familiar e promovam o desenvolvimento local. Lançada em 2003, essa iniciativa já permitiu o acesso à energia para 200 mil famílias, ou um milhão de pessoas do meio rural, cuja meta é atingir 12 milhões de pessoas até 2008.

As empresas estatais que atuam no setor de energia elétrica, em especial as do Grupo Eletrobrás, deverão investir mais de R\$ 6,2 bilhões em 2006, destacando R\$ 3,0 bilhões em obras de transmissão e distribuição de energia elétrica e R\$ 2,9 bilhões para construção, ampliação e modernização dos meios de geração.

Produção de Petróleo, Gás Natural e Biodiesel

Nos últimos anos os resultados obtidos pela Petrobrás nas atividades exploratórias foram notáveis, o que permitiu elevar para 13 bilhões de barris as reservas de petróleo e gás, com crescimento de 18% em relação ao volume estimado no final de 2002. Em maio de 2005, a produção da Petrobrás atingiu o recorde mensal, com uma média de 1,7 milhão de barris/dia.

Da mesma forma, a expansão da infra-estrutura de gás natural tem sido significativa, com inúmeros gasodutos em fase adiantada de conclusão, prevendo-se a instalação de 4,6 mil km de novos dutos até o final de 2006.

O Orçamento Fiscal destinará R\$ 45,0 milhões para a promoção de estudos geológicos e geofísicos para a avaliação do potencial produtivo em áreas terrestres e a descoberta de novas reservas de combustíveis fósseis no País, com vistas à expansão da produção de petróleo e gás natural, assim como ao atingimento e à manutenção da auto-suficiência na produção nacional desses recursos.

Com relação ao Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, desde 2003 foram contratadas pela Petrobrás e estão em construção quatro plataformas de produção - P51 a P54 - e uma de rebombeio (PRA-1), com investimentos superiores a R\$ 7,0 bilhões e previsão de geração de 13 mil empregos diretos e 38 mil indiretos. Esse impacto expressivo na geração de empregos só é possível em função da política governamental de fortalecimento da indústria nacional nos fornecimentos para a Petrobrás, devido à elevação das exigências de conteúdo nacional.

As empresas integrantes do Grupo Petrobrás deverão aplicar, no ano de 2006, mais de R\$ 31,0 bilhões nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, bem como em atividades de refino, distribuição e transporte de petróleo e derivados, no Brasil e no exterior. Cabe destacar a preocupação, na definição das aplicações do Grupo Petrobrás, para os aspectos relacionados à preservação ambiental e à integridade dos funcionários e das populações potencialmente afetadas pelas atividades da Empresa. Nesse sentido, estão sendo programados recursos no valor de R\$ 1,5 bilhão para manutenção dos sistemas de controle ambiental, de segurança industrial e de saúde ocupacional nas áreas de extração e produção de petróleo e gás natural, refino e transporte dutoviário.

O Governo lançou em 2004 o Programa do Biodiesel, com a premissa de um modelo de desenvolvimento que privilegia a segurança e a qualidade do abastecimento, aliados a objetivos de inclusão social, por intermédio da produção descentralizada, da utilização de várias oleaginosas e da participação importante da agricultura familiar. Foi autorizada a mistura de 2% de biodiesel ao diesel mineral, e a introdução do novo combustível, disciplinada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que estabelece metas de mistura obrigatória a partir de 2008. Ademais, foi criado um regime de tributação especial do PIS/COFINS que favorece a utilização de matérias-primas produzidas por agricultores familiares vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Geologia, Mineração e Transformação Mineral

A partir de 2003 as ações do Governo no setor de Geologia, Mineração e Transformação Mineral visaram à construção de um ambiente institucional mais atraente aos investimentos privados necessários ao desenvolvimento da pesquisa e da produção de minerais, os quais, segundo projeções, precisam triplicar ao longo de uma década, de modo a atender às necessidades de crescimento do País.

Para o exercício de 2006, pretende-se consolidar um novo cenário tecnológico que possibilite alcançar um patamar de modernidade, eficiência e eficácia nas atividades relacionadas à Gestão do Patrimônio Mineral Brasileiro e viabilizar o desenvolvimento e a implantação de novos sistemas informatizados, em consonância com o redesenho dos principais macro-processos envolvidos, proporcionando assim uma maior agilidade e transparência na Gestão Institucional.

Até 2006, espera-se a conclusão de cerca de 360 mil km² de levantamentos geológicos e 500 mil km de levantamentos aerogeofísicos; a elaboração da primeira carta hidrogeológica do Semi-Árido, dotando o governo e a sociedade de um instrumento fundamental para a elaboração de políticas públicas de gestão de recursos hídricos naquela região; e a adequada gestão dos bens minerais, por meio de ações de formalização do processo de outorga e fiscalização e de outras voltadas para a viabilização do incremento da exploração mineral sustentável.

Financiamento do Desenvolvimento

O Governo vem adotando várias medidas para melhorar as condições de financiamento ao investimento, produção e consumo, de modo a estimular a atividade econômica e viabilizar o crescimento sustentado. Paralelamente a uma atuação mais efetiva dos bancos oficiais de fomento, estão sendo introduzidas reformas legais e institucionais que favorecem a ampliação do crédito tanto de maneira geral como também de modalidades específicas, como o crédito imobiliário, os empréstimos com consignação em folha de pagamento e o microcrédito.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os demais bancos públicos estão reforçando continuadamente seu papel como agentes de desenvolvimento, direcionando seu apoio aos investimentos produtivos e para áreas consideradas prioritárias no PPA 2004-2007. Os desembolsos do BNDES foram de quase R\$ 40,0 bilhões em 2004, contra R\$ 23,0 bilhões no ano de 2000, com grande destaque para o apoio às microempresas e empresas de pequeno porte, cuja participação no total dos desembolsos atingiu o pico em 2004 (24%), contra participação de apenas 13% em 2000. Os empréstimos totais do BNDES devem atingir quase R\$ 60,0 bilhões em 2005 e mais de R\$ 77,0 bilhões em 2006.

O Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional - MODERMAQ/BNDES, lançado em 2004 no âmbito da nova Política Industrial e de Comércio Exterior, acumulava, até o primeiro semestre de 2005, aplicações no valor de

R\$ 530,0 milhões (1,7 mil operações) para financiamento da aquisição de bens de capital seriados, com taxas de juros pré-fixadas. Outros programas, tais como os de financiamento para produção, comercialização e exportação de "software" e para apoio à produção de medicamentos e insumos farmacêuticos, alcançaram aplicações superiores a R\$ 320,0 milhões.

As políticas operacionais do BNDES foram também alteradas para melhorar as condições de financiamento e atenuar os riscos para os tomadores dos empréstimos. Foi reduzida pela metade a compulsoriedade em moeda estrangeira nas operações de financiamento às grandes empresas e eliminada a obrigatoriedade de repasse de risco cambial às empresas cuja operação não permita a geração de divisas. Além disso, foi criada linha de financiamento com taxa de juros fixa em dólares para operações de pré-embarque.

Cabe ainda destacar a evolução substancial do microcrédito popular e do microempreendedor. Do início de 2004 a abril de 2005 foram realizadas quase 7 milhões de operações de crédito popular no sistema financeiro nacional, totalizando empréstimos

no valor de R\$ 1,4 bilhão. Em 2005 foi criado o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e dos depósitos especiais dos bancos, voltado especificamente para estimular os microempreendedores.

Além disso, dados das maiores instituições financeiras evidenciam que o crédito em consignação já atingiu mais de R\$ 16,0 bilhões em meados do primeiro semestre de 2005, representando cerca de 40% do total do crédito pessoal, com taxas médias de juros 50% inferiores às do crédito pessoal convencional.

Desenvolvimento Industrial, Tecnológico e do Comércio Exterior

Apoio ao Setor Produtivo

O modelo de desenvolvimento conduzido pelo Governo tem como elemento fundamental a implementação de uma ativa política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Essa política, lançada em 2004, associa medidas de caráter horizontal, voltadas para o aumento da competitividade do setor produtivo como um todo, com ações específicas em áreas estratégicas para dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida da população (software, bens de capital, medicamentos, microeletrônica, biotecnologia, nanotecnologia e biomassa).

A política industrial tem sido progressivamente aprofundada e operacionalizada, com a adoção, além dos instrumentos de suporte financeiro já mencionados, de medidas nos campos institucional, tributário e do desenvolvimento tecnológico, entre outros, que hoje representam um conjunto robusto de instrumentos de apoio ao setor produtivo nacional. Ademais, o ajuste competitivo do parque industrial brasileiro, particularmente nos segmentos de cadeia produtiva mais longa, tem sido também possível pelo fim da cumulatividade da cobrança das contribuições sociais.

Foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, por meio da Lei no 11.080, de 30 de dezembro de 2004, com o objetivo de complementar a formulação da política e articular a sua implementação. Como resultado da atuação dessas instâncias de formulação e acompanhamento, o Governo lançou recentemente um amplo conjunto de medidas tributárias de incentivo ao investimento produtivo, às exportações e ao desenvolvimento tecnológico.

Entre as medidas destacam-se a criação: a) do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas

Exportadoras - RECAP, que suspende a incidência do PIS/PASEP e da COFINS nas vendas e na importação de bens de capital, quando adquiridos por empresas exportadoras; e b) do Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia de Informação - REPES, que suspende a cobrança do PIS e da COFINS na aquisição de bens e serviços por empresas de software ou de tecnologia de informação, predominantemente exportadoras.

Essas medidas evitarão o acúmulo de créditos tributários e incentivarão a realização de novos investimentos para ampliação da capacidade exportadora do País. Estima-se, por exemplo, que o REPES possibilitará ao País atingir, em 2007, exportações de software e de outros serviços de tecnologia de informação no valor de US\$ 2,0 bilhões.

Para reduzir os custos dos investimentos, foram zeradas as alíquotas do IPI incidente sobre bens de capital, antecipando-se em 18 meses compromisso assumido pelo Governo, previsto originalmente para o final de 2006. Além disso, serão ampliados, a partir de janeiro de 2006, os prazos de recolhimento do Imposto de Renda na Fonte - IRRF, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e de Contribuição sobre Movimentação Financeira - CPMF, para favorecer a melhoria do fluxo de caixa das empresas, diminuir a necessidade de capital de giro e gerar ganhos pela simplificação dos procedimentos tributários.

Entre as medidas anunciadas em junho de 2005, destaca-se também a ampliação substantiva dos incentivos à inovação tecnológica voltados para estimular os gastos privados nessa área. Os incentivos que vigorarão a partir de 2006 permitem ampliar em 60% as deduções dos dispêndios em P&D empresariais no IRPF, podendo chegar a 80% se forem incorporados novos pesquisadores e até 100% se resultarem em registro de patentes. A medida contempla ainda o estímulo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de inventores independentes, em processos de inovação realizados por empresas de maior porte.

Foi criado o Programa de Inclusão Digital com o objetivo de incentivar a aquisição de computadores pela população com menor poder aquisitivo, bem como melhorar sua inserção no mercado de trabalho. O Programa reduz a zero as alíquotas do PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre a comercialização, no varejo, de equipamentos de informática, com valor inferior a dois mil e quinhentos reais.

O pacote de medidas contempla também o aperfeiçoamento do SIMPLES, eliminando a retroatividade da exclusão de microempresas e empresas de pequeno porte do sistema de arrecadação unificada de tributos federais, quando decorrente de inscrição de débitos em Dívida Ativa da União.

Para superar uma distorção histórica importante, que afeta o desenvolvimento da atividade empresarial no País e a concretização de novos empreendimentos, o Governo concluiu em maio de 2005, e submeteu à consulta pública, Projeto de Lei que simplifica substancialmente os procedimentos para registro, legalização e baixa de empresas. Entre outros dispositivos, a proposta prevê a criação de uma rede de simplificação, composta por todos os órgãos envolvidos no processo, com a implementação de uma entrada única de informações e documentos e a adoção de licenças prévias para funcionamento de empresas.

Promoção do Comércio Exterior

A promoção do comércio exterior é elemento central na estratégia de desenvolvimento do País. As ações envolvem, entre outras, medidas de crédito às exportações, de desburocratização de procedimentos e de apoio ao crescimento da base exportadora do País, particularmente das empresas de menor porte, que apresentam no País um desempenho exportador expressivamente inferior ao de economias mais desenvolvidas, o que, ao mesmo tempo, revela um problema e indica um potencial a ser aproveitado para aumentar as exportações brasileiras.

O Governo tem procurado fortalecer e agilizar o apoio financeiro aos exportadores por intermédio do PROEX e do sistema de seguro de crédito às exportações, inclusive aperfeiçoando a administração desses programas. O BNDES liberou cerca de R\$ 27,0 bilhões para o financiamento das exportações de bens e serviços no período de janeiro de 2003 a junho de 2005.

O Banco criou um departamento específico voltado para a integração da América do Sul e a carteira de empréstimos para exportação de bens e serviços brasileiros para obras de infra-estrutura na região, que já alcança cerca de US\$ 3,0 bilhões.

O Programa Brasil Exportador, que integra inúmeros Programas governamentais de apoio às exportações (desburocratização de processos, novo SISCOMEX, Radar Comercial, etc), vem contribuindo para a constante superação das metas de exportações, estimando-se para 2005 a cifra de US\$ 112,0 bilhões. Fortalece-se também, cada vez mais, a tendência de diversificação de mercados das exportações brasileiras, com crescimento das vendas para o Oriente Médio, Europa Oriental e África, além da ampliação do acesso - possibilitada por acordos comerciais e pela promoção comercial - nos mercados dos países do Grupo Andino, Japão, Coréia, Índia e China, entre outros.

No contexto das medidas para ampliação da base exportadora do País, o Governo atua fortalecendo os chamados Arranjos

Produtivos Locais, mediante vários instrumentos, entre os quais um específico para o incremento das exportações de empresas de menor porte. Trata-se do Projeto de Extensão Industrial Exportadora - PEIEX, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, que realiza diagnósticos e disponibiliza técnicos para atuar na capacitação para o comércio exterior.

Cabe destacar também a atuação efetiva do País na Organização Mundial do Comércio, que tem permitido vitórias importantes para o Brasil em contenciosos comerciais, como foi o caso das disputas em torno dos subsídios ao algodão concedidos pelos EUA e ao açúcar, concedidos pela União Européia, abrindo perspectivas importantes para a elevação das exportações agroindustriais brasileiras.

Ciência e Tecnologia

O Governo tem priorizado a área de Ciência e Tecnologia e buscado aprofundar as sinergias das ações do setor com as prioridades da política industrial, com vistas ao aumento da competitividade do parque industrial, mediante a elevação de sua capacidade de inovação para o desenvolvimento de produtos e processos, a substituição de importações e expansão das exportações, e o atendimento dos objetivos nacionais de desenvolvimento tecnológico em áreas e regiões estratégicas para o País, como a Espacial, Nuclear, da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal, do Semi-Árido e da plataforma marítima brasileira. Cabe destacar a abertura de possibilidades mais amplas para intensificar as pesquisas de células-tronco, em função da sanção da nova Lei de Biossegurança.

Além da já mencionada ampliação dos estímulos para atividades privadas de Pesquisa e Desenvolvimento, foi sancionada a nova Lei de Inovação, que facilita a transferência para o setor produtivo de conhecimento gerado nas universidades e centros de pesquisa. Foram também aperfeiçoados e prorrogados até 2019 os incentivos para aplicações em P&D previstos na Lei de Informática. O Governo tem atuado ainda no apoio direto à criação e desenvolvimento de empresas de menor porte de base tecnológica, por intermédio de Programas como o de Pesquisa em Pequenas Empresas (Pappe), de Criação de Tecnologia (Criatec), bem como do Programa Mobilizar para Inovar.

Estão sendo desenvolvidas ações prioritárias focadas nos setores denominados portadores do futuro, tais como: a) a implantação da Rede de Pesquisa de Proteoma; b) o apoio ao Laboratório Nacional de Luz Síncrona (LNLS), que permitirá a geração de conhecimentos na produção de fármacos e na agroindústria; c) a implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia; e d) o apoio ao desenvolvimento de tecnologias na área da fabricação e utilização do biodiesel, e o domínio do ciclo do combustível nuclear.

No âmbito do Programa Espacial Brasileiro, o País vem trabalhando para dominar o ciclo completo da tecnologia espacial (satélites e cargas úteis, veículos lançadores e centros de lançamento) baseado no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, cuja reconstrução está em andamento, e na retomada do projeto do Veículo Lançador de Satélites -VLS. No que se refere ao Programa de Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro de Observação de Recursos Terrestres (CBERS), está programada a construção de mais três satélites, viabilizando uma atuação brasileira importante no mercado internacional de fornecimento de imagens por sensoriamento remoto.

Para fortalecer o desenvolvimento de recursos humanos na área de Ciência e Tecnologia, além de reajuste do valor das bolsas de estudo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico vem intensificando desde 2003 a concessão de bolsas de estudo para mestrado e doutorado, cuja meta é de mais de 15.700 mil bolsas em 2005 e 16.500 mil bolsas para 2006.

Em função da reformulação de sua gestão, as aplicações dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia aumentaram substancialmente e têm sido focadas nas necessidades do setor produtivo, e nas prioridades da política tecnológica brasileira. Para o conjunto dos 16 Fundos, as aplicações deverão atingir em 2006 o valor de R\$ 1.034,1 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Aplicação dos Recursos dos Fundos de Ciência e Tecnologia

R\$ milhão

	Valores Aplicados			PLO	
	2002	2003	2004	2005	2006
Aeronáutico	0,2	12,0	11,6	15,0	16,7
Agronegócio	1,3	25,9	25,9	31,2	42,0
Biotecnologia	1,0	13,2	12,8	30,0	25,0
Energia	25,3	66,1	73,3	75,0	79,0
Espacial	2,7	0,0	1,0	1,9	1,5
Funttel	106,3	153,7	105,2	228,4	243,7
Hidro	11,7	18,3	16,9	42,2	40,0
Info	21,3	23,2	18,8	31,5	30,2
Infra	68,3	112,3	133,0	145,0	176,5
Mineral	2,5	4,4	4,2	6,4	6,5
Naval	0,0	0,0	0,0	4,6	6,0
Petro	75,1	82,1	74,5	87,1	100,0
Saúde	0,4	24,1	26,9	31,2	42,3
Transporte	3,4	1,8	0,3	0,2	0,3
Verde-Amarelo	102,2	180,0	184,9	200,0	205,8
Amazônia	0,0	0,0	10,0	20,6	18,7
TOTAL	421,7	717,3	699,1	950,3	1.034,1

Agricultura e Agronegócio

Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio é reconhecidamente um dos setores mais importantes da economia brasileira, sendo responsável por grande parte do superávit da balança comercial, com cerca de 40% do valor total das exportações. Ademais, contribui com mais de 30% do PIB, além de gerar mais de um terço dos empregos existentes no País.

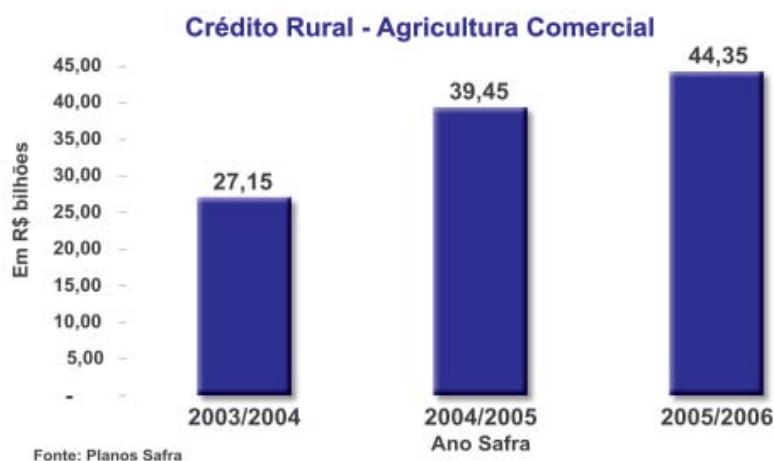
O potencial do setor também pode ser medido com base no fato de que o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões não são explorados. Esses fatores ressaltam a vocação natural do país para a agropecuária e para todos os negócios relacionados a cadeias produtivas.

O saldo comercial do agronegócio passou de US\$ 19,4 bilhões, no período de janeiro a julho de 2004, para US\$ 21,4 bilhões no mesmo período de 2005, crescimento superior a 10%. Destacam-se as exportações do complexo de soja, que atingiram US\$ 11,8 bilhões; as de carnes, que superaram o valor de US\$ 7,7 bilhões; e as de açúcar e álcool, que ultrapassaram a cifra de US\$ 4,2 bilhões.

No intuito de aproveitar ainda mais o seu potencial, o Governo tem empreendido esforços para o desenvolvimento do agronegócio, com enfoque no crédito rural, na pesquisa e transferência de tecnologia para defesa agropecuária e na comercialização e armazenagem.

No tocante ao Crédito Rural, esse vem sendo incentivado por intermédio de novos instrumentos privados de crédito para complementação dos financiamentos ao agronegócio, tais como o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA; o Warrant Agropecuário - WA; os Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA; as Letras de Crédito do Agronegócio - LCA; e os Certificados Recebíveis do Agronegócio - CRA. Ressalta-se, também, a autorização para que bancos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito possam receber depósitos de poupança rural para alavancar financiamentos ao setor.

Esses novos mecanismos, somados aos tradicionalmente utilizados pelo setor bancário e empresas, além dos financiamentos concedidos diretamente pelo Governo Federal, permitiram um crescimento substancial, ano a ano, no volume de recursos disponibilizados para financiamento do agronegócio. O volume de recursos disponibilizado nos Planos Agrícola e Pecuário passou de R\$ 27,2 bilhões em 2003/2004, para R\$ 39,5 bilhões em 2004/2005 e para R\$ 44,3 bilhões no Plano 2005/2006, com crescimento de mais de 63%, quando se compara o Plano 2005/2006 com o de 2003/2004.



As disponibilidades para investimentos no Plano 2005/2006 atingem R\$ 11,15 bilhões, um aumento de 4% em relação a 2004/2005. Esses recursos incluem os programas Moderfrota, destinado à aquisição de máquinas e implementos agrícolas; Moderinfra, que possibilita investimentos de irrigação e expansão dos meios de armazenagem da produção nas próprias fazendas; e Moderagro, referente à correção e conservação de solos, adubação verde, recuperação de pastagens e sistematização de várzeas, além da implantação de práticas conservacionistas do solo e de adequação ambiental de propriedades rurais.

No que diz respeito ao enfoque na pesquisa e transferência de tecnologia agropecuária, é de fundamental importância, para um país como o Brasil, possuir moderna tecnologia agropecuária e agroindustrial, não somente para atender as necessidades de abastecimento, como também para garantir a inserção dos seus produtos primários nos mercados internacionais. Assim, as estratégias adotadas pela pesquisa vão desde o desenvolvimento de produtos e processos mais adequados à indústria e às expectativas do consumidor, até o financiamento de projetos de pesquisa e capacitação de pesquisadores.

Nos últimos anos, a pesquisa agropecuária investiu em tecnologia para grãos em todo o País, particularmente, na região do Cerrado. O desenvolvimento tecnológico nessa região permitiu que sua produção de grãos correspondesse a 40% da produção nacional. Para avançar na geração de tecnologias, o volume de recursos disponíveis no PLO-2006 para pesquisa agropecuária é de R\$ 140,5 milhões e, para a transferência de tecnologia aos produtores, cooperativas e associações é de R\$ 16,7 milhões.

Em relação à defesa agropecuária, o acirramento das barreiras fitozoosanitárias por parte dos países importadores demonstra que há um longo caminho a percorrer para a abertura desses mercados aos produtos brasileiros. Para 2006, foram previstos R\$ 91,2 milhões

para vigilância, controle e erradicação de diversas doenças e pragas que afetam a agropecuária, em especial a erradicação da febre-aftosa, com recursos de R\$ 41,5 milhões. Foram alocados, também, R\$ 35,0 milhões para o Programa de Qualidade de Alimentos e Bebidas, visando maior eficiência nas ações de fiscalização relativas à sanidade e qualidade de alimentos de origem agropecuária, de resíduos químicos e biológicos nocivos à saúde e ao apoio para o cumprimento das regras de conformidade exigidas pelo comércio exterior.

Quanto ao segmento de armazenagem, a comercialização e regulação do abastecimento agroalimentar concentra-se na Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, a qual utiliza os instrumentos de atuação governamental de Aquisições do Governo Federal - AGF (R\$ 2,2 bilhões em 2006), os Contratos de Opções e o Prêmio de Escoamento da Produção - PEP (R\$ 0,3 bilhão em 2006), que em 2006 totalizarão R\$ 2,5 bilhões.

Ademais, o Governo Federal vem intensificando o zoneamento agrícola, aliado ao aprimoramento de ações na área de climatologia e meteorologia, por meio do programa Minimização de Riscos no Agronegócio, favorecendo a proteção dos produtores rurais mediante a contratação de seguros economicamente viáveis, como forma de incentivo à produção agropecuária. Apesar dos esforços do Governo, o custo da contratação de seguro rural ainda é muito elevado, o que levou à criação da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, que contará em 2006 com R\$ 45,0 milhões e beneficiará, sobretudo, os agricultores que se adequarem às regras do zoneamento agrícola.

Desenvolvimento Agrário

As medidas adotadas pelo Governo Federal no tocante ao desenvolvimento agrário estão alinhadas com os desafios contidos no II Plano Nacional de Reforma Agrária -PNRA/2003. De um lado, buscam agilizar e dar qualidade aos novos e antigos assentamentos rurais, de modo a garantir condições suficientes para a sua sustentabilidade e, de outro, ampliam os prazos e as condições para o financiamento da agricultura familiar de pequeno e médio porte.

Nesse contexto, foram previstos em 2006 para o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA R\$ 3,6 bilhões para aplicação direta em outros custeios e capital. Tais recursos possibilitarão beneficiar 115 mil famílias por meio da implantação de novos assentamentos rurais, 71 mil famílias mediante a recuperação e estruturação de assentamentos implantados até 2002, e financiar a aquisição de terras para cerca de 30 mil famílias. No tocante à agricultura familiar, serão beneficiados mais de 253 mil agricultores com assistência técnica e capacitação. Esses recursos serão utilizados em diversas ações prioritárias, entre elas:

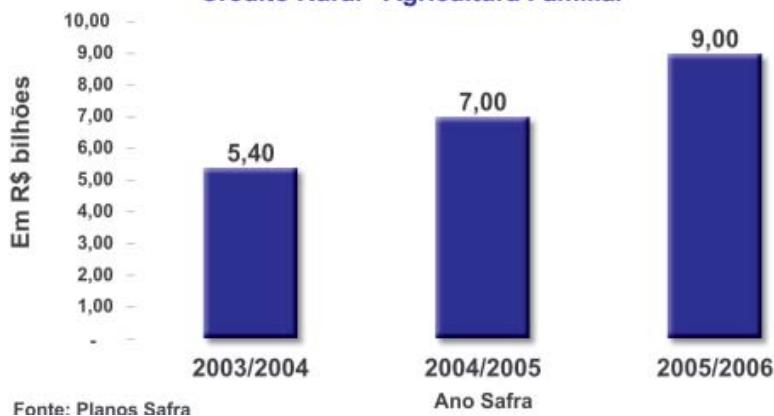
- Para a desapropriação de terras para fins de reforma agrária o Governo Federal destinou recursos da ordem de R\$ 938,1 milhões. Além da desapropriação por interesse social, existem outras formas de obtenção de imóveis para reforma agrária, tais como a compra e venda direta e a arrecadação de terras devolutas. Os beneficiários dos novos projetos de assentamento receberão, também, assistência técnica e infra-estrutura social e produtiva, para os quais estão previstos R\$ 436,4 milhões. Para atendimento aos assentados em projetos antigos foram destacados R\$ 200,4 milhões, visando principalmente ações de assistência técnica e infra-estrutura social e produtiva.
- Para a concessão de crédito-instalação aos assentados da reforma agrária estão alocados R\$ 939,0 milhões. Os recursos poderão ser usados na construção de moradia na parcela de terra, na aquisição de insumos e pequenos equipamentos para os trabalhos e na subsistência das famílias até a primeira colheita. Além disso, as famílias assentadas em projetos em recuperação receberão complementação dos créditos para continuidade produtiva.
- Outro instrumento para a reorganização agrária, o Programa de Crédito Fundiário, prevê R\$ 427,2 milhões destinados à concessão de financiamentos para aquisição de imóveis rurais. Outros R\$ 117,2 milhões serão disponibilizados para a estruturação das unidades produtivas.
- Como nova forma de garantir sustentabilidade aos beneficiários da reforma agrária e aos agricultores familiares, o Governo terá como foco o desenvolvimento de territórios rurais, canalizando a sua atuação para determinadas regiões, com prioridade para aquelas com vocação para a agricultura familiar. O processo inicia-se com o apoio à elaboração de um plano de desenvolvimento do território, o qual contará com a participação de todos os atores locais. Adicionalmente, com recursos da ordem de R\$ 84,7 milhões, o Governo apoiará a execução de obras e serviços locais que foram definidos como prioritários no plano de cada território.
- Merece destaque a incorporação em 2006, na programação do MDA, de recursos da ordem de R\$ 130,0 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Parte integrante do Programa Fome Zero, criado em 2003 com o objetivo de promover, a partir do abastecimento pela agricultura familiar, o acesso à alimentação de

populações em situação de risco alimentar, até então, o PPA contava com recursos somente no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Vale esclarecer que as ações do MDA compreenderão a comercialização vinculada à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de maneira a formar um "funding" que permita novas compras de alimentos do agricultor familiares.

Outra importante forma de apoio do Governo Federal se refere às linhas de crédito para agricultura familiar. Os financiamentos concedidos vêm alcançando os resultados esperados: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf promoveu a inclusão social de mais de 600 mil agricultores familiares em 2003 e 2004. No ano de 2004, mais de 1,57 milhão de pessoas firmaram contratos com o Pronaf, número significativamente superior aos 953,2 mil em 2002. O volume de recursos aplicados pelo Governo e bancos no financiamento de agricultores familiares também apresentou expressivo crescimento, passando de R\$ 2,4 bilhões em 2002 para R\$ 5,6 bilhões em 2004, o que representa um incremento de 134,2%.

Os recursos disponibilizados para financiamento no Plano Safra da Agricultura Familiar 2005/2006 deverão atingir cerca de R\$ 9,0 bilhões, contra R\$ 7,0 bilhões e R\$ 5,4 bilhões, para as safras 2004/2005 e 2003/2004, respectivamente. O número de famílias beneficiadas deverá alcançar quase 2,0 milhões, em função do aumento previsto de recursos na safra que está iniciando. O financiamento rural do Pronaf tem impactos sociais e econômicos, uma vez que viabiliza aos agricultores familiares ganhos em escala na unidade de produção, mantém as pessoas ocupadas e gera empregos e possibilidades para que a família permaneça no meio rural. Além disso, diminui a tensão no campo e a pressão por emprego na cidade.

Crédito Rural - Agricultura Familiar



Desenvolvimento Regional

A estratégia de desenvolvimento tem como traço marcante a redução dos desequilíbrios regionais, para viabilizar o melhor aproveitamento das potencialidades sócio-econômicas do País e melhorar as condições de vida da população.

Para isso, além das ações tradicionais específicas da área regional, as políticas setoriais e de infra-estrutura têm sido formuladas e implementadas tendo como referencial os requerimentos de integração regional e desenvolvimento harmônico do País. O conjunto de instrumentos mobilizados, que contemplam também objetivos de desenvolvimento regional, é amplo e diversificado, com ações nas áreas de turismo; recursos hídricos; infra-estrutura de transporte; indústria, tecnologia e comércio exterior; agricultura familiar; energia renovável/biodiesel; entre outras.

A aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais é orientada para o aproveitamento sustentável das vocações produtivas locais, o apoio à disseminação de tecnologias alternativas no semi-árido e à estruturação de cadeias e arranjos produtivos. O volume de recursos emprestados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Centro-Oeste e Nordeste alcançaram o recorde de R\$ 5,7 bilhões em 2004, 89% a mais do que o aplicado em 2003, sendo R\$ 3,2 bilhões na região Nordeste. Para 2005 estão previstas aplicações de mais de R\$ 7,5 bilhões.

Para estimular o investimento privado em regiões menos desenvolvidas, em junho de 2005 foram ampliados os incentivos tributários regionais, por intermédio da criação de um novo regime direcionado para micro-regiões mais carentes nas áreas de atuação das Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (ADA e ADENE). Esse novo regime permite: a) a depreciação integral dos bens de capital no ano da aquisição, para efeito do cálculo do Imposto de Renda; e b) o aproveitamento do crédito do PIS/PASEP e da COFINS, relativo à aquisição de bens de capital, no prazo de 12 meses.

Alguns projetos estratégicos na área de infra-estrutura econômica estão sendo viabilizados pelo Governo Federal e causarão impactos importantes no desenvolvimento regional, como é o caso da Transnordestina (trechos Eliseu Martins - Suape e Eliseu Martins - Pecém), cuja modelagem já foi concluída.

O empreendimento, que contará com o aporte de recursos provenientes do BNDES e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e de Desenvolvimento do Nordeste, objetiva reativar

pontos da malha ferroviária da Região Nordeste de forma a possibilitar a interligação de pólos de produção agrícola, mineral e industrial da região e estes com as demais regiões do País.

Estimativas indicam que a Transnordestina transportará 30 milhões de toneladas de grãos e de outras cargas até 2010, fato que permitirá o aumento em 4,4% das vendas externas brasileiras e o transporte de 2,5 milhões de passageiros ao ano, provavelmente em trens modernos e confortáveis de dois andares, com capacidade para 160 passageiros.



Na área de infra-estrutura hídrica, estão em execução 42 grandes projetos estruturantes, com a construção de 2 mil km de sistemas adutores que possibilitarão beneficiar 170 municípios e uma população de mais de 3 milhões de pessoas com abastecimento de água para consumo e produção agropecuária e industrial. Desde o início de 2003, já foram investidos recursos da ordem de R\$ 135,0 milhões na implantação desses projetos.

A União está avaliando, em parceria com estados e organizações da sociedade civil, 72 perímetros públicos de irrigação, objetivando transferir sua gestão para a iniciativa privada, em especial para pequenos produtores, e prevê para 2006 recursos da ordem de R\$ 139,0 milhões, que possibilitarão: licitação dos lotes dos projetos; seleção dos produtores; organização ou reorganização dos produtores no distrito de irrigação, associações e/ou cooperativas; conscientização e

capacitação dos produtores em agricultura irrigada, administração agrícola, manejo ambiental, associativismo, gestão de projeto, operação e manutenção dos sistemas; reabilitação e modernização dos sistemas; assistência técnica; co-gestão e transferência da gestão.

O projeto prioritário do Governo Federal na área do desenvolvimento regional é o de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, a ser implantado com base em novo enfoque de integração das bacias hidrográficas e de revitalização daquele Rio, via ações de recuperação ambiental. O projeto em sua totalidade envolve recursos da ordem de R\$ 6,3 bilhões, dos quais R\$ 5,0 bilhões são destinados à integração das bacias e R\$ 1,3 bilhão à revitalização do Rio, que propiciarão a redução das despesas públicas em ações emergenciais e assistenciais às populações, decorrentes dos efeitos das secas e estiagens.

O Programa Integração de Bacias Hidrográficas prevê investimentos de cerca de R\$ 596,6 milhões em 2005 e R\$ 925,1 milhões em 2006, totalmente direcionados ao projeto São Francisco. Já o esforço de revitalização do Rio consumirá R\$ 91,3 milhões neste exercício e R\$ 124,1 milhões no próximo.

Entre os principais problemas identificados atualmente no Rio São Francisco, destaca-se a poluição hídrica, que compromete a situação ambiental de sua Bacia. Assim, cerca de 80% dos recursos destinados à Revitalização serão direcionados para o Saneamento Ambiental. Os impactos ambientais decorrentes do Projeto de Integração poderão ser perfeitamente atenuados e monitorados por meio dos Programas Ambientais que integram o Projeto.

O Estudo de Sustentabilidade Hídrica do empreendimento já foi concluído, e comprovada a viabilidade técnica do projeto. Constatou-se que a utilização de apenas 2% da vazão total do Rio São Francisco, prevista no Projeto, além de não prejudicar a população da bacia doadora, beneficiará um grande contingente populacional, promovendo o desenvolvimento de regiões carentes do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

O processo de licitação para aquisição de equipamentos hidráulicos para o Projeto foi concluído. Dois sistemas independentes, denominados eixo norte e eixo leste, captarão água no Rio São Francisco entre as barragens de Sobradinho e Itaparica, no Estado de Pernambuco. A licitação de obras dos canais Norte e Leste está em fase de conclusão, com previsão de início das obras para setembro de 2005.

Política Ambiental Integrada

O Governo inseriu definitivamente a dimensão ambiental na formulação e execução das políticas públicas. Além da implementação da avaliação ambiental estratégica do PPA, são exemplos dessa articulação, entre outros: a) o novo modelo do setor elétrico, com requerimentos prévios de licenciamento para licitação de projetos e solução dos passivos ambientais das hidrelétricas; b) a regularização ambiental das atividades de exploração de petróleo e distribuição de gás natural; c) o aperfeiçoamento dos padrões ambientais nos empreendimentos de ferrovias, hidrovias e portos; d) a formulação de novo modelo de assentamento para a Amazônia; e e) o projeto de revitalização e saneamento do São Francisco.

Está sendo implementado também o plano de ação para prevenção e combate ao desmatamento da Amazônia, com a participação coordenada de três Ministérios e várias autarquias. Esse plano envolve o ordenamento fundiário nos municípios com maior concentração de ações ilegais, a implantação de obras de infra-estrutura ambientalmente sustentáveis, a recuperação de áreas degradadas, a incorporação de áreas devastadas ao manejo florestal e a atuação integrada de Órgãos responsáveis pelo combate às atividades ilegais.

Essa atuação contempla, ainda, o incentivo ao uso sustentável da floresta, já tendo sido criados 8,3 milhões de hectares de Unidades de Conservação no período de março de 2004 a junho de 2005, com metade da área para proteção integral e a outra metade para atividades de uso sustentável. Ademais, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional Projeto de Lei de Gestão das Florestas Públicas, que trata da organização da atividade florestal unindo o uso econômico dos recursos florestais e a sua preservação, possibilitando às populações residentes nessas áreas melhorarem suas condições de vida sem a destruição do meio ambiente.

Outro destaque da política ambiental é o plano de desenvolvimento sustentável para a área de influência da BR-163, primeira grande obra de infra-estrutura, cuja implantação considera as dimensões social, econômica e ambiental, de forma integrada, envolvendo 21 Ministérios. O chamado Plano BR-163 Sustentável foi alvo de consulta pública a cerca de 3 mil pessoas e 800 entidades. O Projeto prevê o apoio ao fortalecimento da gestão ambiental e do ordenamento territorial dos municípios localizados na área de influência da Rodovia, bem como a criação de 4 pólos de gestão ambiental rural/Gestar, ao longo da BR-163 e na região do Araguaia.

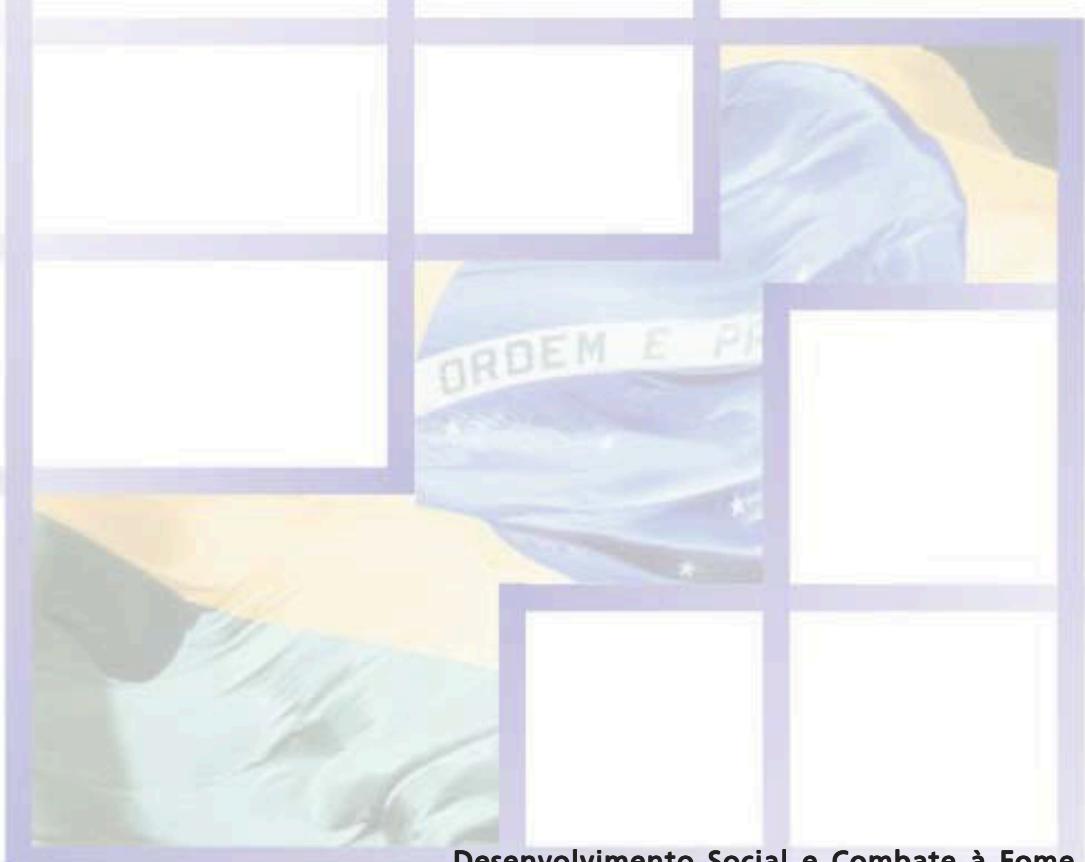
Turismo

O setor de Turismo vem apresentando, nos últimos anos, bons resultados que são caracterizados pelo crescimento do número de desembarques em vôos nacionais, que foi recorde em julho de 2005, com 4,2 milhões de passageiros (22,57% acima de junho de 2005) e de desembarques internacionais, que tiveram alta de 20,34% em julho deste ano, ante o mesmo mês de 2004.

Além disso, de acordo com dados do Banco Central, cerca de US\$ 2,1 bilhões entraram no País no primeiro semestre do ano trazidos por estrangeiros, sendo o setor turístico considerado o terceiro produto de exportação na balança comercial brasileira, atrás apenas do minério de ferro e da soja em grãos.

Para dar prosseguimento a esses bons resultados, o Governo vem priorizando o desenvolvimento da infra-estrutura do País por meio dos Programas de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur, com o objetivo de desenvolver e consolidar a atividade turística brasileira, assim como garantir alternativas de sustentabilidade local. Para tanto, estão sendo destinados na Proposta Orçamentária para 2006 recursos no valor de R\$ 62,4 milhões.

III - Políticas Sociais



**Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Educação**

Emprego e Renda

Previdência Social

Esporte

Cultura

Desenvolvimento Urbano

Justiça, Cidadania e Política Indigenista

Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O Fome Zero

Tendo em vista a gravidade da questão alimentar no Brasil, o Governo Federal tem como um de seus principais desafios o combate à fome. Segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada em 2002 e 2003 pelo IBGE, cerca da metade dos brasileiros se defronta com dificuldades para garantir uma alimentação adequada. Com efeito, os dados revelam que 46,6% das famílias declararam que tinham restrições para comprar alimentos e 13,8% afirmaram que o alimento era geralmente insuficiente.

A urgência de reverter esse quadro e de buscar assegurar o direito humano à alimentação adequada impôs à nação a implementação de uma estratégia de enfrentamento da fome por intermédio do Fome Zero. Tal estratégia, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, articula programas e ações de diversas Pastas em torno de 4 eixos: (1) ampliar o acesso aos alimentos; (2) fortalecer a agricultura familiar; (3) gerar renda; e (4) mobilizar e articular os beneficiários dos programas, bem como a sociedade civil, fundamental no combate à fome no País.

No que se refere à ampliação do acesso aos alimentos, destaca-se como importante atuação do Governo Federal, que integra o Fome Zero, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Ministério da Educação, um dos maiores programas alimentares hoje existentes em todo o mundo. O PNAE oferece pelo menos uma refeição diária para 37 milhões de crianças e adolescentes matriculados na rede pública de pré-escola e ensino fundamental. Depois de quase dez anos sem atualização, o selo de prioridade do Fome Zero possibilitou reajustes do programa de modo expressivo nos últimos dois anos. O valor per capita transferido aos governos estaduais e municipais aumentou em 40%, enquanto que para populações indígenas e comunidades remanescentes de quilombos, o aumento foi de 162%. Além disso, a alimentação escolar foi estendida às creches públicas e privadas sem fins lucrativos, que nunca haviam sido contempladas com esse benefício. Essas prioridades estão mantidas para 2006.

Compõe também o Fome Zero o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), implementado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que, em 2006, continuará beneficiando pelo menos 8 milhões de trabalhadores do mercado formal de trabalho com auxílio financeiro específico para refeições e aquisição de alimentos.

Merece destaque a distribuição de cestas de alimentos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CONAB/MAPA), destinadas a grupos específicos da população - trabalhadores rurais acampados, populações atingidas pela construção de barragens, populações indígenas e remanescentes de quilombos. Para 2006, estima-se o atendimento a cerca de 418 mil famílias. Ainda em relação à ampliação do acesso aos alimentos, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome irá expandir, em 2006, para cerca de 100 unidades, o programa de restaurantes populares em grandes cidades. Também deverá ser ampliado o atendimento por meio de cozinhas comunitárias em pequenas localidades, bem como de bancos de alimentos. Além disso, serão atendidas 48,3 mil famílias com atividades de apoio à produção alimentar para o autoconsumo.

No que tange ao acesso à água, cita-se, como iniciativa impulsionada pelo Fome Zero, a construção de cisternas, beneficiando famílias da região do semi-árido nordestino. Essa atividade conta com a parceria dos Estados, dos Municípios, da rede de organizações não-governamentais Articulação para o Semi-Árido (ASA) e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Em 2006, deverão ser construídas 52,5 mil novas cisternas. O Fome Zero compreende, ainda, a promoção de hábitos de vida e de alimentação saudáveis, implementada pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e da Educação.

O segundo eixo do Fome Zero diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar. Nesse sentido, saliente-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nos dois primeiros anos deste Governo, o financiamento rural do Programa promoveu a inclusão social de mais de 600 mil agricultores familiares. As regiões onde ocorreram o maior crescimento no número de beneficiários do PRONAF foram a Norte e o Nordeste, sobretudo por intermédio do microcrédito rural. Para o ano-safra 2005/2006, a meta é atingir dois milhões de contratos, com a aplicação de R\$ 9,0 bilhões. Complementando o crédito, o Seguro de Agricultura Familiar e o Fundo Garantia Safra (este destinado aos agricultores familiares da região do semi-árido) contribuem para a redução dos riscos inerentes à atividade agrícola e para a manutenção da renda familiar na pequena propriedade rural.

Mencione-se, também, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma parceria entre os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (por meio da CONAB) e do Desenvolvimento Agrário. O PAA assegura a compra da produção do agricultor familiar e distribui os alimentos adquiridos a entidades sociais e a grupos em situação de vulnerabilidade. Assim, de um lado, garante renda e trabalho para homens e mulheres do campo e, de outro, contribui para a melhoria das condições nutricionais das famílias mais pobres. Para 2006, está prevista a aquisição de cerca de 282 mil toneladas de alimentos. Destaca-se neste Programa, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a aquisição e distribuição de leite a famílias em condição de insegurança alimentar, na região do semiárido brasileiro, o que vem beneficiando cerca de 700 mil famílias.

Quanto à geração de renda, também contribuem para o Fome Zero os programas de qualificação profissional, de microcrédito produtivo e de economia solidária. Tais iniciativas têm o propósito de melhorar o acesso ao mercado de trabalho, além de oferecer crédito a empreendedores de baixa renda, estimulando o desenvolvimento local e a inclusão social. Finalmente, têm destaque os estímulos oferecidos pelo Governo Federal, por meio dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para atividades de inclusão produtiva no âmbito da economia solidária.

Por fim, o quarto eixo de estruturação do Fome Zero diz respeito às ações de articulação e de mobilização dos beneficiários, aí inseridas as atividades desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tais como os Programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, por meio dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. Tratam-se de espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de pobreza, que prestam atendimento socioassistencial e articulam os serviços disponíveis, potencializando a rede de proteção social básica. Em 2005 foram disponibilizadas 1.700 unidades em todo o País. Além disso, há outras formas de mobilização e organização da sociedade civil em torno do Fome Zero, que contam com o apoio da Presidência da República e buscam celebrar parcerias entre entidades públicas e privadas, promover mutirões, realizar doações e capacitar agentes sociais para uma educação cidadã, bem como a realização de atividades de controle social de programas públicos.

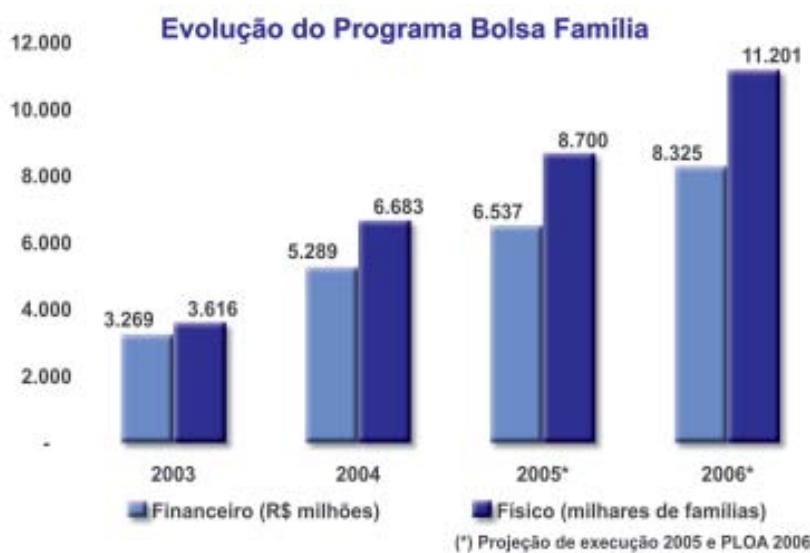
O Programa Bolsa-Família

Inserido no eixo ampliação do acesso aos alimentos, destaca-se o Programa Bolsa-Família como importante política assistencial que integra o Fome Zero, também de responsabilidade do MDS, que, até o final de 2006, deverá universalizar o atendimento à 11,2 milhões de famílias consideradas pobres, configurando-se, portanto, como o maior programa de transferência de renda do

País. As famílias beneficiadas recebem, em média, R\$ 66,00 por mês. Tais benefícios são condicionados a uma agenda de compromissos nas áreas de saúde e educação que as famílias necessitam cumprir, o que as auxiliam a romper o ciclo de perpetuação da miséria. Com isso, contribui-se, de um lado, para melhorar as condições de saúde dessa população, em especial das gestantes, nutrizes e crianças, incentivando-a a freqüentar a rede pública de saúde e, de outro lado, a elevar a escolarização de seus filhos, já que a freqüência à escola das crianças de 6 a 15 anos é requisito para receber a bolsa.

O Programa, originário da unificação dos diversos programas de transferência de renda existentes anteriormente - auxílio-gás, bolsa-alimentação, bolsa-escola e cartão-alimentação -, em outubro de 2003, teve forte expansão do atendimento, o que pode ser observado pelas metas crescentes de beneficiários, conforme quadro a seguir:

Meta	Realizada		Prevista	
	Ano	2003	2004	2005
Milhões de Famílias		3,6	6,7	8,7



A Política Nacional de Assistência Social

Em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) deram prioridade à elaboração da nova Política Nacional de Assistência Social - PNAS, na direção da implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, conforme deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003. O SUAS configura-se como o novo reordenamento da política de assistência social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações, aumentando a cobertura.

Neste sentido, a política de assistência social será organizada por tipo de proteção - básica e especial -, conforme a natureza da proteção social, e por níveis de complexidade do atendimento - baixa, média e alta -, segundo o grau de hierarquização das necessidades, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados. A sistemática de financiamento será estabelecida por meio do piso de proteção social básica e do piso de proteção social especial, com repasse automático fundo a fundo. Além disso, serão estabelecidas responsabilidades para os três entes federados no co-financiamento das ações, conforme prevê a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS. A PNAS inclui, também, outros importantes aspectos para uma gestão qualificada da política, tais como o controle social, o Sistema de Informação e de Monitoramento e Avaliação e a Política de Recursos Humanos para a área.

O Governo Federal, sob a nova ótica de atendimento da assistência social, está alocando, para 2006, recursos aos seguintes Programas:

- Programa de Proteção Social Básica, com R\$ 11,4 bilhões para atendimento de 2,5 milhões de famílias (inclui as ações de pagamento dos benefícios de prestação continuada da LOAS e a Renda Mensal Vitalícia, que beneficia cerca de 2,8 milhões de pessoas); e
- Programa de Proteção Social Especial, com R\$ 125,6 milhões para atendimento a cerca de 153 mil pessoas.

A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social foram regulamentados por meio da Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS no último mês de julho. A referida Norma tem por objetivos: (1) estabelecer níveis de gestão para que os Municípios acessem recursos federais, definindo requisitos, responsabilidades e incentivos para cada nível de gestão; (2) qualificar os instrumentos de gestão da política (i.e., plano, orçamento, gestão da informação, monitoramento e avaliação e relatório anual de gestão); (3) reafirmar os espaços de articulação, pactuação e deliberação do sistema descentralizado e participativo da assistência social; e (4) normatizar a gestão financeira do Sistema, estabelecendo as condições, mecanismos e critérios de transferência e partilha de recursos, bem como a forma de co-financiamento da política.

Note-se que, em 2005, estão em pleno processo de realização as conferências municipais, estaduais e nacional de assistência social, que têm como tema: "SUAS - Plano 10: Estratégias e Metas para a Implementação da Política Nacional de Assistência Social". A V Conferência Nacional de Assistência Social, a ser realizada em dezembro de 2005, tem como propósito principal "aprovar um pacto de metas e compromissos entre

sociedade civil e entes gestores para consolidar o SUAS em todo o território nacional nos próximos 10 anos".

Para o ano de 2006, várias ações deverão ser desencadeadas, com vistas a consolidar o processo de implementação do SUAS, destacando-se:

- A elaboração do Plano Nacional de Assistência Social; a conclusão do conjunto de regulações dos serviços, programas, projetos e benefícios da Política Nacional de Regulação da Assistência Social (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial); e a regulamentação dos arts. 2º e 3º da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;
- A consolidação dos sistemas de informação de modo a aprimorar a gestão, o repasse automático de recursos, o monitoramento, a avaliação e o controle social dos programas e ações impulsionados pelo Ministério;
- A elaboração, a normatização e a implementação de uma política nacional de recursos humanos para o SUAS;
- A revitalização de equipamentos sociais da rede de proteção social componente do SUAS;
- O aperfeiçoamento da gestão do benefício de prestação continuada, mediante várias medidas, destacando-se a vigência de novo decreto de regulamentação; e
- A elaboração e a implementação de políticas de inclusão de diversos grupos populacionais, tais como a população de rua e os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Outras iniciativas na área da assistência social

Merecem destaque diversas outras importantes iniciativas que o Governo tem dado continuidade na área de assistência social, como é o caso das políticas voltadas às crianças e aos jovens, especialmente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Projeto Agente Jovem.

A relevância do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil fica evidente em seu objetivo, que é o de combater o trabalho precoce, por intermédio do reingresso, da permanência e do sucesso escolar da criança e do adolescente, incentivando um segundo turno de atividades onde as unidades escolares ou de apoio, reforçadas com recursos humanos e materiais, asseguram a alimentação, a orientação nos estudos, esportes e lazer, com a aplicação prevista para 2006, de R\$ 325,4 milhões. Além dessas atividades, ainda é concedida uma bolsa às famílias das crianças retiradas do trabalho, benefício que será paulatinamente migrado para o Programa Bolsa-Família.

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano representa importante ação de assistência social com foco em jovens entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade e risco social, pertencentes a famílias com renda per capita de até \square salário mínimo, visando ao desenvolvimento pessoal, social e comunitário desse público-alvo. Proporciona capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado. O MDS concede, também, diretamente ao jovem, uma bolsa durante os 12 meses em que ele estiver inserido no programa e atuando em sua comunidade.

Esse projeto tem como objetivo criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade; preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada; e desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, para quando estiver inserido no mercado de trabalho.

Atualmente atende, mensalmente, a 57.186 jovens, sendo que até o final de 2005, com continuidade para 2006, a meta é atender 110 mil jovens, com investimento de R\$ 70,0 milhões e R\$ 85,8 milhões, para 2005 e 2006, respectivamente.

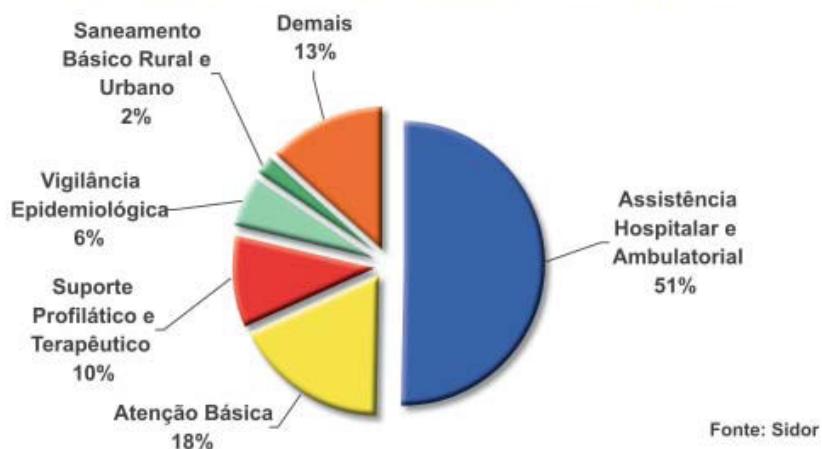
Saúde

A Emenda Constitucional no 29, de 13 de setembro de 2000, que determinou os parâmetros mínimos de aplicação de recursos provenientes das três esferas governamentais para o setor saúde, tem garantido recursos públicos crescentes para o financiamento de ações e serviços de saúde.



Na área de saúde, a prioridade tem sido a ampliação do acesso à rede pública, a melhoria da qualidade do atendimento e a redução das desigualdades. Com esses objetivos, o Governo Federal procura consolidar o Sistema Único de Saúde - SUS, aumentando a sua resolutividade.

Proposta Orçamentária para Saúde, por Subfunção - 2006



O sistema público de saúde brasileiro tem se revelado oneroso para a sociedade, em decorrência da excessiva centralização nos serviços hospitalares, tornando-se urgente prosseguir com a sua reorganização. Nessa perspectiva, o Ministério da Saúde vem ampliando e fortalecendo a atenção básica e expandindo os programas de Saúde da Família (PSF) e de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), objetivando priorizar as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Atualmente, o País conta com cerca de 22 mil Equipes de Saúde da Família em 4,7 mil Municípios, e 200 mil Agentes Comunitários de Saúde atuando em 5,1 mil municipalidades.

Ambos os programas atendem a, aproximadamente, 40% da população brasileira. As Equipes do PSF são multidisciplinares (médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e agentes comunitários), e têm por finalidade prestar assistência contínua a todas as pessoas que vivem no território sob sua responsabilidade. Tais equipes são capazes de resolver até 85% dos problemas de saúde da comunidade atendida, prevenindo doenças, evitando internações desnecessárias e melhorando a qualidade de vida da população. Para 2006, estarão em plena atividade cerca de 26 mil equipes de Saúde da Família, sendo aplicado, para tanto, o montante de R\$ 3,25 bilhões.

Vale destacar que os programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde têm expressivo impacto na redução da mortalidade infantil, outra importante prioridade do Ministério da Saúde. Assim, com o propósito de ampliar a atenção

à saúde da criança, esse Ministério vem desenvolvendo relevantes ações adicionais, mencionando-se: a implantação da Caderneta de Saúde da Criança; a abertura de Bancos de Leite; e a implantação de centros colaboradores estaduais em saúde da criança. Essas ações visam à promoção do nascimento saudável, o acompanhamento do recém-nascido de risco, o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento, a imunização das crianças e sua alimentação saudável.

O Ministério da Saúde tem dedicado especial atenção à redução e ao controle da mortalidade materna. Neste sentido, destaca-se o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento que busca reduzir as taxas de morbi-mortalidade materna e perinatal por meio de medidas que, de um lado, assegurem a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto, puerpério e neonatal, e, de outro, ampliem as ações de atenção à gestante (i.e., investimentos nas redes estaduais de assistência à gestação de alto risco e incremento do custeio de procedimentos específicos). Mencione-se, ainda, a implementação de estratégia específica voltada para o monitoramento, o acompanhamento e a investigação das notificações de mortes, realizados pelos Comitês de Mortalidade Materna. No Brasil, morrem anualmente mais de 2 mil mulheres e mais de 38 mil recém-nascidos por complicações da gravidez, do aborto, do parto ou pós-parto, sendo que a meta do Ministério da Saúde é reduzir esses óbitos em 15%, até o ano de 2007.

Ampliar o atendimento odontológico é outra ação prioritária do Governo Federal, na busca da redução das desigualdades em saúde. Com efeito, segundo dados do IBGE, em 2003, 31% da população com rendimento mensal familiar de até 1 salário-mínimo declarou nunca ter feito uma consulta odontológica. Para enfrentar este problema, o Ministério da Saúde criou o Programa Brasil Sorridente que articula diversas ações, tais como: a criação de equipes de Saúde Bucal, a fluoretação da água e a distribuição de material de higiene bucal. No que se refere às Equipes de Saúde Bucal (ESB), até meados de 2005, haviam sido constituídas cerca de 10 mil equipes. Cada uma delas é formada por um dentista, um auxiliar de consultório e um técnico em higiene bucal, tendo como principais atribuições a realização do seguinte atendimento básico: extração dentária, restauração, aplicação de flúor, resina e próteses dentárias gratuitas. Prevê-se, para 2006, o gasto de R\$ 125,0 milhões, objetivando o atendimento de aproximadamente 77,1 milhões de pessoas.

Mais recentemente, as ESB passaram a oferecer, também, um atendimento especializado que inclui cirurgias, tratamento de canal e doenças de gengiva, próteses e diagnóstico precoce de câncer bucal. Destacam-se os Centros de Especialidades

Odontológicas (CEO), distribuídos em todos os Estados brasileiros e implantados nos Municípios que apresentam um histórico de referência em atendimento especializado em outras áreas. Outra frente de atuação preventiva do Brasil Soridente é a garantia da fluoretação da água em todos os Municípios com sistema de abastecimento, uma vez que onde não há flúor na água a incidência de cáries é 49% maior.

A prioridade conferida ao combate às desigualdades sociais levou o Ministério da Saúde, ainda, a implementar o "Incentivo de equidade em saúde" que tem por principal objetivo ampliar o acesso à saúde de populações mais vulneráveis. Entre as medidas já implantadas, note-se o incentivo de 50% no valor dos repasses de recursos para os programas de Saúde da Família e de Saúde Bucal na assistência a populações remanescentes de quilombos.

O Governo vem buscando, igualmente, a reestruturação da atenção de média e alta complexidades, particularmente a atenção pré-hospitalar, ambulatorial e hospitalar, por meio de um conjunto de mudanças que visa ao maior conforto para o usuário, ao atendimento de acordo com o grau de risco, à atenção mais efetiva pelos profissionais de saúde e ao menor tempo de permanência no hospital. É importante destacar que os gastos hospitalares para o atendimento da população no sistema de gestão plena e avançada, na rede do Sistema Único de Saúde - SUS, em 2006, perfazem o montante de R\$ 16,3 bilhões.

Deve ser ressaltado, ainda, no que tange à atenção hospitalar, a implantação do Programa de Qualificação da Atenção em Saúde (QualiSUS). Os hospitais atendidos pelo programa recebem equipamentos novos e têm suas instalações reformadas. Além da melhoria do atendimento das emergências médicas, o programa atua em quatro frentes, a saber: (1) adequação das unidades de atenção básica para a realização de procedimentos simples, contribuindo para reduzir as filas nas emergências; (2) garantia do acesso da população a consultas especializadas e cirurgias de média complexidade; (3) implantação de política de humanização do atendimento no SUS; e (4) criação de centrais de regulação de leitos e de consultas para distribuir pacientes entre hospitais e unidades de atenção básica. Em 2004, iniciou-se a implantação do QualiSUS nas urgências/emergências do Estado de Sergipe e nas regiões metropolitanas de Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Goiânia.

O Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU/192 é parte integrante da iniciativa de qualificação do atendimento em saúde, e foi estruturado para prestar assistência às pessoas em situações de urgência, por causas clínicas (como infartos ou derrames cerebrais), traumáticas (como fraturas ou ferimentos decorrentes de acidentes) ou psiquiátricas (como doenças mentais

ou uso de drogas). Já foram implantados, ou estão em fase final de implantação, 94 SAMU, os quais atendem 606 Municípios. Para 2006, essa iniciativa contará com recursos de R\$ 300,0 milhões.

A política de assistência farmacêutica é parte integrante da política nacional de saúde, sendo o medicamento importante insumo do atendimento. Além do fornecimento gratuito de medicamento na rede pública de saúde, o Ministério vem buscando ampliar o acesso da população aos medicamentos essenciais. Para tanto, priorizou a implantação das Farmácias Populares que visa beneficiar, principalmente, as pessoas com dificuldade para realizar o tratamento devido ao alto custo destes produtos. Em 2004, foram criadas as primeiras 27 Farmácias Populares, contendo um elenco de 89 medicamentos, com potencial de atendimento de 200 mil famílias, pretendendo-se dar continuidade ao êxito do Programa em 2005 e 2006, por intermédio da implantação de farmácias populares em todas as regiões do País.

A implantação de farmácias populares é apenas um eixo de atuação do Programa, que faz parte da Política de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde. Além das farmácias, o Programa prevê a subvenção para a compra de medicamentos na rede privada. A lei, quando aprovada, permitirá que a população compre remédios de uma lista selecionada por um preço, no mínimo, 50% menor que o praticado atualmente. O Projeto de Lei (PL 5235/2005) que cria a subvenção dos medicamentos está em tramitação no Congresso Nacional.

É importante ressaltar que o item medicamento implica grande volume de gastos para o Governo Federal, e para tornar público quais medicamentos estão sendo adquiridos e possibilitar maior transparência nas compras, o Ministério da Saúde criou o Portal de Medicamentos, que funciona como uma referência em relação aos preços praticados no mercado.

A implantação do Portal dos Medicamentos facilita a padronização e integração das informações sobre as aquisições feitas pelo poder público, nas suas diferentes esferas, e é o caminho para melhorar o gerenciamento dos escassos recursos públicos. Outro exemplo, nesse sentido, foi a adoção do pregão para aquisição de hemoderivados, que promoveu redução dos gastos em mais de 50%, significando uma economia de R\$ 60,0 milhões, a serem investidos na ampliação da compra desses produtos e na constituição da Hemobrás, a primeira fábrica brasileira de hemoderivados.

Outro exemplo de novo investimento do Ministério da Saúde é fruto do termo de cooperação assinado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Acre para instalação de uma fábrica de

preservativos masculinos de látex em Xapuri, no interior do Estado. Para fabricação dos preservativos, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 14,0 milhões, a serem custeados pelos Ministérios da Saúde (45%), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (35%) e do Meio Ambiente (10%) e pelo Governo do Acre (10%).

Finalmente, destacam-se na área da saúde as ações voltadas ao saneamento básico, executadas pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA que, em parceria com o Ministério das Cidades, contarão, em 2006, com R\$ 906,0 milhões. Essa parceria tem priorizado as ações de saneamento ambiental em municípios carentes e naqueles integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico - RIDE, com vistas a propiciar melhores índices de cobertura dos serviços de saneamento a populações urbanas e rurais, inclusive as mais vulneráveis, com destaque para as remanescentes de quilombos, assentados e de reservas extrativistas. Espera-se que esse esforço conjunto concorra efetivamente para a redução de óbitos de menores de um ano de idade, relacionados à falta ou inadequação desses serviços, e de internações decorrentes de doenças diarréicas.

Educação

O Ministério da Educação declarou 2005 como o ano da qualidade na educação básica e elaborou um plano específico denominado Plano de Qualidade para a Educação Básica. Neste sentido, a formação de professores é, reconhecidamente, um dos fatores que incidem fortemente sobre o desempenho dos alunos.

O novo Plano prioriza a constituição do Sistema Nacional de Formação de Professores que prevê a articulação das redes de ensino com as instituições formadoras, especialmente as universidades públicas; o fomento à criação de plano de carreira que incentive a evolução funcional por meio da qualificação inicial e continuada do professor; o pacto em torno de metas a serem atingidas pelos sistemas de ensino; e o uso de tecnologias de informação e comunicação nos processos de formação docente.

Outra ação importante que contribui para a melhoria da qualidade do ensino vem sendo implementada pela incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação, como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino fundamental público. O Programa Nacional de Informática na Educação cria Núcleos de Tecnologia Educacional nos Estados para formação e capacitação de alunos, professores e gestores de escolas no uso de novas tecnologias, bem como equipa laboratórios de informática das escolas públicas.

Além disso, o Governo Federal investe na estruturação do Sistema de Apoio à Gestão da Educação Básica, do qual fazem parte algumas ações voltadas para o fomento e apoio à criação de conselhos municipais de educação e conselhos escolares, para o fortalecimento dos dirigentes municipais de educação no exercício da sua função e para a qualificação técnica das equipes das secretarias municipais de educação e de diretores de escolas. Todas essas iniciativas buscam se articular para a melhoria da qualidade da gestão dos sistemas públicos de ensino.

O FUNDEF e o FUNDEB

As acentuadas desigualdades socioeconômicas regionais, associadas às diferentes capacidades de Estados e Municípios financiarem a educação, têm sido historicamente um dos principais obstáculos à universalização do acesso e à melhoria da qualidade do ensino fundamental. Para enfrentar esse problema estrutural e criar condições para o desenvolvimento equitativo da educação pública, foi instituído, em 1996, por meio de Emenda Constitucional, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Todavia, esse mecanismo de financiamento não contemplou a educação infantil e o ensino médio, que integram, juntamente com o ensino fundamental, a Educação Básica.

Dessa forma, o Governo Federal decidiu apresentar, sob a forma de Proposta de Emenda Constitucional, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que estenderá aos alunos da pré-escola e do ensino médio os benefícios desse tipo de mecanismo redistributivo, em especial a vinculação de recursos para remuneração do magistério. O novo fundo, por estar na dependência de aprovação pelo Poder Legislativo, não conta com recursos na proposta orçamentária para 2006. Portanto, quando de sua aprovação serão adotadas as medidas necessárias para regularização do aporte necessário.

Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada aos que não tiveram oportunidade de acesso aos ensinos fundamental e médio na idade adequada, também passará a ser abrangida pelo novo sistema de financiamento. O valor a ser fixado anualmente levará em consideração os custos diferenciados por aluno, correspondentes aos diversos níveis e modalidades que compõem a Educação Básica.

Além disso, com vistas a incorporar jovens e adultos ao processo inicial de alfabetização e garantir o acesso e a

continuidade à educação, outra iniciativa do Governo foi a concepção do Programas Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos, cujas ações vêm sendo implementadas em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino, Instituições de Ensino Superior (IES) e organizações não-governamentais.

Em 2004, foram atendidas cerca de 1,7 milhão de pessoas em cursos de alfabetização e 1,95 milhão em Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em 2005, o Ministério da Educação decidiu complementar os esforços municipais e estaduais existentes de EJA, universalizando o apoio financeiro, com valores diferenciados. Esse fato ampliou a cobertura do Programa, que passou de 2.088 municípios em 2004 para 4.175 em 2005, devendo alcançar 3,3 milhões de jovens e adultos em EJA. Ao recolocar a educação de jovens e adultos na pauta da política educacional, atendendo analfabetos funcionais e analfabetos absolutos, o Programa visa a contribuir para a redução das desigualdades sociais. Especificamente para o exercício de 2006, pretende-se beneficiar cerca de 1,8 milhão de alunos, além de promover a capacitação de aproximadamente 110 mil educadores de jovens e adultos, para o que estão sendo alocados R\$ 448,2 milhões e R\$ 12,4 milhões, respectivamente.

O Ensino Profissional

Para o desenvolvimento do ensino profissional, a área da educação conta, em 2005, com recursos da ordem de R\$ 327,1 milhões. Para 2006, este valor se elevará para R\$ 369,1 milhões.

Ainda neste segmento, foi instituído pelo Governo Federal, por intermédio da Medida Provisória no 251, de 14 de junho de 2005, o Projeto Escola de Fábrica, integrante da política nacional para a juventude, e que tem por finalidade promover a formação profissional inicial e continuada a jovens de 16 a 24 anos, provenientes de famílias com renda per capita de até 1,5 salário mínimo. Tendo como meta principal aumentar a empregabilidade dos jovens, o Projeto configura-se no pagamento de bolsa-auxílio, no valor de até R\$ 150,00, aos jovens matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente no ensino de nível médio.

É importante lembrar, ainda, que o Projeto possibilita que as pequenas e médias empresas com dificuldades de custear a implantação e manutenção de uma escola, possam formar grupos ou consórcios, por meio de acordos e cooperação.

Neste primeiro ano a meta é conceder 15,5 mil bolsas, com R\$ 14,0 milhões, sendo que para 2006 a meta é expandir o Projeto, alocando R\$ 18,0 milhões para concessão de cerca de 32,5 mil bolsas.

A Reforma do Ensino Superior

A Reforma da Educação Superior, outra prioridade do Governo, vem sendo conduzida com ampla consulta às entidades representativas da sociedade civil, cujas sugestões resultaram em novo texto do Anteprojeto de Lei, previsto para ser encaminhado ao Poder Legislativo no segundo semestre de 2005.

Paralelamente à formulação desse anteprojeto, o Ministério da Educação vem tomando iniciativas consentâneas com algumas diretrizes do referido projeto de reforma, tais como: (1) ampliação da rede federal de instituições de ensino superior; (2) aumento dos recursos para o custeio das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); e (3) democratização do acesso à educação superior. Entre essas iniciativas destaca-se a criação de três universidades federais - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e Universidade Federal do ABC - UFABC -, e para tanto o Governo investirá R\$ 80,0 milhões.

No que se refere à democratização do acesso ao ensino superior, as principais iniciativas governamentais são o Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudos para estudantes com renda familiar per capita de até 3 salários-mínimos, em instituições de ensino privadas, e o Projeto de Lei que institui a reserva de 50% das vagas nas IFES para egressos do ensino médio público. Além disso, o Governo editou a Medida Provisória no 271, de 14 de junho de 2005, que cria a Bolsa-Permanência, no valor de até R\$ 300,00, destinada aos bolsistas do ProUni com renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo, matriculados em cursos de turno integral. Prevê-se conceder pelo ProUni, em 2005, 3,6 mil bolsas, com recursos da ordem de R\$ 6,6 milhões, ampliando-se esse número para 4,6 mil em 2006, com R\$ 16,5 milhões.

Aos estudantes beneficiários de bolsas parciais do ProUni, abriu-se a possibilidade de acesso ao Financiamento Estudantil (FIES), mediante o qual será possível custear 25% do valor da mensalidade paga à instituição de ensino. Estão sendo atendidos pelo FIES, em 2005, cerca de 361 mil estudantes, com gasto previsto de R\$ 1,0 bilhão. Já para 2006, a fim de elevar esse número para 550 mil estudantes, o financiamento passa de 70% para 50% do curso, ficando o gasto em cerca de R\$ 833,3 milhões.

Por sua vez, a essência do projeto de lei que institui a reserva de vagas nas IFES, em tramitação no Poder Legislativo, também foi incorporada ao Anteprojeto de Reforma da Educação Superior, sendo que a versão atual estabelece período de até dez anos para a sua adoção definitiva pelas IFES. Cabe ressaltar, por fim, que ambas as iniciativas asseguram um percentual das vagas ofertadas

para negros e indígenas, correspondente à participação desses grupos étnicos na unidade federada em que se localiza a instituição de ensino.

Outras iniciativas na área da Educação

Merecem ainda ser destacadas diversas outras iniciativas do Ministério da Educação, focadas pelo Governo, citando-se, entre outras, a merenda escolar, que contava com R\$ 1,14 bilhão em 2005 e para 2006 terá recursos da ordem de R\$ 1,33 bilhão, e a distribuição de livros didáticos, cujos gastos passam de R\$ 543,0 milhões, em 2005, para R\$ 585,0 milhões, em 2006.

Importante ressaltar, finalmente, o incremento de cerca de 26% nos recursos destinados ao desenvolvimento do ensino superior, que se elevam de R\$ 1,35 bilhão, em 2005, para R\$ 1,73 bilhão em 2006. Ressalta-se que estes valores referem-se às ações de funcionamento e modernização das unidades, não incluindo outras despesas e as despesas com a folha de pagamento.

Emprego e Renda

O crescimento econômico registrado desde 2004 está se traduzindo em uma queda expressiva da taxa de desemprego: de 11,7% em junho de 2004 para 9,4% no mesmo mês de 2005. Destaque-se que esta diminuição não está se dando pelo crescimento de ocupações informais, mas pela geração significativa de postos de trabalho com carteira assinada, cujo número nas áreas metropolitanas cresceu 6,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego também aponta que, em todo o território nacional, foram gerados 966.303 empregos com carteira assinada no primeiro semestre de 2005, e 1.454.000, contando desde julho de 2004. É meta do Governo Federal gerar 100 mil novos postos de trabalho por mês até dezembro de 2006.

Destaque-se que o Governo Federal tem procurado, cada vez mais, incentivar também a criação de novos postos de trabalho, por meio dos instrumentos de crédito. No âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER Urbano, as linhas de crédito voltadas às micro e pequenas empresas têm apresentado crescimento notável, respondendo, no período de janeiro a maio deste ano, por 785 mil operações que movimentaram R\$ 2,2 bilhões.

Continuará sendo priorizada a expansão dos programas de geração de trabalho, emprego e renda e de democratização do acesso ao crédito, ampliando a utilização de recursos do FAT. A esse respeito, cabe ainda lembrar a criação do Programa Nacional

de Microcrédito Produtivo Orientado, que se soma aos programas já existentes e visa contribuir para a sustentabilidade dos micro e pequenos empreendimentos populares pelo fortalecimento de uma rede de instituições especializadas na concessão de crédito assistido.

No que se refere à garantia da qualidade das ocupações, o Governo Federal reafirma o compromisso prioritário com a erradicação do trabalho escravo. Além das ações de fiscalização, o Programa de Combate ao Trabalho Escravo contempla o atendimento aos trabalhadores libertados, inclusive pelo pagamento de benefício assistencial, e a manutenção do Cadastro de Empregadores flagrados mantendo trabalhadores em condições análogas à escravidão. O programa é desenvolvido em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, que promove a capacitação de lideranças e campanhas de sensibilização dos trabalhadores sobre seus direitos e sobre como evitar o envolvimento com exploradores de mão-de-obra escrava. Cabe destacar que desde 2003 já foram libertados mais de 10 mil trabalhadores, estando previsto para 2006 a realização de cerca de 70 fiscalizações de combate ao trabalho escravo.

Finalmente, merece destaque o Programa Primeiro Emprego, importante iniciativa deste Governo que tem como objetivo facilitar a obtenção de um primeiro emprego para jovens entre 16 e 24 anos sem experiência de vínculo formal, que não tenham concluído o ensino básico (prioritariamente os que têm o fundamental incompleto), e cuja família tem renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, outorgando atenção especial a jovens em conflito com a lei, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

O Programa abrange dois eixos principais de atuação. O primeiro diz respeito à inserção profissional, enquanto que o segundo eixo trata da qualificação social e profissional, que consiste basicamente na oferta de cursos de qualificação básica, relacionados à formação para cidadania e direitos humanos, e de qualificação específica, referentes à preparação para o mercado de trabalho.

Parte de suas ações são executadas por meio de parcerias com ONGs, OSCIPs, associações, sindicatos e federações patronais, de modo a fortalecer os laços governo-sociedade civil e ampliar a captação de vagas de trabalho formal via adesão empresarial.

É importante destacar que, objetivando aumentar sua efetividade, este Programa, passou por modificações em 2004, ampliando o incentivo financeiro dado às empresas, seu público-alvo e liberando a contratação por prazo determinado. Além disso, alterou-se seu foco, privilegiando os chamados Consórcios Sociais da Juventude que, por intermédio de ações de qualificação de

jovens e da concessão do auxílio-financeiro, alcança os jovens de menor poder aquisitivo, preparando-os para inserção no mercado de trabalho. Como resultado dessas adaptações, deverão ser beneficiados, em 2006, aproximadamente 71 mil jovens.

Previdência Social

A política previdenciária federal continua a exercer seu importante papel de justiça social, cumprindo a função maior de proteção social às situações de risco, de combate à indigência e da promoção da igualdade social.

Sob o enfoque das mudanças na gestão previdenciária, mencione-se a unificação das Secretarias da Receita Previdenciária e da Receita Federal em uma nova estrutura denominada Receita Federal do Brasil. Essa nova Secretaria passa a exercer as funções de lançamento, arrecadação, fiscalização e cobrança de todos os impostos e contribuições sociais, bem como unificação dos Créditos Previdenciários e Fazendários numa única Dívida Ativa (Haveres Potenciais da União). Tal medida contribui para melhorar, em médio prazo, a gestão patrimonial líquida da União, com a unificação da gestão sobre todas as Dívidas e Haveres da União.

A melhoria dos aparatos de atendimento aos beneficiários é um dos principais objetivos do Governo Federal, a fim de obter maior eficiência, eficácia e transparência na gestão e administração da Previdência Social. É imperioso que se ofereça à população, de um modo geral, e aos segurados, uma Previdência Social mais ágil, menos burocratizada, mais aberta ao controle social, e que confira agilidade à prestação de serviços, com qualidade, a partir da utilização intensiva de tecnologia e da revisão dos processos de trabalho. Para isso, o Governo continuará a centrar esforços tanto na modernização da gestão quanto nos sistemas de informática, provocando um verdadeiro choque de gestão. Diversas ações serão realizadas para viabilizar a iniciativa, tais como:

- investimentos na estruturação de sua rede, na infra-estrutura de hardware e software, e na modernização de sistemas;
- capacitação de servidores;
- revisão de seus processos de trabalho, a exemplo dos relacionados ao serviço de perícia médica e aos benefícios de incapacidade;
- modernização das agências, com revisão de sua localização logística em função da demanda, e novos quiosques de auto-atendimento que apresentem maior grau de resolutividade, em substituição ao antigo Prevfácil;

- redução de gerências do INSS e criação de diretoria específica para cuidar do atendimento; e
- maior integração com o Poder Judiciário, por meio da redução do tempo nos ajuizamentos, citações e intimações.

O Governo Federal destinará para tanto, em 2006, investimentos de R\$ 100,0 milhões para as despesas com modernização, e outros R\$ 100,0 milhões a serem empregados na tecnologia da informação.

Para 2006, alguns compromissos da ação do Governo Federal na área previdenciária já estão em processo de tramitação no Poder Legislativo, ou em vias de implantação na própria gestão previdenciária. Neste sentido, no que se refere ao Regime Geral de Previdência Social, merece destaque a instituição do Regime Especial de Inclusão Previdenciária, para o qual se anteciparam, em dezembro de 2004, as regras de inclusão previdenciária, aprovadas em maio de 2005, por meio da chamada PEC-paralela, estabelecendo medidas específicas para o atendimento dos micro-estabelecimentos informais e do trabalho doméstico.

Mencione-se, ainda, que em 2006 o Governo deverá dar continuidade à regulamentação da Previdência Complementar dos Servidores Públicos, instituída pela Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003.

Esporte

O Ministério do Esporte, além da atuação no esporte educacional, no esporte de participação (recreação e lazer), e no esporte de rendimento, colocou em uso a expressão esporte social, nascida do processo de debates com a sociedade e que vem funcionando como uma categoria a mais. Essa classificação reflete a preocupação com a inclusão social. Por isso, é merecedora de políticas que, embora específicas, perpassam as outras três dimensões. A preocupação com o social deve estar, portanto, na escola, na recreação e mesmo no esporte de alto rendimento.

Entre as diversas iniciativas deste Ministério, destaca-se o programa Segundo Tempo, orientado pelos seguintes objetivos: favorecer o contato com a prática esportiva; desenvolver capacidades e habilidades motoras; qualificar recursos humanos na área do esporte; contribuir para a redução da exposição a situações de risco social; e acompanhar e avaliar a situação do esporte educacional no País. O Programa já implantou mais de 4 mil núcleos desportivos, em 680 Municípios, o que permitiu o atendimento de cerca de 838 mil crianças e adolescentes matriculados nas redes públicas de ensino. A meta estabelecida

para 2005 é a de atingir um milhão de crianças e jovens, bem como ampliar para 5 mil o total de núcleos instalados, e como continuidade para 2006 deverão ser investidos R\$ 37,2 milhões.

O programa Rumo ao Pan constitui outra prioridade governamental, na medida em que o Brasil assumiu compromisso internacional com vistas à realização desse evento esportivo, em 2007. Com a intenção de proporcionar a realização dos XV Jogos Pan-Americanos e I Jogos Para-Pan-Americanos, ambos no Rio de Janeiro, tanto para despesas de capital, aplicado em infra-estrutura, como para despesas de custeio, o Governo Federal alocou para 2006 o montante de R\$ 261,5 milhões. Esse programa, sem dúvida, resultará em mudanças qualitativas quanto ao esporte de alto rendimento no País, além de propiciar o desenvolvimento dos atletas e para-atletas em um modelo atual de gestão esportiva, visando ainda aos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008.

Mencione-se, ainda, o programa Esporte e Lazer da Cidade, cujo foco está voltado àquela parcela da população que não tem acesso a equipamentos de esporte recreativo e de lazer. Desse modo, estão previstas ações voltadas à implantação, modernização e manutenção de Núcleos e Centros de Esporte Recreativo e de Lazer que se destinam à produção e difusão do conhecimento nessa área.

Note-se, por fim, os esforços envidados pelo Ministério do Esporte para formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o Brasil nos pódios de competições internacionais. Neste sentido, destaque-se a criação da Bolsa-Atleta, que busca garantir um recurso pessoal mínimo aos esportistas de alto rendimento, que não possuem patrocínio. Busca-se, com esta iniciativa, dar condições para que os atletas se dediquem ao treinamento esportivo e à participação em competições, visando ao desenvolvimento de sua carreira esportiva. Em 2005, numa primeira etapa, o Bolsa-Atleta beneficiará cerca de 300 esportistas com bolsas mensais que variam de R\$ 300,00 a R\$ 2.500,00. Já para 2006, tal iniciativa deverá ser fortemente ampliada, beneficiando a cerca de 1.400 esportistas.

Cultura

Orientando-se no reforço dos mecanismos de apoio e financiamento, em parcerias com Estados, Municípios, empresas públicas e iniciativa privada, e num intercâmbio com organismos internacionais, pode-se dizer que a política setorial da Cultura atua em três dimensões básicas: a criação, a difusão e a conservação:

- Na área da criação são concedidas bolsas de estudo para desenvolvimento de profissionais, artistas e técnicos, em todos os setores culturais, além de serem fomentados projetos culturais de música e de artes cênicas;

- Na difusão cultural, são implantados, recuperados e equipados espaços culturais, teatros e museus destinados às atividades culturais; e
- Na conservação, destacam-se a proteção, preservação, restauração e recuperação de bens tombados, conjuntos urbanísticos, monumentos culturais e naturais, edificações, sítios arqueológicos, peças de museus, bibliotecas e arquivos em todo o País.

Das iniciativas desenvolvidas pelo Ministério da Cultura, dois programas são emblemas de seu esforço para promover o amplo espectro de possibilidades de ação nas políticas públicas culturais: o Programa Monumenta e o Programa Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva, conhecido como "Ponto de Cultura". Esses programas têm em comum a mudança efetiva dos papéis atribuídos à atuação do Estado ao procurar ampliar os espaços participativos da sociedade e das comunidades locais, tanto no que se refere às decisões quanto à execução das políticas.

O Programa Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva abre às comunidades locais as produções da sociedade global por meio de janelas digitais, de equipamentos audiovisuais e de contatos permanentes entre produtores culturais, além de promover a circulação de experiências por intermédio de oficinas, seminários e fóruns culturais. Esforço semelhante é desenvolvido no que se refere ao reconhecimento das produções locais e da sua diversidade, constituindo canais abertos de interação, sensibilização cultural e inclusão social mediante estímulo ao emprego de jovens. A meta para 2005 é a implantação de cerca de 228 Pontos de Cultura. Para 2006, espera-se conseguir a expansão dessa meta, chegando à implantação e/ou apoio de cerca de 430 Pontos.

O Programa Monumenta iniciou processos de municipalização da gestão dos bens patrimoniais, mediante ações em parceria, de modo que os patrimônios urbanos, artísticos e históricos de diversas cidades brasileiras fossem revitalizados e em seguida passassem à supervisão das municipalidades, mas com a participação e responsabilidade do poder federal, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Até junho de 2005 foram concluídas 42 obras em 18 Municípios, abrangendo monumentos e espaços públicos, tais como praças, pontes e fontes. Encontram-se em fase de execução 24 obras em outros 13 Municípios.

Ainda no âmbito do Programa Monumenta, no que se refere às atividades complementares, foi realizado o lançamento de editais para seleção de projetos em 82 Municípios nas áreas de promoção

de atividades econômicas; implantação, modernização e ampliação de núcleos de educação profissional para restauração e conservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico. Por entender a revelância de tal Programa, o Governo Federal ampliou os recursos a ele destinados, de R\$ 37,2 milhões da Proposta Orçamentária de 2005, para R\$ 61,0 milhões em 2006.

Desenvolvimento Urbano

Assegurar a garantia do direito à moradia, à terra urbana, ao saneamento ambiental e a cidades sustentáveis em seu conjunto estão entre os principais desafios a serem enfrentados pelo governo federal na área de desenvolvimento urbano. Para tanto, o Ministério das Cidades vem envidando esforços no sentido de melhorar as condições de habitação e de saneamento básico da população brasileira, bem como implementar o processo de reforma urbana, com destaque para a urbanização, a regularização e a integração das áreas urbanas.

No tocante às condições de habitação e saneamento, apesar do progresso ocorrido, ainda persistem graves desigualdades no acesso a esses serviços. A população de baixa renda, e, em especial, os moradores de assentamentos precários, são os mais atingidos pelos déficits de habitação e saneamento básico.

Para enfrentar os desafios urbanos, o Ministério das Cidades tem atuado em dois eixos estratégicos, quais sejam:

- a) ações de curto prazo relativas à ampliação dos investimentos em habitação e saneamento, adequação dos programas para atender prioritariamente a população de baixa renda e criação de novos programas para tratar de questões fundiárias e do planejamento territorial urbano; e
- b) ações de médio prazo, referentes à elaboração das políticas setoriais de habitação e de saneamento e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), por meio de uma intervenção que busca ser democrática, descentralizada e participativa.

O Governo Federal promoveu a reorientação dos seus programas na área habitacional para atender, prioritariamente, famílias com rendimento de até 5 salários mínimos mensais, além de ter ampliado os recursos destinados à urbanização, regularização e integração de assentamentos precários. No exercício de 2004, somando-se os recursos do Orçamento da União e os recursos de financiamento oriundos dos principais fundos federais, foi possível contratar R\$ 5,5 bilhões na área de habitação, beneficiando mais de 466 mil famílias.

Mencione-se, ainda, a implementação de iniciativas de apoio à elaboração de Planos Diretores Participativos, à implantação de programas e projetos de regularização fundiária e à prevenção e contenção de riscos associados a assentamentos precários. A promoção da regularização fundiária em assentamentos precários, chamada de "Papel Passado", beneficiou, desde a sua instituição em 2003 até julho de 2005, processos de regularização fundiária em 461 assentamentos informais, atendendo diretamente 509 mil famílias.

Merecem destaque o estabelecimento de novo marco regulatório para o setor de saneamento, instituído pelo Projeto de Lei nº 5.296/05, já remetido ao Congresso Nacional; a promulgação da Lei nº 11.124/2005, de iniciativa popular, que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Tanto o Sistema como o Fundo constituem-se em importantes instrumentos para articular as ações habitacionais nas três esferas de governo e direcionar recursos para atender às famílias de baixa renda.

Para o exercício de 2006, o FNHIS contará com o aporte de R\$ 561,4 milhões no Orçamento Fiscal, recursos esses que possibilitarão o fortalecimento da Política Nacional de Habitação, o apoio à melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários, o apoio para construção habitacional para famílias de baixa renda e a concessão de subsídio à habitação de interesse social.

Também está em curso a elaboração de uma nova Política Nacional de Habitação (PNH) e de um novo Sistema Nacional de Habitação, que incluirá dois sub-sistemas: habitação de interesse social e habitação de mercado. Para aumentar a segurança jurídica no mercado imobiliário, impulsionar a oferta de crédito pelos bancos privados e ampliar o mercado habitacional para a classe média, diminuindo a pressão sobre os fundos públicos, o Governo aprovou, em 2004, a Lei Federal nº 10.931, de 2 de agosto de 2004 e a Resolução nº 3.177 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que permitirão um aumento considerável de recursos da poupança privada no mercado de imóveis, em 2005.

A fim de remover obstáculos e agilizar os processos de regularização fundiária de interesse social está em curso a revisão da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo e a regularização fundiária. Também foram firmados protocolos com a Associação de Notários e Registradores do Brasil que visam agilizar os procedimentos de registro cartorário, e com a Associação dos Magistrados do Brasil e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, cujo objetivo está voltado para ações conjuntas destinadas à promoção da função socioambiental da propriedade urbana.

Além dos avanços supracitados, o Ministério das Cidades efetuou a retomada maciça dos investimentos em saneamento, a partir de 2003, com a qualificação do gasto no setor, tendo sido autorizada a contratação de empréstimos no valor de R\$ 6,1 bilhões no biênio 2003-2004, entre recursos onerosos e não onerosos. Esses recursos são complementados por instrumentos realizados por meio de parceria com o Ministério da Saúde.

Para 2006, foram eleitos como prioritárias as seguintes metas:

- Aumentar em 1,8% a taxa de cobertura dos serviços urbanos de abastecimento de água e em 1,75% a taxa de cobertura dos serviços urbanos de coleta de esgoto;
- Reduzir em 1,8% (50 mil famílias) o Déficit Habitacional Básico de Famílias com Renda de até 5 salários mínimos; e
- Reduzir em 3,22 % a taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada.

Mobilidade urbana

Cabe destacar ainda, entre os programas relacionados ao desenvolvimento urbano, o de Mobilidade Urbana, que tem por objetivo promover o aumento e a racionalização da mobilidade dentro das cidades brasileiras de forma sustentável, a partir do incentivo aos deslocamentos não-motorizados e ao transporte coletivo. Suas ações estão relacionadas à redução dos efeitos negativos da circulação urbana e à melhoria da prestação de serviços de transporte metroferroviários por intermédio da modernização e expansão dos respectivos sistemas. Esses projetos contam com análise de custo-benefício que permite avaliar seu impacto socioeconômico e otimizar o tempo de viagem e o custo operacional, além de reduzir externalidades negativas, tais como custos dos acidentes de trânsito e da poluição do ar.

Um sistema de transporte público urbano eficiente é fator indutor de revitalização e desenvolvimento econômico das cidades, com reflexos positivos na melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. Esse incremento da qualidade de vida é alcançado com a melhor acessibilidade ao mercado de trabalho, maior conforto nos deslocamentos e aumento do tempo para lazer e descanso, que por sua vez impactam positivamente nos índices de produtividade dos trabalhadores.

Merece destaque o Sistema Metroferroviário como alternativa ao transporte coletivo urbano. Entre os principais benefícios desse sistema podem ser citados: melhoria geral da mobilidade em termos de rapidez e capacidade de transporte e

segurança; maior conforto para seus usuários, tanto pela diminuição da taxa de ocupação dos veículos, como pela possibilidade de redução dos itinerários; e modicidade das tarifas.

Estimular o Sistema Metroferroviário em detrimento da utilização dos Sistemas de Ônibus em circulação propicia, também, redução dos congestionamentos, que irão contribuir para diminuir os níveis de emissão de poluentes no ar, o tempo de viagem, o consumo de combustíveis (energia não renovável), o número de acidentes de trânsito, diante das maiores facilidades de circulação e a retirada dos ônibus e aumento do tempo para lazer e divertimento dos usuários do sistema de transporte.

Obviamente, os sistemas sobre trilhos requerem elevados investimentos para sua implantação e manutenção. Entretanto, há que se ressaltar que o Sistema Ônibus não considera os custos incorridos na construção do viário da cidade, incluídos aqui ruas, túneis, viadutos e estacionamentos, e gastos com sinalização.

Nesse sentido, são estimados investimentos da ordem de R\$ 375,0 milhões em 2006 para dar prosseguimento à implantação dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros de Salvador e de Fortaleza, ainda operados e organizados pela União, por intermédio da Companhia Brasileira de Transporte Urbanos - CBTU. No cálculo desses investimentos estão apropriadas obras com a implantação de vias permanentes e dos sistemas de energia, sinalização e telecomunicação, construção de viadutos, pontes, túneis e estações, aquisição de material rodante, depreciação, gastos com pessoal e cumprimento de obrigações decorrentes da transferência dos sistemas.

O Governo Federal estabeleceu negociações com os entes federados interessados na gestão e implementação desses sistemas, de forma a possibilitar a transferência dos mesmos, dotando-os de condições mínimas para seu funcionamento, em atendimento ao disposto no art. 30, inciso V, da Constituição.

Ainda para 2006 está programada a implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano, no Município de São Paulo, no trecho compreendido entre o Parque Dom Pedro e a Cidade Tiradentes, com recursos da ordem de R\$ 75,0 milhões. Esse projeto tem por objetivo reduzir o tempo de viagem e aumentar a mobilidade da população da Região Leste/Sudeste daquela capital, com vistas a diminuir sua diferença de acessibilidade em relação ao padrão urbano, além de favorecer o uso do transporte coletivo em detrimento dos modos individuais.

Para tanto, será criada uma linha alternativa de conexão entre a Região Leste/Sudeste e o Centro, cujo caráter expresso possa

atrair parte dos deslocamentos que hoje se dirige ao Sistema Metroviário ou que se utiliza de linhas de baixa capacidade e longa distância. Sua operação contará com aproximadamente 150 ônibus/hora nos períodos de pico da manhã e da tarde, em linhas projetadas, compondo um traçado de 31,8 Km de extensão, o qual se insere em uma área de influência de 1,5 milhão de habitantes que caracteriza-se como a região mais carente de melhorias para o transporte coletivo.

Inclusão de Jovens

Existem no país cerca de 34 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, que representam 20% da população brasileira. Trata-se de um grupo populacional considerado vulnerável, pois em função da faixa etária em que se encontram são mais afetados pelas fragilidades do sistema educacional e das severas restrições de acesso ao mercado de trabalho. As disparidades de renda observadas entre os jovens são alarmantes, sendo que 68,7% destes vivem em famílias com renda per capita inferior a 1 salário mínimo.

Este fato coloca um segmento imenso da juventude brasileira em situação de desvantagem na sociedade. Entre os principais problemas enfrentados atualmente pela população jovem do país, destacam-se: a baixa escolaridade; a inadequação da formação educacional ao mercado de trabalho; o elevado envolvimento com drogas; o significativo índice de gravidez na adolescência; e a elevada taxa de óbito por causas externas, principalmente as provocadas por armas de fogo e acidentes de trânsito.

Diante do desafio de estender a cidadania a toda a juventude brasileira, propiciando a todos os jovens o acesso aos direitos econômicos, culturais e sociais previstos na Constituição, a atual política nacional da juventude tem priorizado uma estratégia que prevê o desenvolvimento de programas governamentais que têm em comum a associação de ações que visam à ampliação da escolaridade, à qualificação profissional e ao engajamento social.

Destaca-se em 2006, para a concretização desse desafio, a continuidade da implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, que tem por finalidade atender aos jovens de 18 a 24 anos que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do ensino fundamental e não tenham vínculos formais de trabalho, por meio de um curso de formação integral pelo período de 12 meses e a concessão de auxílio financeiro. Sua meta é atuar em todas as 27 capitais brasileiras, atendendo a 400 mil jovens no período de 2005 a 2007. Para atingir esse objetivo estão assegurados, em 2006, R\$ 363,5 milhões.

Justiça, Cidadania e Política Indigenista

Acesso à Justiça

Promover o acesso à Justiça é um compromisso essencial do Estado democrático brasileiro, no sentido de garantir que todo cidadão possa acionar o sistema público de distribuição de justiça para reivindicar direitos e resolver os conflitos em que se encontre envolvido.

Fortalecer a atuação e a capacidade de atendimento da Defensoria Pública da União e de seus 36 núcleos distribuídos pelos diversos Estados brasileiros é o principal objetivo a ser atingido, uma vez que a procura pelos serviços de assistência jurídica gratuita vem crescendo vertiginosamente nos últimos anos.

A promoção do acesso à Justiça também será facilitada por meio dos serviços de atendimento jurídico ao cidadão, como os Balcões de Direitos e os Centros de Atendimento a Vítimas de Crimes; da articulação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor; e da avaliação e difusão de formas alternativas de administração de conflitos, que, em vários casos, podem produzir resultados mais rápidos, eficientes e satisfatórios, do ponto de vista dos envolvidos, do que a Justiça tradicional.

O Judiciário vem experimentando um intenso processo de democratização e ampliação do acesso aos cidadãos, descentralizando seus órgãos e promovendo a especialização da função jurisdicional. Destaca-se como de importância primordial a antecipação para o presente exercício da implantação de novas varas e juizados especiais federais e varas de trabalho. Até o final de 2005, serão instaladas 183 varas federais no âmbito da Justiça Federal e 245 da Justiça do Trabalho. A interiorização das varas federais, a multiplicação dos juizados especiais e a instalação de postos avançados, juizados itinerantes e varas especializadas na área previdenciária, no âmbito da Justiça Federal, bem como a criação de novas varas trabalhistas nos grandes centros urbanos e nos municípios do interior, são estratégias que terão continuidade assegurada em 2006 no sentido de permitir o exercício pleno da defesa e garantia de direitos à sociedade.

No que concerne ao Ministério Público, em 2005 estão sendo implantados 25 novos Ofícios junto às Varas da Justiça do Trabalho e 35 Procuradorias da República Junto às Varas Federais. Para 2006, será de fundamental importância, em continuidade ao processo de ampliação do acesso à Justiça no país, a implantação de 45 novas Procuradorias da República junto às varas federais e 35 Ofícios junto às varas da Justiça do Trabalho.

Política Indigenista

A homologação de terras para a população indígena é uma marca da política indigenista do Governo Federal, que, aliada a ações que garantam acesso a serviços essenciais, permite o desenvolvimento sustentável dessa comunidade. Ao Estado cabe, ainda, propiciar condições fundamentais para a sobrevivência física e cultural desses povos e preservar a diversidade cultural brasileira. Essas terras, cabe esclarecer, pertencem à União, não aos índios, que detêm o usufruto do solo, rios e lagos.

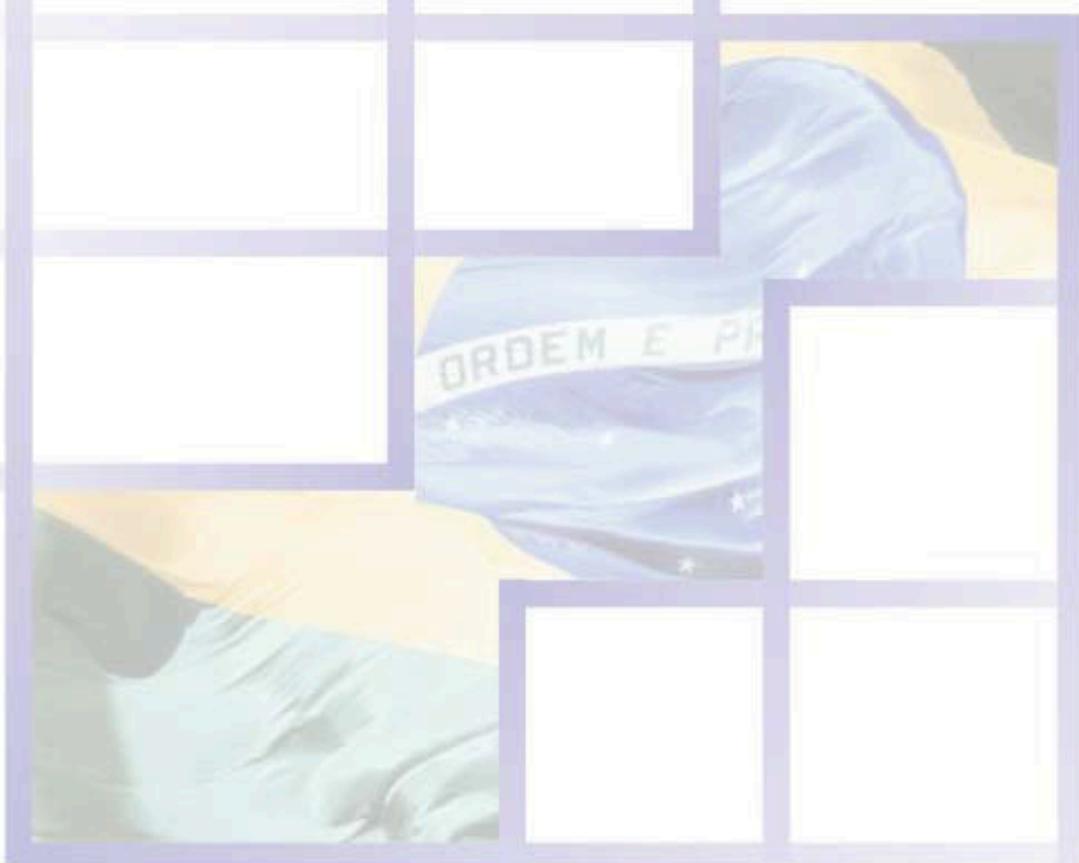
O governo vem intensificando a implementação de projetos de desenvolvimento econômico compatíveis com a preservação ambiental e a proteção dos territórios dos índios, bem como ações para coibir a exploração predatória e ilegal de recursos naturais, removendo invasores como garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, entre outros.

A iniciativa do governo envolve, ainda, apoio às atividades produtivas; valorização da cultura do índio; ações de saúde específicas para essas comunidades, mediante intervenções focadas na ampliação em saneamento básico, obras de drenagem e manejo ambiental; e assistência médico-hospitalar, bem como programas de educação diferenciada, mediante apoio a cerca de 150 mil índios em idade escolar matriculados em escolas de ensino fundamental e médio em suas aldeias ou em municípios próximos. Outros 1,3 mil jovens freqüentam cursos superiores, número que vem aumentando devido à política de cotas e ao Programa Universidade para Todos.

Para 2006, os recursos a serem aplicados pelos diversos Ministérios estão demonstrados no quadro a seguir:

Ministério	Recursos para 2006	R\$ milhão
Educação	5,6	
Saúde	293,6	
Justiça	75,0	
Meio Ambiente	3,7	
Outros	1,3	
TOTAL	379,4	

IV - Receita



Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Receita do Orçamento de Investimento
Transferências Constitucionais e Legais

O total das Receitas Orçamentárias previstas para o exercício de 2006 é de R\$ 1.676,7 bilhões, sendo R\$ 1.361,5 bilhões do Orçamento Fiscal, R\$ 273,5 bilhões do Orçamento da Seguridade Social e R\$ 41,7 bilhões do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais. Do total do Orçamento Fiscal, R\$ 834,6 bilhões correspondem à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, destinados ao refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, Interna e Externa, os quais não afetam o nível global de endividamento do Governo Federal, pois representam somente a explicitação orçamentária da rolagem das amortizações da dívida.

Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

As receitas federais são divididas em dois grandes grupos: as Receitas Primárias ou Não-Financeiras e as Financeiras. As Receitas Não-Financeiras podem ser subdivididas em "Receitas Administradas pela Receita Federal do Brasil"¹, "Receita Líquida da Previdência", "Compensações Financeiras", "Dividendos", "Contribuição para o Salário-Educação", "Concessões e Permissões", "Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público", "Receitas Próprias" e "Demais Receitas". Por outro lado, as Receitas Financeiras são aquelas que não constam da apuração do resultado primário acima da linha, como as derivadas de aplicações no mercado financeiro ou da rolagem e emissão de títulos públicos, assim como as provenientes de privatizações. O quadro a seguir demonstra a composição da receita total:

Composição da Receita Total

Discriminação	Realizado 2004		3 ^a Avaliação 2005		PLOA 2006	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	420,9	23,82	476,3	24,40	523,3	24,48
I.1 Receita Administrada	286,8	16,23	321,6	16,47	347,4	16,25
I.1.1. Imposto de Importação	9,2	0,52	9,7	0,50	11,7	0,55
I.1.2. IPI	21,2	1,20	24,2	1,24	27,8	1,30
I.1.3. Imposto de Renda	91,9	5,20	108,4	5,55	114,3	5,35
I.1.4. IOF	5,3	0,30	5,8	0,30	6,3	0,29
I.1.5. COFINS	78,5	4,45	84,8	4,34	91,5	4,28
I.1.6. PIS/PASEP	19,7	1,11	21,1	1,08	22,9	1,07
I.1.7. CSLL	19,8	1,12	23,7	1,22	25,6	1,20
I.1.8. CPMF	26,4	1,50	29,3	1,50	32,1	1,50
I.1.9. CIDE - Combustíveis	7,7	0,43	7,8	0,40	7,9	0,37
I.1.10. Outras Administradas	3,6	0,21	3,8	0,19	4,3	0,20
I.1.11. REFIS e PAES	3,4	0,20	2,9	0,15	3,0	0,14
I.2. Arrec. Líquida da Previdência	93,8	5,31	108,2	5,54	120,5	5,64
I.3. Receitas Não Administradas	38,8	2,19	44,2	2,27	52,8	2,47
I.3.1. Concessões	1,3	0,07	0,3	0,01	1,0	0,05
I.3.2. Dividendos	4,3	0,24	4,0	0,20	4,5	0,21
I.3.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor (*)	2,7	0,15	4,0	0,21	4,8	0,22
I.3.4. Cota-Parte de Compensações Financeiras	12,2	0,69	14,4	0,74	18,4	0,86
I.3.5. Demais Receitas	7,5	0,43	9,3	0,47	10,4	0,49
I.3.6. Receita Própria (fontes 50 & 81)	6,0	0,34	6,2	0,32	6,7	0,31
I.3.7. Salário-Educação	4,8	0,27	6,0	0,31	7,2	0,34
I.4. FGTS	1,6	0,09	2,6	0,13	2,8	0,13
I.5. Incentivos Fiscais	-	-	-0,3	-0,01	-0,2	-0,01
II. RECEITAS FINANCEIRAS	503,3	28,49	1.082,1	55,44	1.111,7	52,00
II.1. Refinanciamento da Dívida	378,7	21,44	894,1	45,81	834,6	39,04
II.2. Emissão de Títulos	47,3	2,68	91,7	4,70	162,2	7,59
II.3. Operações Oficiais de Crédito	33,6	1,90	41,3	2,11	41,4	1,94
II.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	15,9	0,90	29,1	1,49	29,3	1,37
II.5. Demais	27,9	1,58	26,0	1,33	44,1	2,08
III. RECEITA TOTAL (I + II)	924,2	52,32	1.558,4	79,84	1.635,0	76,48

(*) Para fins de alinhamento da série da CPSS, deduziram-se no exercício de 2004, R\$ 4,2 bilhões.

Receitas Administradas pela Receita Federal do Brasil¹

A previsão das Receitas Administradas pela Receita Federal do Brasil, líquidas de restituições e incentivos fiscais, para o exercício de 2006, é de R\$ 347,2 bilhões ou 16,24% do PIB estimado. Nessa projeção, foram aplicados os parâmetros macroeconômicos calculados pela Secretaria de Política Econômica - SPE do Ministério da Fazenda sobre a base do exercício corrente, composta pela soma dos valores arrecadados até julho, excluídas as receitas extraordinárias, e valores estimados de agosto a dezembro.

Quanto ao efeito de parâmetros macroeconômicos sobre a arrecadação prevista para 2006, destacam-se os seguintes indicadores: o crescimento real da economia de 4,50%; a inflação média medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 4,58% e pelo Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI de 5,09%; a taxa média de câmbio Real/Dólar Norte Americano de R\$ 2,71/US\$; a taxa de juros "over" média de 16,50%; e a variação da massa salarial nominal de 9,44%.

Quanto ao impacto das alterações na legislação tributária sobre as estimativas, ressalte-se a continuidade do processo de desoneração tributária iniciado em 2004. Nesse sentido, foram editados a Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005, e o Decreto no 5.468, de 15 de junho de 2005, com os seguintes objetivos: i) incentivar o setor exportador, a inovação tecnológica e a construção civil; ii) estimular o aumento da competitividade na indústria de tecnologia da informação; iii) fomentar a inclusão digital; e iv) reduzir o custo do investimento produtivo.

A referida Medida Provisória suspendeu a incidência da Contribuição do PIS/PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre máquinas e equipamentos adquiridos por empresas predominantemente exportadoras; concedeu incentivos fiscais a empresas que investirem em inovação tecnológica e àquelas que realizarem novos investimentos nas regiões menos desenvolvidas do país; alterou a base de cálculo das empresas que exploram atividades imobiliárias; reduziu a zero as alíquotas de contribuição do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre computadores de pequeno porte; e estendeu o período de apuração de alguns tributos. O Decreto reduziu para zero as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados que recaem sobre bens de capital. Acrescente-se a essas medidas, a decisão do Governo de não prorrogar a vigência da alíquota de 27,5% do imposto de renda incidente sobre a maior faixa de rendimentos, que voltará a ser de 25%.

¹ Excluem-se desse item as contribuições de trabalhadores e empregadores para a seguridade social.

Vale ainda destacar que a Medida Provisória no 258, de 21 de julho de 2005, alterou a denominação da Secretaria da Receita Federal para Receita Federal do Brasil e agregou às suas atribuições a responsabilidade pela arrecadação, fiscalização, administração, lançamento e normatização das receitas previdenciárias. A unificação da estrutura de administração tributária teve por objetivo a redução dos custos operacionais, decorrente da utilização mais racional e otimizada dos recursos materiais e humanos, bem como o aumento do combate à sonegação, tornando possível o aumento da arrecadação dos tributos e contribuições sem a necessidade de elevação da carga tributária. Ademais, representará simplificação das obrigações tributárias para os contribuintes.

Outras Receitas Primárias

Arrecadação Líquida da Previdência

A previsão de Arrecadação Líquida da Previdência para o ano de 2006 é de R\$ 120,5 bilhões, 5,8% superior em termos reais (INPC-IBGE) à estimada para 2005 na avaliação do terceiro bimestre. O crescimento expressivo da arrecadação pode ser atribuído ao estabelecimento de medidas de combate à sonegação, à criação de mecanismos mais eficazes de recuperação de créditos previdenciários e ao desempenho positivo dos indicadores econômicos e do mercado de trabalho.

O conjunto de iniciativas destinadas a combater as fraudes e a melhorar a qualidade da gestão previdenciária, conhecido como "choque de gestão", já começou a produzir efeitos positivos, confirmando as expectativas do esforço adicional de arrecadação previsto para 2005. Supondo-se que o impacto benéfico dessas medidas repercutirá favoravelmente em 2006, é bastante provável que o nível de arrecadação previdenciária continue apresentando bons resultados.

Um breve histórico evidencia que os esforços empreendidos até então pela Procuradoria do INSS têm promovido ganhos significativos no nível de recuperação de créditos previdenciários, cujo montante evoluiu de R\$ 1,7 bilhão em 2001 para R\$ 6,7 bilhões em 2004. Estima-se que esse volume de receitas continuará expandindo, projetando-se R\$ 7,4 bilhões para 2005 e R\$ 8,1 bilhões para 2006. Merecem destaque, entre as principais iniciativas destinadas à cobrança de créditos previdenciários, o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) e as ações de Parcelamento Especial.

Por fim, convém lembrar que a criação da Receita Federal do Brasil tem por objetivo aumentar a eficiência no combate à sonegação fiscal, a partir do fortalecimento do órgão responsável,

inclusive com a realização periódica de concursos públicos e com a unificação das carreiras de auditoria.

Compensações Financeiras

A previsão de arrecadação das receitas de Compensações Financeiras totaliza R\$ 18,4 bilhões para 2006, o que representa 0,86% do PIB. Esse valor inclui R\$ 12,0 bilhões a serem transferidos para os Estados e Municípios por determinação legal. Os principais parâmetros utilizados na projeção dessas receitas são a taxa de câmbio, o volume de produção e o preço do petróleo e gás natural, variáveis que afetam diretamente os royalties e a participação especial devidos pela produção de petróleo ou gás natural.

Convém destacar as receitas oriundas dos royalties do petróleo e da participação especial, que atingem, respectivamente, os valores de R\$ 8,9 bilhões e R\$ 7,2 bilhões, representando 87,85% das receitas de Compensações Financeiras. A projeção dessa receita é bastante sensível à variação do preço internacional do petróleo. A estimativa atual adota a premissa de que as fortes oscilações de preços do petróleo tipo Brent observadas para este ano em 38,27%, provocadas, principalmente, pelo excesso de demanda da economia mundial em expansão, não se repetirão no próximo ano, pois há a expectativa de que a variação de preço seja de aproximadamente 10,22% para o exercício de 2006.

Dividendos

A receita de dividendos corresponde a R\$ 4,5 bilhões, o que representa uma participação em relação ao PIB de 0,21%. Destacam-se a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco do Brasil, que atingem, respectivamente, os valores de R\$ 2,0 bilhões, R\$ 589,2 milhões, R\$ 403,7 milhões e R\$ 325,7 milhões.

Ressalte-se que, para o exercício de 2006, a projeção dessa receita, em relação a 2005, está a menor em R\$ 494,1 milhões, devido à antecipação de seu pagamento efetivado pela Caixa Econômica Federal.

Contribuição para o Salário-Educação

O valor da previsão da receita com contribuição para o Salário-Educação, para 2006, é de R\$ 7,2 bilhões, ou seja, 0,34% no PIB. Esse montante foi influenciado essencialmente pela variação da massa salarial nominal média prevista para o período, de 9,44%.

O aumento da participação dessa receita em relação ao Produto Interno Bruto decorre da alteração do critério de sua apuração. Até o ano de 2004, o Instituto Nacional de Seguridade

Social recolhia as contribuições sobre a folha para diversos órgãos em uma mesma rubrica de receita, bem como para o salário educação e o sistema "S", destinando 33% ao salário educação. No entanto, após estudo realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, verificou-se que tal participação deveria ser ampliada para 42,5%, fato que justifica o crescimento da projeção dessa receita para o ano de 2006.

Concessões e Permissões

A previsão de arrecadação dos recursos de Concessões e Permissões totaliza R\$ 964,1 milhões para o exercício de 2006. Desse total, destacam-se R\$ 360,0 milhões referentes à receita de bônus de assinatura de novos contratos de concessão para atividades de exploração de petróleo ou gás natural, R\$ 220,5 milhões da renovação da Outorga do Direito de Uso de Radiofreqüência, R\$ 145,2 milhões relativos à receita de pagamento pela retenção de área para a exploração ou produção de petróleo ou gás natural e R\$ 144,0 milhões provenientes da Outorga dos Serviços de Telecomunicações.

Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

A estimativa da receita para o Plano de Seguridade do Servidor Público é de R\$ 12,0 bilhões para 2006. Desse valor, R\$ 7,2 bilhões correspondem ao valor da contribuição patronal, classificada no orçamento como receita financeira; R\$ 3,6 bilhões referem-se à contribuição dos servidores ativos; R\$ 931,9 milhões provêm da contribuição dos aposentados; e R\$ 261,0 milhões da contribuição dos pensionistas. Cabe destacar que a contribuição dos militares não está sendo considerada nessa rubrica.

Receitas Próprias

Para o exercício de 2006, estima-se que o montante das receitas próprias deva chegar ao patamar de aproximadamente R\$ 6,7 bilhões, sendo essas receitas influenciadas pelo crescimento do PIB e pela variação esperada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI.

Praticamente 80% de toda a arrecadação da Receita Própria concentra-se em 41 naturezas de receita, considerando que muitas se repetem em mais de uma Unidade. Desse total, onze naturezas representam a metade da arrecadação desses recursos. Na projeção dessas receitas utiliza-se, via de regra, como efeito-preço o IGP-DI, e como efeito-quantidade a especificidade do comportamento de cada receita em seu respectivo segmento, muito embora o PIB prevaleça em muitos casos.

As receitas de Convênios compõem o montante dos Recursos Próprios Não-Financeiros na concepção de receita proveniente do esforço de arrecadação dos Órgãos. Fato relevante que deve ser mencionado é que, a exemplo do exercício anterior, o acréscimo dessas receitas obtido pelos Órgãos e Unidades com base no exercício de 2005 reverter-se-á a seus respectivos orçamentos para que sejam alocadas nas despesas diretamente relacionadas ao processo produtivo.

Demais Receitas Primárias

Esse grupo de receita é constituído pelas receitas primárias que não integram os grupos de Receita Administrada, Arrecadação Líquida da Previdência, Concessões e Permissões, Dividendos, Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor, Compensações Financeiras, Receitas Próprias, Salário-Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

A previsão de arrecadação das demais receitas não-financeiras totaliza R\$ 10,4 bilhões para o exercício de 2006. Desse total, destacam-se as Taxas de Fiscalização das Telecomunicações com R\$ 1,7 bilhão, a Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante com R\$ 1,5 bilhão, a Contribuição para o Custo de Pensões Militares com R\$ 1,3 bilhão, a Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações com R\$ 576,5 milhões e o Adicional à Contribuição Previdenciária com R\$ 471,9 milhões.

Receitas Financeiras

A estimativa das Receitas Financeiras para o exercício de 2006 atinge o valor de R\$ 1.111,7 bilhões, o que equivale a 68,0% do total da receita prevista para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de 2006. Do montante estimado, R\$ 834,6 bilhões, ou 75,1%, correspondem à emissão de títulos do Tesouro Nacional para o refinanciamento da dívida pública federal e R\$ 162,2 bilhões, ou 14,6%, à emissão de títulos do Tesouro Nacional destinados a outras aplicações, incluindo os títulos da dívida agrária.

As demais receitas, que englobam o valor de R\$ 7,2 bilhões da Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, alcançam R\$ 44,1 bilhões, significando 4,0% do total das receitas financeiras. Cabe destacar ainda os recursos decorrentes dos retornos das Operações Oficiais de Crédito, que perfazem o montante de R\$ 41,4 bilhões, e os provenientes da remuneração do saldo diário dos depósitos da União existentes no Banco Central do Brasil, que constituem as disponibilidades do Tesouro Nacional, no total de R\$ 29,3 bilhões.

Receita do Orçamento de Investimento

Para a definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e da compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos, observada a meta global de desempenho desse segmento de Governo, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido e de superávit primário equivalente a 0,70% do Produto Interno Bruto - PIB. Os programas e ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a hipótese de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas a seguir, indicam que apenas 9,1% dos investimentos são financiados por operações de créditos, junto ao sistema financeiro:

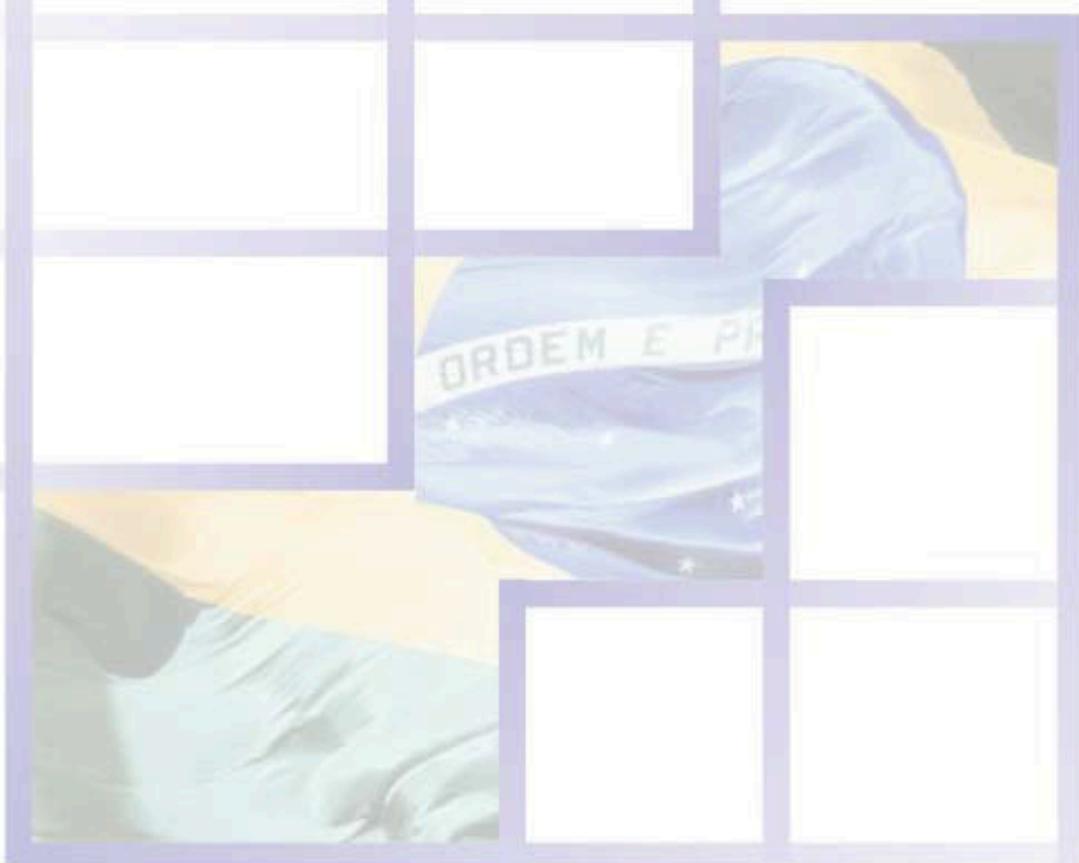
Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

Descriidores de Fontes	R\$ milhões
Recursos Próprios	30.626
Geração Própria	30.626
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.251
Tesouro - Direto	325
Controladora	926
Operações de Crédito de Longo Prazo	3.816
Internas	1.218
Externas	2.598
Outros Recursos de Longo Prazo	6.002
Controladora	701
Outras estatais	5.301
Total	41.695

Transferências Constitucionais e Legais

As transferências constitucionais e legais por repartição de receitas, calculadas sob o regime contábil de competência, atingem o montante de R\$ 85,3 bilhões, valor 10,3% maior em relação à reprogramação para 2005. As principais receitas que impactam o cálculo dessas transferências são o Imposto sobre a Renda, o Imposto sobre Produtos Industrializados e a Cota-Parte de Compensações Financeiras.

V - Pessoal e Encargos Sociais



A recuperação e a otimização da capacidade institucional e operacional do Estado têm sido um dos focos da atuação deste Governo na busca da realização de um dos seus maiores objetivos, que é a melhoria da qualidade e efetividade do serviço prestado pelo Estado à sociedade, sem perder de vista a eficiência na utilização dos recursos públicos disponíveis.

Entre as frentes de atuação sistemática do atual Governo nesse sentido, são dignas de destaque algumas ações na área de Gestão de Pessoas, como: a estruturação ou a reestruturação de diversos órgãos; a recomposição da força de trabalho nas áreas de atuação estratégica do Estado, como segurança pública, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental; e, em especial, a adoção de uma política de recursos humanos voltada para a valorização do servidor público e a democratização nas relações entre este servidor e o poder público.

Desde 2003, têm sido realizadas estruturações e reestruturações em diversos órgãos, com o objetivo de adequá-los às reais necessidades do Estado e da sociedade. Exemplo disso é o que vem sendo feito nas agências reguladoras: estruturação de seus quadros de pessoal, estabelecimento de planos de cargos e carreiras e contratação de servidores efetivos por concurso em substituição a pessoal temporário e terceirizado.

O Governo Federal tem agido de forma efetiva na recomposição da força de trabalho do Estado, por meio de recrutamento e seleção de novos servidores qualificados por concurso público, da criação ou a reestruturação de planos de cargos e carreiras, da regulamentação da seguridade social e da reestruturação da remuneração do servidor. Vale destacar que no período 2003 - 2005, somente no Poder Executivo, foi autorizado o provimento de 57.919 cargos efetivos, por intermédio de concurso público. Esse número é expressivo, se comparado aos ingressos ocorridos no período 1994 - 2002, e vem contribuindo para a desprecarização das relações de trabalho, consubstanciada na redução dos vínculos temporários e de terceirizados, os quais contrariam os preceitos constitucionais mais afetos à instituição do sistema do mérito.

Também no período 2003 - 2005, foram estruturados ou reestruturados sessenta e cinco planos de carreiras e de grupos de cargos isolados e criados seis planos especiais de cargos, o que resultou na majoração de cento e dezesseis tabelas remuneratórias, bem como na implantação de avaliações e gratificações de desempenho, denotando uma política de recursos humanos direcionada para a valorização do servidor e para a instauração de um sistema remuneratório que premia o mérito profissional.

Diante disso, fica evidente o interesse do Governo Federal em atrair e reter pessoal qualificado, o que é essencial à melhoria da qualidade e efetividade do serviço público.

Outro foco de atuação é a democratização das relações de trabalho, cujo maior exemplo é a introdução do processo de negociação coletiva no tratamento de todas as demandas apresentadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e pelas entidades representativas dos servidores públicos, o que significa uma política que contempla a revisão geral das remunerações associada a reajustes diferenciados, por categorias, possibilitando corrigir a remuneração dos segmentos que tiveram maiores perdas nos últimos anos e dos que, em estreita observância à Constituição, são integrados por cargos cuja natureza, grau de responsabilidade e complexidade exigem tratamento diferenciado.

É intenção do Governo dar continuidade à sua política de recursos humanos e, dessa maneira, está sendo proposto, no Anexo V do Projeto da Lei Orçamentária de 2006, o preenchimento mediante concurso público de até 27.899 cargos, empregos e funções, bem como a admissão e a contratação de pessoal, a qualquer título, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, o que representa um investimento da ordem de R\$ 949,6 milhões no incremento do quadro de servidores da União.

No referido Anexo V também estão previstos limites destinados a reestruturações de carreiras e cargos, a serem implementadas no exercício de 2006 e que totalizam, no âmbito da União, mais de R\$ 1,2 bilhão. Ainda com vistas ao reajuste da remuneração dos servidores públicos civis e dos militares das Forças Armadas, pode-se ressaltar que está reservada para esta finalidade em programação específica dotação de R\$ 1,5 bilhão.

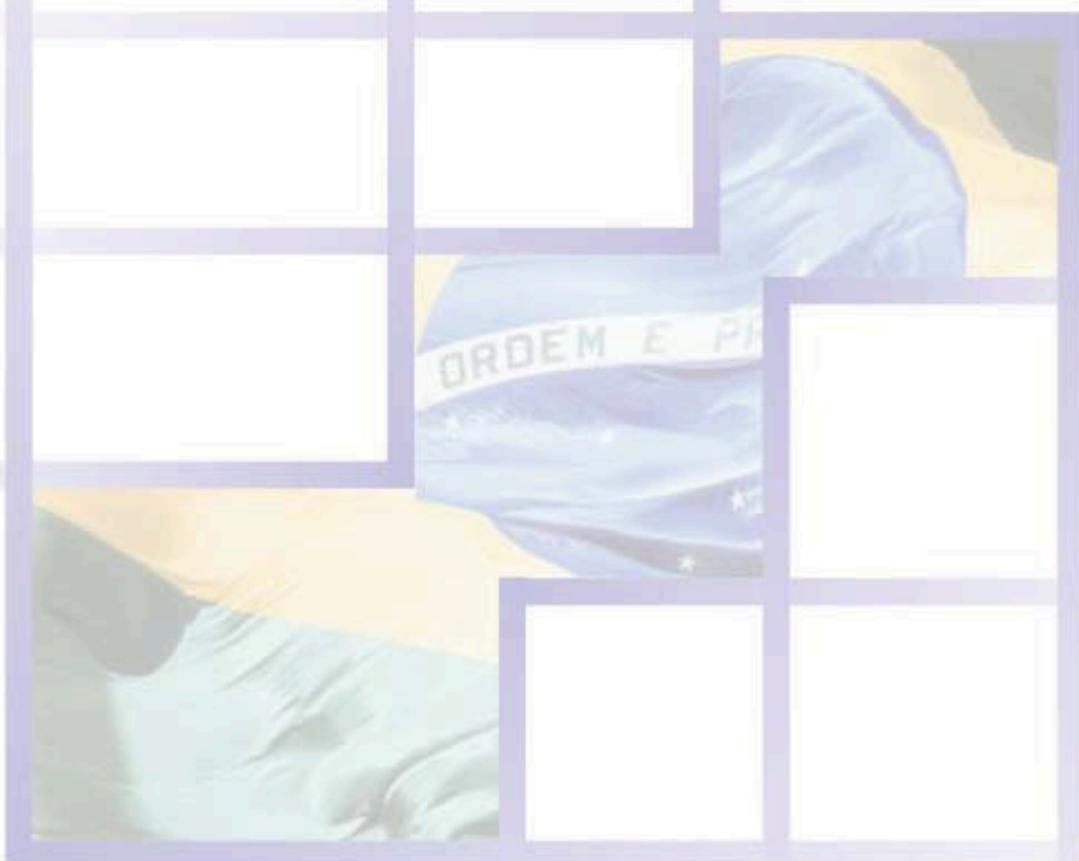
Assim, com todas essas ações pretendidas pelo Governo Federal na área de Gestão de Pessoas, o Orçamento para o exercício de 2006 prevê gastos da ordem de R\$ 108,6 bilhões no pagamento de pessoal ativo, inativos e pensionistas da União, o que indica um crescimento de 9,3% em relação à projeção atual do total da despesa para o exercício de 2005. Os gastos do Poder Legislativo representam 4,4% do total, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, 16,2% e do Poder Executivo 79,4%.

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2006 só não será mais expressivo em virtude do pagamento, em 2005, das duas últimas parcelas do passivo de 28,86 % a que se refere a Medida Provisória no 2.169-43, de 24 de agosto de 2001, devido aos servidores públicos civis do Poder Executivo. Com a quitação dessas duas parcelas restantes, as quais importam em cerca de R\$

1,0 bilhão, não houve a inclusão desses valores nas projeções de despesas para o próximo exercício. Entretanto, estão previstos no Orçamento de 2006 recursos da ordem de R\$ 406,5 milhões, destinados ao pagamento de mais duas parcelas relativas ao passivo de 3,17 % de que trata a Medida Provisória no 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, devido ao mesmo conjunto de servidores.

A despesa com pessoal e encargos sociais projetada para 2006 do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União, representa 1,5% da receita corrente líquida estimada para o exercício; do Poder Judiciário representa 5,0%; do Poder Executivo 27,5%; e do Ministério Público da União 0,6%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 34,6% da receita corrente líquida prevista para 2006. Nessas condições, os limites globais a que se referem a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, bem como os ditames do art. 169 da Constituição, estão obedecidos, mesmo sem computar as deduções aos referidos limites permitidas pela referida Lei Complementar.

VI - Sistemas Previdenciários



**Regime Geral de Previdência Social
Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

Cabe ao Governo Federal a responsabilidade pela gestão dos Regimes Geral e Próprio dos Servidores Públicos da União. Ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS compete o atendimento aos trabalhadores da iniciativa privada, enquanto que o Regime de Previdência Próprio dos Servidores Públicos Federais - RPPS atende aos servidores públicos civis e militares da União. As receitas e despesas previdenciárias, que compõem o Orçamento da Seguridade Social, são computadas no cálculo das Necessidades de Financiamento do Governo Central - NFGC.

Para 2006, as projeções apontam para um déficit conjunto de R\$ 70,1 bilhões, correspondente a 3,28% do Produto Interno Bruto - PIB, sendo que R\$ 39,0 bilhões referem-se ao RGPS e R\$ 31,1 bilhões ao Regime de Previdência Próprio dos Servidores Públicos da União.

Com objetivo de assegurar a sustentabilidade dos regimes de previdência social e de fazer face ao crescimento dos déficits, o governo tem implementado medidas de combate às fraudes e à sonegação, bem como aperfeiçoamentos na legislação pertinente.

Regime Geral de Previdência Social

Os principais fatores que afetaram a projeção do Regime Geral de Previdência Social - RGPS foram, pelo lado da receita, a expressiva arrecadação verificada até o momento no exercício corrente e o crescimento da massa nominal de salários; e, no tocante à despesa, a regra de correção do salário mínimo e o crescimento vegetativo dos beneficiários.

Para a projeção de 2006, foi mantido o critério de reajuste do salário mínimo previsto no PLDO-2006. Dessa maneira, a projeção dos benefícios previdenciários para 2006 leva em consideração 7,07% de reajuste do salário mínimo a partir do mês de maio de 2006, sendo 5,03% correspondente à inflação projetada para o período (INPC) e 1,94% de aumento real, equivalente ao crescimento do PIB real per capita em 2005.

Em que pese o RGPS ter apresentado nos últimos anos déficits crescentes, a previsão para 2006 é de um déficit de R\$ 39,0 bilhões, ou 1,83% do PIB. Tal déficit é esperado em função das medidas estruturais que já estão sendo adotadas na sistemática de gestão da receita e da despesa previdenciária, conforme gráfico a seguir:



Em relação à arrecadação, a primeira medida foi adotada pela Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005, convertida a partir da Medida Provisória nº 222, de 4 de outubro de 2004, que transferiu do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para o Ministério da Previdência Social as competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, e criou a Secretaria da Receita Previdenciária para a execução dessas atividades. Posteriormente, a Medida Provisória nº 258, de 21 de julho de 2005, unificou as atividades de administração tributária e aduaneira da União, bem como suas atividades de consultoria, representação judicial e extrajudicial tributária, com a criação da Receita Federal do Brasil. O objetivo dessa medida é a utilização racional e otimizada dos recursos materiais e humanos, o que possibilitará a redução de custos operacionais, a simplificação de processos, a integração dos sistemas de atendimento, controle e de tecnologia da informação, e a eficiência administrativa. Por fim, os efeitos positivos do crescimento da economia, refletidos em uma projeção de aumento da massa salarial nominal, da ordem de 9,44%, colaboraram para a estimativa total de receitas de R\$ 120,5 bilhões.

No tocante à despesa com benefícios, estão sendo adotadas medidas para aprimorar o processo de concessão e revisão dos benefícios e de combate às fraudes, possibilitando um decréscimo de 0,04 ponto percentual do PIB em relação a 2005. O ganho estimado para 2006 é da ordem de R\$ 5,4 bilhões e compreende duas principais frentes de atuação, relacionadas a seguir:

- I - Atualização cadastral dos beneficiários aposentados e pensionistas, por meio de convênio com a rede bancária. Neste ano, espera-se atualizar os benefícios cujos cadastros apresentam maior vulnerabilidade - cerca de

2,7 milhões; para 2006, a meta de atualização é de 13,1 milhões de benefícios. Essa medida representará, portanto, a atualização do cadastro dos beneficiários e batimento com as bases de dados de outros Órgãos e Sistemas como: Receita Federal, Sistema de Óbitos, CNIS etc, até 2006; e

II - Implementação do Novo Modelo de Gestão, o qual comprehende tanto a qualificação do servidor quanto à uniformização da base tecnológica das agências. O enfoque será nos benefícios concedidos por incapacidade, uma vez que, atualmente, cerca de 53% das agências, que recebem em média 33% do total de requerimentos de auxílio-doença, possuem sistema tecnológico que não é totalmente informatizado (PRISMA), enquanto as demais, que abrangem 67% do total desses requerimentos, possuem o Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI, o qual opera no limite de sua capacidade. A proposta é implementar uma nova plataforma que automatize todos os procedimentos de concessão dos benefícios não programados, de maneira a diminuir o tempo de agendamento de perícia médica, que dura em torno de quatro meses, e de permanência em auxílio-doença, cuja média é de oito meses. Para os próximos meses, pretende-se investir R\$ 38,5 milhões na contratação de fábrica de software e escritório de métricas, R\$ 11,0 milhões no gerenciamento eletrônico do processo de concessão e controle dos benefícios e R\$ 40,0 milhões na ampliação do ambiente central de processamento.

Assim, o novo software, após o preenchimento dos dados pelo médico-perito, tornará automática a avaliação do direito ao benefício e a definição do tempo de gozo, já na primeira perícia, reduzindo a subjetividade e as possibilidades de fraude. Além disso, viabilizará a ampliação da capacidade de atendimento do usuário por meio da internet, sendo necessário o seu comparecimento a uma agência do INSS apenas para a realização da perícia médica.

A economia mensal estimada pela redução do tempo de duração apenas do auxílio-doença, em função da racionalização dos procedimentos, é de R\$ 150,0 milhões. Uma vez que o cronograma considera a implementação do Novo Modelo de Gestão em junho, prevê-se uma redução anual de gastos de R\$ 1,1 bilhão. Adicionalmente, estima-se uma queda de custos com pessoal em R\$ 770,0 mil/mês ou R\$ 5,4 milhões/ano, bem como economia em papel impresso em R\$ 1,1 milhão/mês ou R\$ 7,7 milhões/ano.

Além dos efeitos positivos em termos de racionalização de procedimentos, como a economia de papel e a melhoria do atendimento ao usuário, estima-se que essa medida poderá gerar uma redução de cerca de R\$ 1,4 milhão relativa a exames médicos periciais por ano, cerca de 50% do volume de novos exames realizados em 2004. Considerando que o custo de cada exame é de R\$ 25,20, estima-se uma economia mensal de R\$ 5,0 milhões ou anual de R\$ 60,0 milhões.

Dessa maneira, a projeção da despesa total com benefícios é de R\$ 159,6 bilhões, sendo R\$ 154,8 bilhões relativos a benefícios normais e R\$ 4,8 bilhões a pagamento de sentenças judiciais. Esse valor inclui o impacto das medidas positivas mencionadas, estimado em R\$ 5,4 bilhões, sendo R\$ 4,3 bilhões com benefícios programados (aposentadorias e pensões) e R\$ 1,1 bilhão com auxílio-doença e perícia médica. Por sua vez, o montante previsto para as sentenças previdenciárias é 38,73% superior à dotação orçamentária para o exercício de 2005.

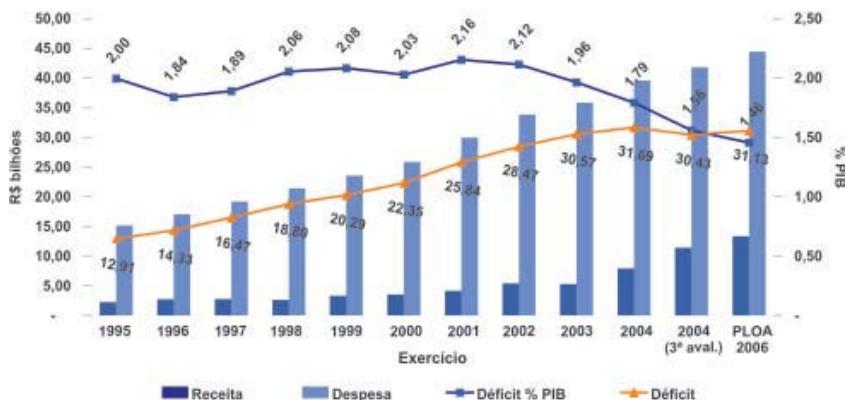
O quadro a seguir detalha a estimativa do déficit do RGPS e as principais hipóteses adotadas:

Projeção RGPS		R\$ milhões
Descrição	PLO 2006	
Déficit da Previdência	39.030,8	
Arrecadação	120.546,0	
Receita Corrente	112.463,0	
Recuperação de Créditos	8.083,0	
Benefícios	159.576,8	
Benefícios Normais	160.148,8	
Ganho de Eficiência na Administração de Benefícios	(5.373,6)	
Precatórios e Sentenças	4.801,6	
HIPÓTESES ADOTADAS		
Massa Salarial Nominal (%)	9,44	
Reajuste Salário-Mínimo (%)	7,07	
Valor Salário-Mínimo (R\$ 1,00)	321,21	
Reajuste Demais Benefícios (%)	5,03	
Crescimento Vegetativo dos Benefícios (%)	3,94	

Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

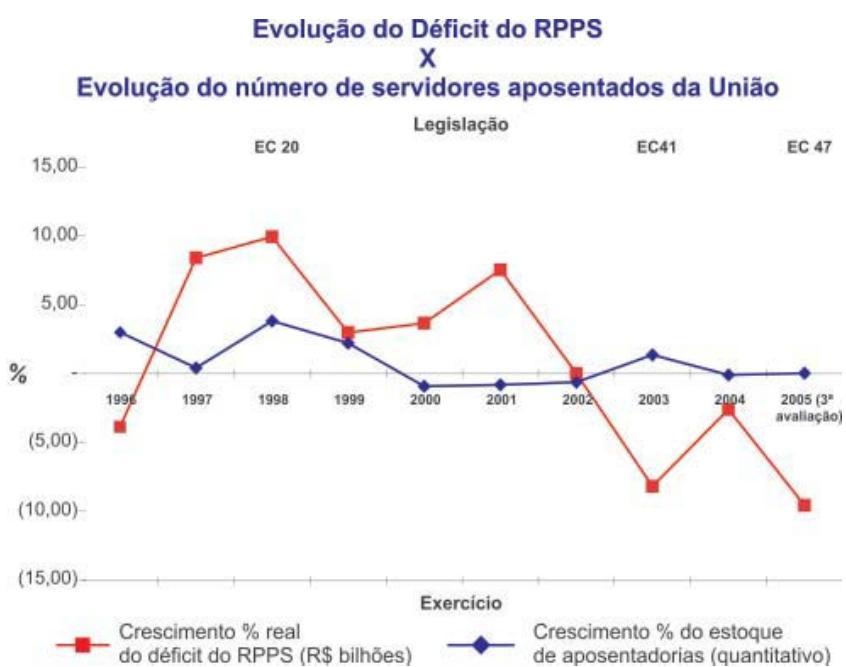
A projeção para 2006 do déficit do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Federais - RPPS é de R\$ 31,1 bilhões ou 1,46% do PIB, valor esse inferior em 0,1 ponto percentual do PIB em relação ao estimado por ocasião da avaliação do terceiro bimestre de 2005 e inferior, em termos correntes, ao resultado obtido em 2004. Esse fato confirma a tendência decrescente do déficit do regime em questão, observada a partir de 2001. O gráfico a seguir evidencia a evolução do déficit a preços correntes e em percentual do PIB:

Evolução do Déficit do RPPS a preços correntes e em percentual do PIB



A partir do gráfico acima, observa-se que há uma tendência decrescente do déficit do regime em questão a partir de 2001, quando esse atingiu 2,16 % do PIB. Atribui-se essa melhoria principalmente às alterações na legislação promovidas nos últimos anos, as quais consubstanciaram-se na Emenda Constitucional - E.C. nº 20, de 15 de novembro de 1998 e na E.C. nº 41, de 19 de dezembro de 2003, regulamentadas, respectivamente, pelas Leis nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Tais alterações promoveram mudanças nos critérios para a concessão das aposentadorias e para o recolhimento das contribuições destinadas ao custeio do regime de previdência em questão. No primeiro caso, pode-se citar o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para requerer a aposentadoria. No segundo caso, houve acréscimo da Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor - CPSS de 11% para 22% e da instituição da CPSS para inativos e pensionistas.

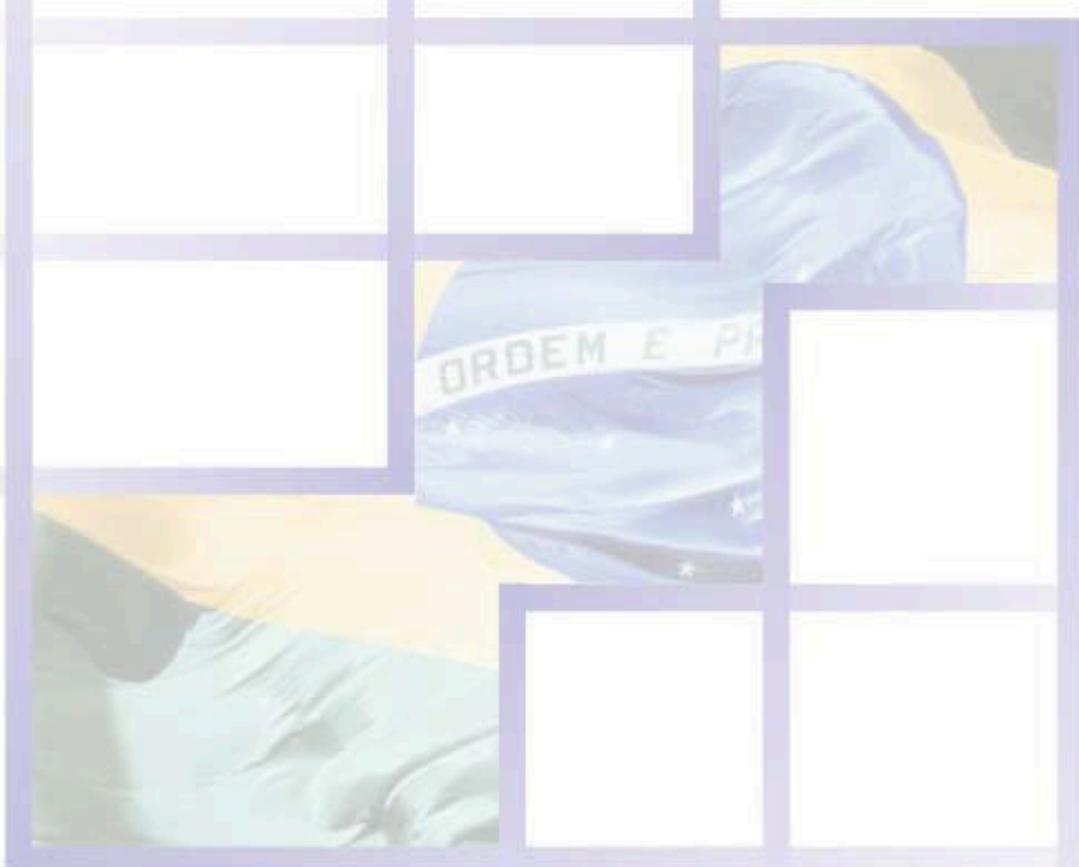
As relações entre as citadas alterações e a evolução do déficit do RPPS podem ser inferidas a partir do gráfico seguinte:



Pode-se observar que, nos anos de 1998 e 2003, datas das promulgações das Emendas Constitucionais nºs 20 e 41, respectivamente, a taxa de crescimento do estoque de aposentadorias foi superior à do ano anterior, o que contribuiu para um crescimento temporário do déficit do RPPS. No entanto, há uma clara tendência de queda do déficit ao longo dos anos, a qual atribui-se sobretudo às alterações na legislação já comentadas no parágrafo anterior.

Cabe, ainda, salientar que a promulgação da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, conhecida como PEC Paralela, tornou menos rígidas algumas das regras estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003. Exemplos dessas alterações são: a) a instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da E.C. nº 41; b) a introdução de uma regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado além do tempo mínimo de contribuição; c) a diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e d) a abertura de espaço para que leis complementares instituam critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores portadores de deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde. Ademais, cabe ressaltar que seus efeitos serão retroativos a 19 de dezembro de 2003, data de promulgação da E.C. nº 41.

VII - Dívida Pública Federal



Em inúmeras oportunidades ao longo de 2004 e 2005, a economia brasileira tem demonstrado o resultado satisfatório da sustentação de uma política monetária firme, que se empenha no cumprimento das metas de inflação, e de uma política fiscal austera, a qual vem produzindo superávits primários capazes de garantir uma dinâmica da relação dívida/PIB compatível com a sustentabilidade das contas públicas do País. A manutenção dessas políticas, em conjunto com o aprofundamento das reformas institucionais, garantirá a estabilidade econômica no médio e longo prazo e criará melhores condições de investimento no País, além de auxiliar o Tesouro Nacional no gerenciamento da dívida pública, especialmente na consecução das metas de alongamento do prazo médio do estoque da dívida e de redução dos custos da Dívida Pública Federal - DPF.

Ao se estabelecerem estes pilares, concomitantemente a uma melhora substancial nas contas externas, foi possível continuar, em 2005, com os avanços obtidos na administração da dívida em 2004. Tais avanços ocorreram em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Anual de Financiamento - PAF 2005: (i) alongamento dos prazos médios dos títulos emitidos por oferta pública; (ii) substituição gradual de parte dos títulos remunerados pela variação cambial e pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; (iii) incentivo ao desenvolvimento das estruturas a termo de taxa de juros para títulos públicos federais; e (iv) redução do percentual da DPF vincendo em 12 meses. Essas diretrizes visam fornecer um referencial claro dos objetivos da política de refinanciamento do Tesouro Nacional, sem, no entanto, imobilizar a sua administração em momentos em que seja necessária flexibilidade em relação à estratégia. Para consecução dessas diretrizes, tem-se observado o esforço contínuo do Tesouro Nacional, buscando o aprimoramento do mercado de títulos públicos, por meio da adoção de medidas que permitam a ampliação da liquidez dos títulos em mercado, a melhora do perfil da dívida pública e a correção rápida de divergências que possam desviá-la do caminho traçado no PAF 2005.

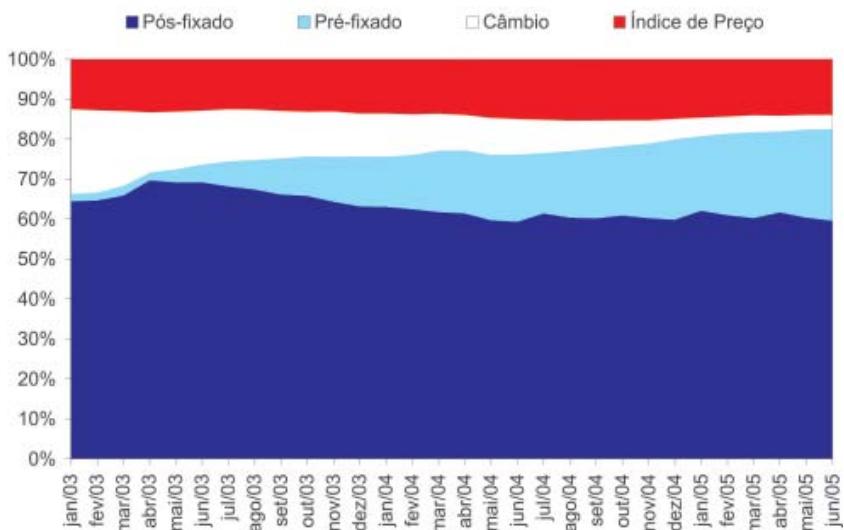
Não obstante as diretrizes gerais para a DPF, foram definidas diretrizes específicas para a gestão da Dívida Pública Federal externa - DPFe, em função de suas particularidades: (i) criação de títulos de referência (benchmarks) nos principais mercados de títulos emergentes; (ii) suavização da estrutura de maturação da DPFe, por meio de novas emissões e operações de administração de passivo (liability management); (iii) redução gradual do estoque de Brady Bonds; (iv) ampliação, em termos geográficos, da base de investidores; e (v) manutenção de amplo relacionamento com a comunidade internacional.

Os resultados desta combinação de fatores são visíveis na tendência de queda do risco país no período 2003/2004 e sua manutenção em níveis baixos ao longo de 2004/2005, com a conseqüente redução da pressão sobre as taxas de juros no médio e longo prazos, evidenciada pelas taxas dos leilões dos títulos indexados ao IGP-M, as Notas do Tesouro Nacional - Série C, títulos com características de prazos mais longos, cuja taxa média ponderada dos leilões manteve-se constante ao longo do período, após terem sofrido significativa redução no período anterior (2003/2004), conforme observado no gráfico a seguir:



Outro efeito dessa evolução está relacionado à capacidade do Tesouro Nacional em manter a trajetória da dívida pública em linha com o PAF. No período 2004/2005, a composição da dívida pública manteve a progressão verificada nos anos anteriores. A participação de títulos indexados à Selic, que era de 59,6% do total da Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi em julho de 2004, foi reduzida para 57,9% em julho de 2005. A participação de títulos referenciados em moeda estrangeira decresceu também neste período de 8,3% para 3,6%. Os títulos referenciados a índices de preços, que constituíam 15,1% do total da DPMFi em julho de 2004, mantiveram-se praticamente constantes, 13,7% em julho de 2005. Mais importante ainda foi o significativo aumento da participação de títulos pré-fixados - um resultado alinhado com o PAF - de 15,1% em julho de 2004 para 22,4% em julho de 2005, demonstrado no gráfico a seguir:

Variação da Composição da DPMFi



A evolução da administração da dívida pública foi satisfatória em relação às emissões externas, onde a perspectiva de elevação da taxa de juros norte-americana apontava dificuldades para os países emergentes nas suas colocações no mercado internacional. A despeito disso, o Governo Federal obteve êxito em dar continuidade ao programa de emissões para 2005, sem que isso tenha significado um aumento expressivo no custo dos novos títulos, fazendo com que, até julho, se tenha completado o volume de emissões previsto no PAF 2005 de até US\$ 6 bilhões.

Destacam-se algumas medidas adicionais adotadas pelo Tesouro Nacional, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento desse novo ambiente institucional: (i) transferência das atribuições referentes à emissão de títulos da

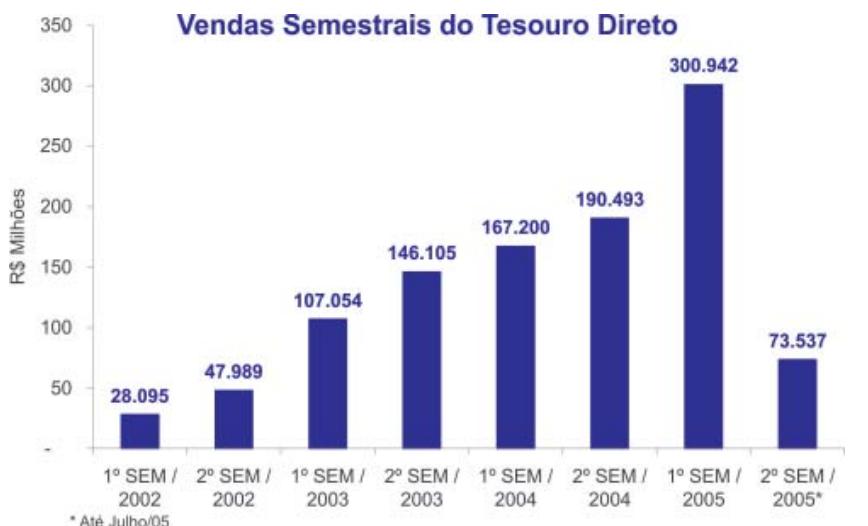
Dívida Pública Mobiliária Federal externa do Banco Central para o Tesouro Nacional, responsável, a partir de 2005, pelas operações com títulos da dívida pública, no mercado doméstico e internacional, alinhando-se às melhores práticas internacionais; (ii) concepção do projeto do Sistema Integrado da Dívida Pública - SID, visando englobar todas as funcionalidades dos sistemas hoje existentes no Departamento da Dívida Pública do Tesouro Nacional; (iii) aprimoramento da gestão de riscos, pela qualificação dos seus modelos de análise e da evolução do sistema de processamento de dados; e (iv) ampliação das atribuições da área de relacionamento institucional da Dívida Pública, incluindo o contato com investidores internacionais e agências de classificação de risco de crédito soberano.

Além disso, outras ações representaram avanços no gerenciamento da dívida pública: (i) criação da Clearing de Ativos pela BM&F, como complemento ao Sisbex (Sistema Eletrônico de Negociação e Registro), trazendo benefícios para o mercado de renda fixa, em particular o de negociação de títulos públicos federais, e objetivando dinamizar o mercado secundário, além de reduzir riscos operacionais envolvidos; (ii) criação da Plataforma de Negociação da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, que abriu a possibilidade de realização de diversas operações on-line, dentre elas a negociação de títulos de renda fixa (públicos e privados) e a modalidade de operações a termo de leilões de títulos do Tesouro Nacional; (iii) início de negociação de Títulos Públicos no EuroMTS, dando maior liquidez aos papéis, facilitando sua precificação e o relacionamento com os investidores de títulos brasileiros; e (iv) entrada em vigor da Conta Investimento. A Conta Investimento resultou de um trabalho conjunto entre Tesouro Nacional, Banco Central e Secretaria da Receita Federal, isentando da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF as transferências de recursos de um investimento financeiro para outro, e tendo como objetivos: oferecer tratamento semelhante ao que é dado aos fundos de investimento para as demais aplicações, aumentar a competição na indústria de fundos de investimento e a liquidez no mercado secundário e auxiliar a diversificação da base de investidores.

Outras ações empreendidas para a melhoria do gerenciamento da dívida pública podem ser citadas: (i) a implantação de sistema de videoconferência multiponto, para interligação direta de 17 instituições atuando como dealers, no mercado financeiro, com o Tesouro Nacional e o Departamento de Mercado Aberto do Banco Central; (ii) a efetivação da tributação decrescente para aplicações financeiras, incentivando

aplicações com prazos mais longos; (iii) as alterações nos planos de previdência, permitindo a criação de novos planos de benefícios de caráter previdenciário e de seguro de vida com cláusula de sobrevivência sob um regime de tributação baseado em alíquotas decrescentes, para incentivar o alongamento da maturação das poupanças previdenciárias; e (iv) a criação do BEST, grupo formado pela BOVESPA, CBLC, BM&F, ANBID, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e Secretaria do Tesouro Nacional, que objetiva divulgar o mercado brasileiro de capitais para a comunidade de investidores internacionais, aprimorando o conhecimento dos participantes, reguladores e provedores de infra-estrutura sobre as necessidades dos investidores estrangeiros e criando um processo de aprendizado que permita aumentar nossa competitividade em relação a outros países e oferecer um quadro preciso da segurança, eficiência e confiança do mercado de capitais brasileiro.

Foram observados, também, avanços significativos no Programa Tesouro Direto, cuja base de investidores foi ampliada, auxiliando a disseminação de informações sobre a dívida pública. O Tesouro Direto, que constitui alternativa de investimento a pequenos investidores que não viam os títulos públicos como um instrumento de poupança, completou 43 meses de existência em julho de 2005, ultrapassando o total de vendas de R\$ 1,0 bilhão (R\$ 1.064,6 milhões), 42.312 investidores cadastrados e 68 agentes de custódia habilitados, como pode ser observado nos gráficos a seguir. Outra medida adotada no âmbito deste programa, no final de junho de 2005, foi a ampliação do limite máximo de compra por investidor que passou a ser de R\$ 400 mil por mês.





Em agosto de 2005, o Tesouro Nacional divulgou a programação de financiamento externo para o biênio 2006 - 2007, que considera a captação de recursos no mercado internacional no valor de até US\$ 9,0 bilhões. Com essa programação, o Tesouro Nacional aumenta o grau de flexibilidade no gerenciamento da DPFe, ampliando o escopo da estratégia do curto para o médio prazo. Nesse sentido, e considerando as diretrizes que têm norteado a estratégia de financiamento da DPF ao longo dos últimos anos, especialmente a redução da participação da dívida atrelada ao câmbio, o limite de financiamento externo para o biênio representa, aproximadamente, 76% do principal vincendo dos Bradies, novos Bônus e Clube de Paris.

Como resultado dessa medida, dever-se-á reduzir paulatinamente o passivo externo, que faz parte das diretrizes para a Dívida Pública Federal, e obter ganhos nada desprezíveis, tais como: (i) alteração na composição da DPF - o financiamento de parte da DPFe vincenda por meio da emissão de títulos da DPMFi significa a troca de dívida em dólares por dívida em reais, moeda representativa das receitas do setor público, estratégia essa em plena consonância com o PAF, que busca a redução da exposição cambial do passivo público; (ii) emissões externas qualitativamente melhores - o menor volume de emissões permite ao emissor otimizar as captações externas, garantindo, assim, melhores condições de custo e prazo em cada colocação; e (iii) melhora dos indicadores referentes ao setor externo - o não refinanciamento de 100% do principal da DPFe vincendo no biênio faz com que os indicadores utilizados para medir a solvência externa do País pelas agências de classificação de risco e demais formadores de opinião ganhem números bem mais confortáveis, reduzindo a percepção do risco país.

Estratégia de administração da dívida pública para o 2º semestre de 2005 e perspectivas para 2006

Assim como ocorreu ao longo dos últimos anos, o Tesouro Nacional tem utilizado o Plano Anual de Financiamento 2005 como um instrumento efetivo de gerenciamento da dívida pública, seguindo suas diretrizes, adotando as suas estratégias e buscando atingir as metas nele estabelecidas. Dessa forma, no segundo semestre deste ano, a administração da dívida continuará se valendo, dentro das condições oferecidas pelo mercado, da estratégia seguida no primeiro semestre.

No que tange particularmente às emissões externas, depois de realizadas as captações necessárias para completar o refinanciamento previsto para 2005, o Tesouro Nacional trocou, ainda, cerca de US\$ 4,4 bilhões em C-Bonds por novos títulos externos, restando apenas cerca de US\$ 1,2 bilhão desses títulos da dívida externa reestruturada em mercado, segundo tabela a seguir:

Resultados em 2004 e Projeções para 2005 - Dívida Pública Mobiliária Federal Interna DPMFI

Indicadores	2004	jul/05	2005	
			Mínimo	Máximo
Estoque da DPMFI em Mercado (R\$ Bilhões)	810,3	915,7	940,0	1.000,0
Prazo Médio da DPMFI (meses)	28,1	27,6	28,0	34,0
% Vencendo em 12 meses	46,1	44,2	40,0	45,0
Participação no Estoque da DPMFI (%)				
Prefixado	20,1	22,4	20,0	30,0
Selic	57,1	57,9	47,0	57,0
Câmbio	5,2	3,6	3,0	5,0
Índice de Preços	14,9	13,7	15,0	20,0
TR e Outros	2,7	2,5	2,0	4,0

Resultados em 2004 e Projeções para 2005 - Dívida Pública Federal DPFe*

Indicadores	2004	jul/05	2005	
			Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em Mercado (R\$ Bilhões)	1.013,9	1.093,6	1.160,0	1.240,0
Prazo Médio da DPF (meses)	35,3	33,2	36,0	41,0
% Vencendo em 12 meses	39,3	39,5	34,0	40,0
Participação no Estoque da DPF (%)				
Prefixado	16,1	18,8	16,0	25,0
Selic	45,7	48,5	39,0	47,0
Câmbio	24,2	19,3	18,0	23,0
Índice de Preços	11,9	11,5	12,0	16,0
TR e Outros	2,2	2,1	1,0	3,0

* Inclui Títulos da Dívida Externa de responsabilidade do Tesouro Nacional

Para o exercício fiscal de 2006, as ofertas públicas (leilões) serão realizadas por meio dos seguintes títulos: i) Letras do Tesouro Nacional (LTN) - títulos bullet com rentabilidade prefixada; ii) Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - remunerados pela taxa Selic; iii) Notas do Tesouro Nacional - série C (NTN-C) - títulos indexados ao IGP-M; iv) Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B), títulos indexados ao IPCA; e v) Notas do Tesouro Nacional - série F (NTN-F), títulos com rentabilidade prefixada e pagamento de cupom semestral.

Como instrumentos auxiliares para a administração da DPF, pretende-se continuar realizando leilões de recompra de títulos de curto prazo, visando a redução do risco de refinanciamento de títulos de longo prazo, para estímulo à liquidez; além do resgate antecipado dos cupons das NTN-B, para ampliar a liquidez deste título no mercado. Buscar-se-á realizar leilões de troca de títulos que vencem no curto prazo por outros mais longos, objetivando reduzir o risco de refinanciamento, aumentar a liquidez e auxiliar o alongamento do perfil da dívida pública.

No que diz respeito ao refinanciamento dos títulos do Tesouro Nacional que vencem na carteira do Banco Central do Brasil, foi considerado, para fins de estratégia, o refinanciamento integral dos vencimentos de principal (atualizado pela variação do IGP-M), por meio da emissão de títulos com características equivalentes aos ofertados ao público, em leilão, naquela data.

Emissões especiais estão sendo programadas e poderão ocorrer para atender diversos programas do governo, entre os quais, destacam-se: i) o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público na Atividade Bancária (PROES), em razão de contratos anteriormente assinados e cujas condições de efetividade ainda não foram concluídas; ii) o pagamento de equalizações do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX); iii) o programa de reconhecimento de dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS); e iv) a securitização de dívidas diversas, ainda em fase de reconhecimento.

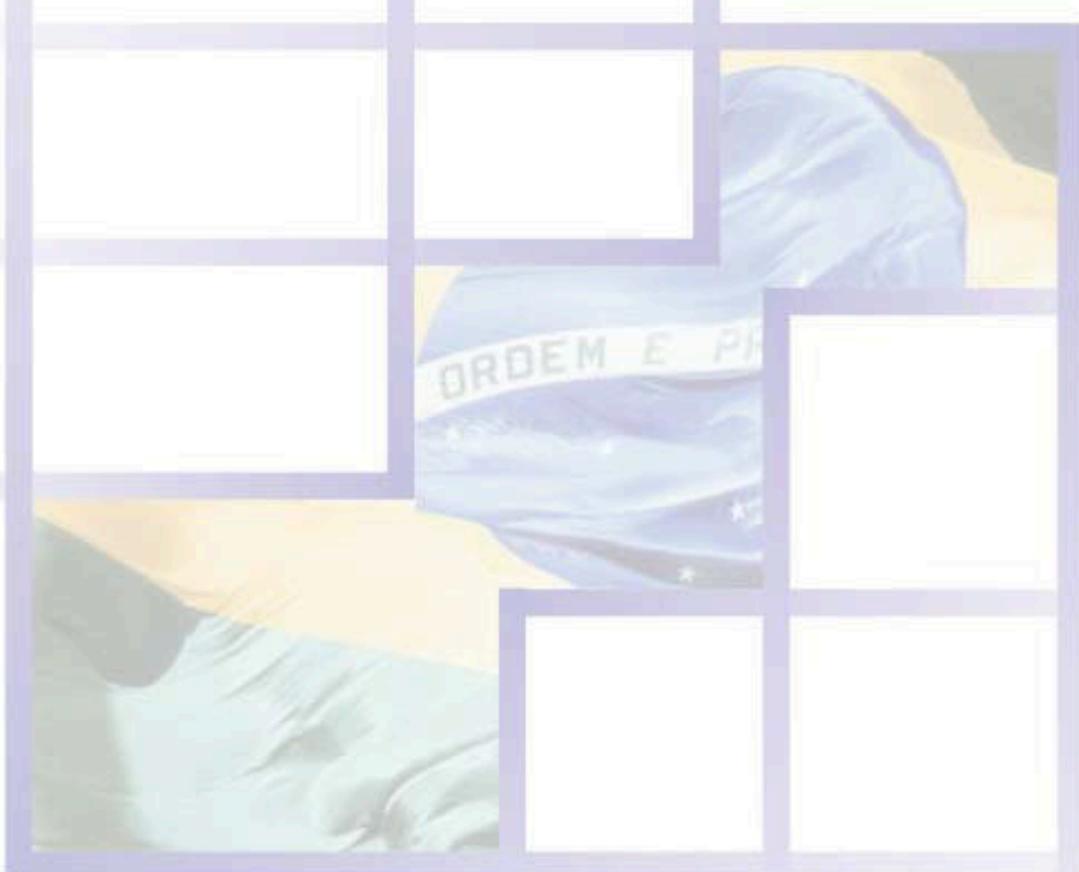
Ademais, objetiva-se dar continuidade ao projeto de divulgação do Programa Tesouro Direto, contribuindo para ampliar a base de investidores e promover a cultura de poupança de longo prazo. O significativo aumento das vendas de títulos (83,1% em julho de 2005, quando comparado a julho de 2004) e do número de investidores cadastrados no Programa (42.312 em julho de 2005 contra 27.205 no mesmo período de 2004), atestam a aceitabilidade do Programa.

No que tange à atuação do Governo Brasileiro no mercado financeiro internacional, o Tesouro Nacional dará continuidade à estratégia de captações externas implementada com sucesso nos últimos anos, tendo por diretrizes o alongamento de prazos, a redução de custos e o estabelecimento de uma curva de referência para os títulos brasileiros, principalmente nos mercados de euro e dólar.

Sob tal estratégia, pretende-se, ainda, dar continuidade, sempre que as condições de mercado permitirem, aos processos de recompra de títulos com resgates em 2006, minimizando as necessidades de refinanciamento do período, e de substituição da

dívida externa reestruturada por títulos mais simples e convencionais, aproveitando oportunidades de mercado que permitam alcançar as diretrizes já mencionadas. Novos aportes financeiros por parte de organismos multilaterais de crédito serão considerados, visando apoiar as reformas estruturais em curso e o financiamento de projetos prioritários do Governo.

VIII - Agências Financeiras Oficiais de Fomento



**Aplicações em Operações de Crédito
Investimentos no Ativo Imobilizado**

Aplicações em Operações de Crédito

Para 2006, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras) reservaram R\$ 63,1 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispêndios Globais. Esse montante representa o fluxo líquido das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (Fundos Constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que os volumes de concessão de crédito são definidos periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

Não constam daquele total R\$ 4,4 bilhões referentes às transferências entre as empresas integrantes do Sistema BNDES.

As aplicações previstas pelas Agências de Fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2006. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume de recursos está sendo canalizado para financiar os setores de intermediação financeira, industrial, serviços, comércio, rural, habitação, entre outros. Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos - por agência, região, unidade da federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais - serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional em até 15 dias após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária.

Investimentos no Ativo Imobilizado

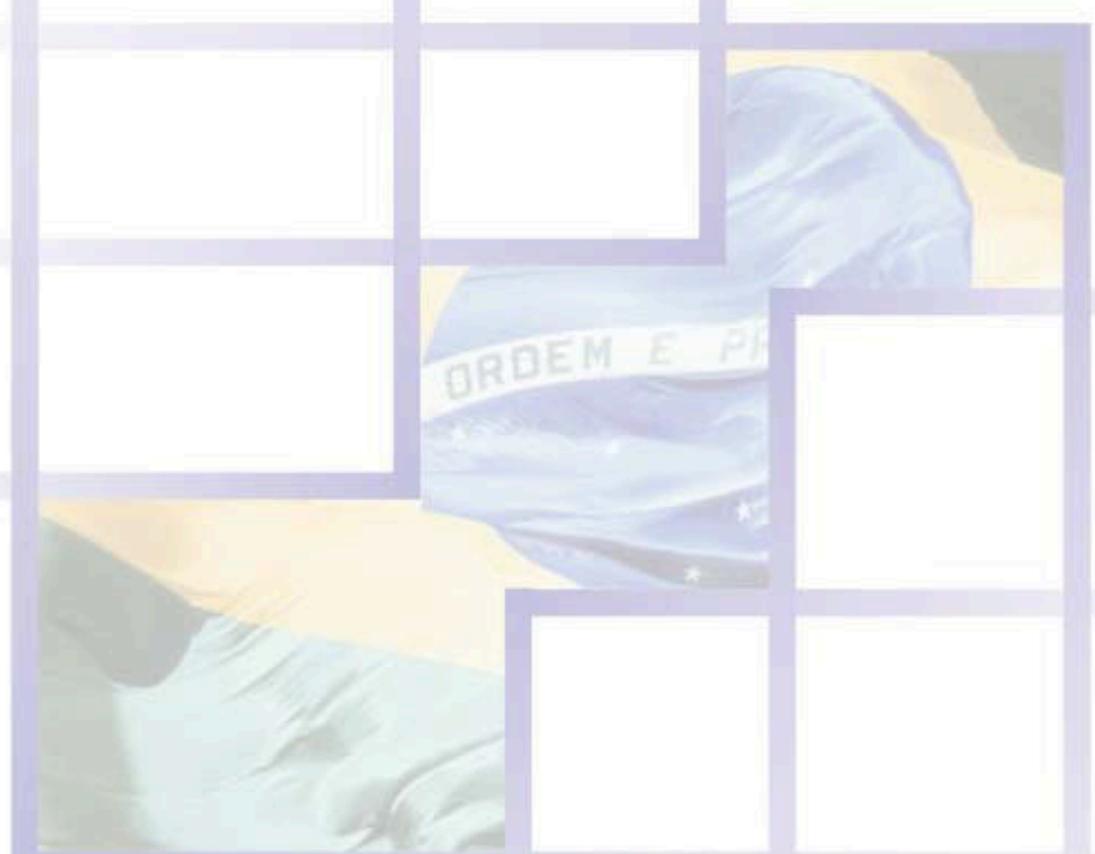
O conjunto das Instituições Financeiras Federais conta, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2006, com R\$ 2,8 bilhões destinados aos gastos com aquisição e manutenção de bens do Ativo Imobilizado.

Desse montante, cerca de R\$ 1,4 bilhão está reservado aos projetos que envolvem a instalação, modernização e manutenção de pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infra-estrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 1,4 bilhão.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2006, as instituições Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal são responsáveis por dispêndios correspondentes a 57,4% e 28,9%, resp

Anexo da Avaliação das Necessidades de Financiamento



**Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados
Metodologia de Cálculo das Empresas Estatais**

Com a finalidade de garantir a redução gradual da relação Dívida Pública/PIB, manter a estabilidade de preços e criar condições favoráveis ao crescimento sustentado, a meta de resultado primário foi fixada em 3,15% do Produto Interno Bruto - PIB para a União. Desse total, 2,45% do PIB referem-se aos orçamentos fiscal e da seguridade social e 0,70%, ao orçamento de investimento das empresas estatais, o que totaliza R\$ 52,4 bilhões e R\$ 15,0 bilhões, respectivamente.

É necessário considerar que, em um contexto de credibilidade na condução da política fiscal, o projeto-piloto de investimentos público teve tratamento destacado no resultado primário. O projeto, embora tenha impacto sobre o resultado primário, tem por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo superiores ao aumento do endividamento deles decorrente. Para 2006, o projeto conta com cerca de R\$ 3,3 bilhões.

Segue adiante a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam a determinação da meta de resultado primário.

Resultado Primário do Governo Federal

Discriminação	Realizado 2004		Lei 2005		Reproj. 2005		Pl. 2006	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
I. RECEITAS PRIMÁRIAS	420,9	23,82	482,5	24,99	476,3	24,40	523,3	24,48
1. Receita Administrada	286,8	16,23	322,2	16,74	321,8	16,47	347,4	16,25
2. Arrec. Líquida INSS	93,8	5,31	107,7	5,58	108,2	5,54	120,5	5,64
3. Receitas Não Administradas	40,3	2,23	51,9	2,69	46,8	2,40	55,6	2,60
Concessões	1,3	0,07	0,7	0,04	0,3	0,01	1,0	0,05
Dividendos	4,3	0,24	4,6	0,24	4,0	0,20	4,5	0,21
Cota-Parte de Compensações Financeiras	12,2	0,69	10,6	0,96	14,4	0,74	18,4	0,86
Renda Própria	8,0	0,34	8,5	0,35	8,2	0,32	8,7	0,33
Demais Receitas	16,6	0,94	21,2	1,10	21,9	1,12	25,1	1,18
4. Incentivos Fiscais			-0,3	-0,01	-0,3	-0,01	-0,2	-0,01
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	64,0	3,63	78,3	4,06	76,9	3,94	84,8	3,97
1. Despesa Orçamentária	63,7	3,61	77,7	4,03	76,1	3,90	84,0	3,93
2. Subsídio Fundos Regionais	1,5	0,08	1,2	0,06	1,4	0,07	1,2	0,06
3. Ajuste Caixa / Competência	-1,1	-0,06	-0,6	-0,03	-0,7	-0,04	-0,5	-0,02
III. RECEITA LIQUIDA (I - II)	356,8	20,20	404,1	20,93	399,5	20,46	438,5	20,51
IV. DESPESAS	307,0	17,38	359,6	18,63	357,1	18,29	388,5	18,22
1. Pessoal e Encargos Sociais	84,5	4,78	91,3	4,73	92,5	4,74	99,8	4,63
Despesa Orçamentária	85,3	4,83	91,8	4,76	93,1	4,77	99,9	4,67
Ajuste Caixa / Competência	-0,8	-0,04	-0,5	-0,03	-0,6	-0,03	-1,0	-0,04
2. Benefícios da Previdência	125,8	7,12	140,8	7,25	146,5	7,51	159,6	7,46
Despesa Orçamentária	126,0	7,13	141,1	7,31	146,0	7,58	160,4	7,50
Ajuste Caixa / Competência	-0,3	-0,02	-1,0	-0,05	-1,5	-0,08	-0,9	-0,04
3. Despesas Obrigatorias Típicas do Ministério da Saúde	22,5	1,28	24,8	1,24	24,8	1,23	27,7	1,29
4. Despesas Obrigatorias Típicas do Ministério da Educação	2,6	0,15	2,9	0,15	2,8	0,15	2,8	0,13
5. Outras Despesas Obrigatorias	34,0	1,92	42,9	2,22	29,7	1,52	44,7	2,09
6. Discretoriárias Poderes Legislativo/Judiciário/MPU	3,1	0,18	3,9	0,20	3,9	0,20	4,4	0,21
7. Discretoriárias Poder Executivo	36,4	2,06	54,6	2,83	57,1	2,93	43,7	2,04
8. Parcela Primária da Reserva de Contingência							7,6	0,35
9. Ajuste Caixa / Competência	-1,9	-0,11			0,5	0,03		
V. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	2,5	0,14			1,3	0,06		
VI. PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE (III - IV + V)	52,4	2,97	44,5	2,38	43,6	2,24	49,1	2,30
VII. PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTOS					2,8	0,15	2,8	0,14
VIII. RESULTADO SEM PILOTO (VI + VII)	52,4	2,97	47,3	2,45	46,5	2,38	52,4	2,45
IX. JUROS NOMINAIS	-79,4	-4,50	-80,3	-4,16	-127,1	-6,51	-113,4	-5,30
X. NOMINAL GOVERNO FEDERAL (VI + IX)	-27,0	-1,53	-35,8	-1,86	-83,4	-4,27	-64,3	-3,81
XI. PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS	8,9	0,51	13,5	0,70	15,0	0,77	15,0	0,79
XII. PRIMÁRIO UNIÃO (VIII + XI)	61,3	3,47	60,8	3,15	61,5	3,15	67,3	3,15

A Tabela anterior demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central, observados na execução de 2004, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2005, e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2006.

Também são discriminados os parâmetros econômicos atualizados que foram utilizados para a estimativa de cada segmento. Cumpre ressaltar que a responsabilidade pela apuração e divulgação dos resultados fiscais, para fins de cumprimento da meta ao final do exercício, é do Banco Central do Brasil - BACEN.

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados

As Necessidades de Financiamento do Setor Público - NFSP referem-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais, consistindo da soma entre o resultado primário do Setor Público Não-Financeiro e o pagamento de juros por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um determinado período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios: pela variação do nível de endividamento do ente durante o período considerado ou pela soma dos itens de receita e despesa que geram o resultado. O primeiro critério, chamado "abaixo da linha", é calculado pelo BACEN e considerado o resultado oficial, por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário. O segundo, denominado "acima da linha", possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e planejamento fiscal para um exercício financeiro.

A metodologia da necessidade de financiamento do setor público, implícita nesta Proposta Orçamentária, está condicionada à meta fiscal estabelecida no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 - PLDO-2006, que pressupõe um volume de receitas compatível com ela e um volume de despesas necessárias para o funcionamento da máquina pública e a consecução de políticas de governo.

Dessa forma, são apresentadas a seguir as metodologias das principais receitas e despesas primárias constantes do PLDO-2006, em valores correntes, sendo que os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas estão dispostos no quadro abaixo:

Parâmetros Econômicos - 2006

PIB			Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior			
R\$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
2.137.955	4,50%	4,71%	9,44%	2,70%	2,10%	6,57%
Inflação - IGP/DI			Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média	
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação	R\$ / US\$	
5,09%	5,48%	4,58%	4,50%	6,83%	2,707	

Receitas, exceto Previdência Social

Para a apuração do resultado, são consideradas apenas as receitas primárias, excluindo-se as provenientes de privatização. A seguir, apresenta-se a composição de cada um dos itens que integram a receita primária:

Administradas: incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda - MF, com exceção daquelas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração pública e da contribuição dos empregadores e dos trabalhadores para a previdência social. As estimativas dessas receitas são determinadas, primordialmente, pelo nível de atividade econômica e inflação.

Concessões: compõem-se de todas as permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo e energia elétrica. O valor programado para 2006 é calculado em função da expectativa de venda dessas permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras.

Dividendos: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica,

incluídos os royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas.

Receitas Próprias: considera-se nessa rubrica as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação.

Demais receitas: nesse grupo destacam-se o salário-educação, as pensões militares, as doações e outras taxas e contribuições vinculadas a diversos órgãos da Administração Pública Federal.

Incentivos fiscais: parcela do Imposto de Renda pago por pessoas jurídicas que fizeram opção pela aplicação desse valor em projetos considerados prioritários para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste e do Estado do Espírito Santo, conforme quadro a seguir:

Fundos de Incentivos Fiscais - PLO 2006		R\$ milhões
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR		158,7
Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM		57,1
Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES		3,0

Transferências Constitucionais por Repartição de Receita

Integram esse item as transferências constitucionais e legais a Estados, Municípios e Distrito Federal; os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; o IOF-ouro; o salário-educação; as compensações financeiras; as receitas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis (CIDE); as receitas de concursos de prognósticos; e as transferências do Imposto Territorial Rural - ITR.

Cumpre esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas por competência. Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer um ajuste que, no caso dos Fundos de Participação, é estimado pela diferença entre os recursos arrecadados no último

decêndio do mês de dezembro de 2005, repassados em 2006, e os de 2006, a serem repassados em 2007. Esse ajuste está estimado em cerca de R\$ 448,8 milhões para 2006.

Também é computada nesse item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, calculada com base no custo de oportunidade da aplicação de tais recursos utilizando-se taxas de juros de mercado. Tal estimativa, que perfaz em 2006 o montante de R\$ 1,2 bilhão, é feita pela aplicação, sobre o patrimônio líquido de cada Fundo, da diferença entre a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e a taxa de retorno efetiva da carteira de financiamento, e acaba por refletir o montante de subsídios que são absorvidos pelos beneficiários desses Programas, incluindo-se taxas administrativas, rebates de juros e principal e outros benefícios previstos na legislação vigente.

Despesas, exceto Benefícios Previdenciários

No que diz respeito às despesas, para apuração dos resultados primário e nominal, consideram-se apenas os gastos não-financeiros ou primários, que excluem os pagamentos de amortizações da dívida pública, bem como as despesas que geram créditos da União com terceiros, denominadas despesas financeiras.

A seguir, apresenta-se a composição de cada um dos itens de despesa primária:

Pessoal e Encargos Sociais: dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como os precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba toda a despesa classificada no grupo de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", exceto as despesas com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência, que desde meados de 2004 passou a ser classificada como despesa financeira. O valor dessa rubrica é ajustado para o regime de caixa, mediante incorporação da variação da folha de pagamentos do mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2005 e 2006, haja vista que os valores empenhados e liquidados nesse mês (despesa orçamentária, por competência) serão pagos efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2006 é de R\$ 1,0 bilhão. Cumpre ressaltar que, para fins do demonstrativo, não está sendo computada a contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos, tanto na receita quanto na despesa.

Outras Despesas Obrigatorias: excetuadas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios, constituem despesas obrigatorias os pagamentos relativos ao: Seguro Desemprego e Abono Salarial; Sentenças Judiciais; complementação da União ao

FUNDEF; benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS; benefícios da Renda Mensal Vitalícia - RMV; indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, e outras despesas previstas no anexo de despesas obrigatórias do PLDO-2006, inclusive os Subsídios e Subvenções no âmbito das Operações Oficiais de Crédito, da Presidência da República, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério de Minas e Energia. Também estão incluídos na apuração do resultado primário os impactos relativos à capitalização da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, no valor de R\$ 2,1 bilhão.

Cumpre destacar que, no cálculo da NFSP de 2006, ainda são considerados os impactos fiscais provenientes do resultado líquido entre desembolsos e amortizações, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, no montante de R\$ 335,6 milhões, bem como da inscrição na Dívida Ativa da União de débitos vencidos no montante de R\$ 200,0 milhões.

Despesas Discricionárias: classificam-se nessa rubrica as despesas primárias de execução não-obrigatória no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União. Para essas despesas, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre esse item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na elaboração orçamentária, adota-se que o float de despesas discricionárias, assim como das outras despesas obrigatórias não mencionadas, seja nulo, admitindo-se que o montante dessas despesas de exercícios anteriores a serem pagas em 2006 seja o mesmo de despesas de competência deste exercício a serem pagas em 2007.

Resultado do Regime Geral da Previdência Social

Arrecadação Líquida da Previdência: refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista no inciso I, alínea "a", e no inciso II do art. 195 da Constituição, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado sistema "S". Uma vez que se refere à contribuição incidente sobre a folha salarial, tem como parâmetro mais importante para estimação o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Benefícios da Previdência: engloba todos os benefícios que compõem o Regime Geral de Previdência Social, como aposentadorias, pensões, demais auxílios e sentenças judiciais. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE e o crescimento esperado do Produto Interno Bruto real per capita, que será utilizado para corrigir o valor real do salário mínimo. Vale ressaltar que foi utilizado o regime contábil de caixa na apuração dos benefícios.

Resultado Nominal do Governo Central

Para a apuração do resultado nominal, acrescentam-se as despesas líquidas totais com os juros nominais da dívida pública ao resultado primário. Essas despesas são apuradas pelo regime de competência e, na prática, correspondem ao componente financeiro das necessidades de financiamento do Setor Público.

Resultado Primário das Empresas Estatais Federais

Metodologia de Cálculo

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais, não são considerados os dados do Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas Braspetro Oil Company - BOC, Braspetro Oil Services Company - BRASOIL, Fronape International Company - FIC, Petrobrás International Finance Company - PIFCo, Petrobrás Internacional Braspetro B.V. - PIB-BV, Petrobrás Netherlands B.V. - PNBV e 5283 Participações Ltda., todas do Grupo Petrobrás, que, por atuarem exclusivamente no exterior, não afetam os agregados macroeconômicos internos. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, devido às suas características, por praticarem apenas intermediação financeira, suas operações não impactam a dívida líquida do setor público.

O resultado fiscal das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da Itaipu Binacional, devido à co-responsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam controlados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Conforme o quadro a seguir, estima-se que as empresas estatais federais deverão gerar em 2006 superávit primário de R\$ 15,0 bilhões, equivalentes a 0,70% do PIB, valor compatível com a meta estabelecida para este segmento de Governo para o próximo exercício:

Empresas do Setor Produtivo Estatal
Programa de Dispêndios Globais - PDG - Exercício de 2006
Necessidade de Financiamento Líquido - NEFIL (acima da linha)

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação	
	R\$ milhões	% do PIB
I - RECEITAS TOTAIS	257.744	12,06
- Operacionais	242.304	11,33
. Venda de Bens/serviços	238.065	11,14
. Demais Operacionais	4.239	0,2
- Financeiras	7.686	0,36
- Demais Não-Operacionais	5.455	0,26
- Outras Receitas	1.939	0,09
- Transferências do Tesouro Nacional	360	0,02
II - DESPESAS TOTAIS	248.063	11,6
- Pessoal e Encargos Sociais	15.485	0,72
- Encargos Financeiros	8.565	0,4
- Outros Custeios	180.812	8,46
. Materiais e Produtos	48.212	2,26
. Serviços de Terceiros	23.775	1,11
. Utilidades e Serviços	1.251	0,06
. Tributos e Encargos Parafiscais	72.338	3,38
. Demais Custeios	35.236	1,65
- Investimentos	30.837	1,44
- Outros Dispêndios de Capital	12.364	0,58
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	3.208	0,15
- Variação de Contas a Pagar (vincendo)	7.330	0,34
- Variação de Contas a Receber (vincendo)	2.924	0,14
- Variação Receitas/Despesas Financeiras	-1.198	-0,06
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	12.889	0,6
V - Juros Líquidos (Receita- Despesa)	-2.077	-0,1
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)	14.966	0,7

OBS.: Valores positivos = superávit

Os dados relativos a receitas e despesas acima apresentados são apurados segundo o critério de competência. Para o cálculo do resultado operacional das empresas estatais, sob a ótica de regime de caixa, são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas. Por outro lado, são abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos, exceto as amortizações de operações de crédito. Para a apuração do resultado primário, são também excluídas as receitas e despesas financeiras.

Considerando que as receitas e despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais - PDG das estatais estão expressas segundo o regime de competência, para chegar-se ao resultado primário foi instituída a rubrica "Ajuste Critério Competência/ Caixa", na qual são identificadas as variações das rubricas "Contas a Receber" e "Contas a Pagar".

A obtenção do superávit primário das estatais está pautada, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços. Do total dessas receitas, estimadas para 2006 em R\$ 238,1 bilhões, o Grupo Petrobrás é responsável por 79,3% (R\$ 188,8 bilhões), seguido pelo Grupo Eletrobrás com 10,6 % (R\$ 25,3 bilhões).

As demais receitas não operacionais decorrem, basicamente, da alienação de bens, de aluguéis e de outras receitas. Nesta rubrica está incluída a estimativa de ingresso de recursos para a Petrobrás holding, decorrente da conclusão de negócios relacionados a projetos a serem implantados em parceria com o setor privado, denominados de Projects Finances.

As demais receitas referem-se aos ingressos de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com "Pessoal e Encargos Sociais" estão compatíveis com os valores previstos para o corrente ano e com os planos de cargos e salários de cada empresa, bem como com a política a ser adotada para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2006.

A rubrica "Materiais e Produtos" indica a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros. Do total previsto nessa rubrica para 2006, de R\$ 48,2 bilhões, o Grupo Petrobrás é responsável por R\$ 31,0 bilhões (64,3%), que se destinam, principalmente, à aquisição de petróleo e derivados no mercado externo. O Grupo Eletrobrás, por sua vez, deverá gastar cerca de R\$ 16,3 bilhões, em virtude, principalmente, da aquisição da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional e por produtores independentes.

Os dispêndios com "Serviços de Terceiros" resultam da contratação de serviços técnicos, administrativos e operacionais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio. O Grupo Petrobrás despende cerca de R\$ 15,9 bilhões, que representam aproximadamente 66,7% do total estimado de gastos (R\$ 23,8 bilhões). A maior parte desses dispêndios está vinculada à manutenção de equipamentos, especialmente de exploração e produção de petróleo nas plataformas marítimas.

Do total previsto para "Tributos e Encargos Parafiscais", da ordem de R\$ 72,3 bilhões, cerca de 91,3% (R\$ 66,1 bilhões) são de responsabilidade do Grupo Petrobrás, em função da previsão de recolhimento de tributos incidentes sobre a venda de combustíveis e outras receitas operacionais, bem como sobre rendimentos financeiros.

Nos "Demais Custeios" destacam-se o pagamento de "royalties" pelos Grupos Petrobrás e Eletrobrás, nos valores de R\$ 19,4 bilhões e de R\$ 421,7 milhões, respectivamente, e por Itaipu Binacional (R\$ 1,1 bilhão) e de aluguéis de plataformas e outras instalações.

O valor dos investimentos, no montante de R\$ 30,8 bilhões, difere do total consignado no Orçamento de Investimento, uma vez que, conforme mencionado anteriormente, segundo o conceito de Necessidade de Financiamento Líquido (acima da linha), não são considerados os dispêndios das empresas do Grupo Petrobrás que atuam exclusivamente no exterior, bem como das instituições financeiras.

Na rubrica "Outros Dispêndios de Capital" estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo (R\$ 7,4 bilhões), inversões financeiras em outras empresas (R\$ 2,5 bilhões) e operações de Projects Finances da Petrobrás (R\$ 2,1 bilhões).

Anexo dos critérios e metodologias utilizados para a seleção da programação do Projeto Piloto de Investimentos de 2006



1 - Critérios e metodologias utilizados para a seleção da programação do Projeto Piloto de Investimentos de 2006.

Para a seleção de programação de ações para composição da carteira do Projeto Piloto de Investimentos - PPI de 2006 são utilizados critérios e metodologias.

Nesse sentido, relacionou-se, por órgão, a taxa de retorno dos investimentos de cada programação selecionada, como indicador de análise de investimento para alocação de recursos que poderão ser deduzidos da meta de superávit primário do Governo Central.

O Projeto Piloto de Investimentos - PPI insere-se no rol de iniciativas voltadas para a ampliação do investimento, em especial no segmento de infra-estrutura, ao mesmo tempo em que procura melhorar a qualidade dos gastos públicos, mediante o fortalecimento da capacidade de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos. Em particular, está voltado para projetos com elevado impacto econômico e que produzam expressivos retornos fiscais.

O PPI objetiva assim criar condições para que o investimento público seja de fato equivalente à constituição de ativo, isto é, que o potencial de retorno fiscal seja compatível com o custo da dívida. A melhoria do processo de seleção dos projetos, por meio de avaliação ex-ante dos benefícios e custos do projeto, é condição fundamental para o cumprimento desse objetivo, bem como o acompanhamento regular da execução, com solução tempestiva de entraves, e avaliações ex-post dos resultados e impactos diretos e indiretos para a sociedade.

Os critérios e metodologias utilizados para a seleção da programação do PPI 2006 são similares àqueles adotados no exercício anterior. Naquela oportunidade, o Executivo Federal empreendeu esforços para aprimorar as técnicas de seleção de projetos, mediante análise detalhada de custo-benefício e identificação de potenciais impactos econômicos e de retornos fiscais dos projetos pré-selecionados. A partir de consulta aos Ministérios Setoriais, foi identificada relação de projetos passíveis de enquadramento no PPI, tendo sido realizados estudos aprofundados, com a participação da Casa Civil e dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, com o intuito de selecionar os que integrariam essa experiência. Foram priorizados aqueles que satisfizessem de forma mais intensa as seguintes condições:

- i) Manutenção de ativos estratégicos em infra-estrutura;
- ii) Finalização de projetos;

- iii) Redução dos gargalos em infra-estrutura logística;
- iv) Alavancagem da competitividade do país; e
- v) Ampliação direta da arrecadação ou redução das despesas públicas.

Esses critérios também nortearam a seleção dos projetos para composição do Piloto em 2006, ora apresentados ao Congresso Nacional.

A seleção das programações em 2006 foi parametrizada pela necessidade de dar prosseguimento às intervenções inseridas no Piloto em 2005. A observância dessa diretriz permite minimizar a pulverização de recursos, prática que conduz à elevação dos custos dos projetos e postergação dos benefícios decorrentes de sua disponibilização à sociedade. A inclusão de novos projetos em 2006 obedeceu aos mesmos critérios e métodos aplicados aos projetos inseridos no PPI em 2005.

Em relação às programações incluídas no PPI 2005, procedeu-se apenas a ajustes pontuais decorrentes do monitoramento e avaliação da execução orçamentária e financeira de 2005. Além do encerramento de alguns projetos, optou-se pela exclusão daqueles que mostraram baixa aderência aos requisitos do PPI, em função, por exemplo, de custos muito superiores aos estimados no processo de seleção para o orçamento de 2005.

Como o princípio do PPI é viabilizar a melhoria da qualidade do gasto público em investimento e gerar redução de despesa ou aumento de receita pública, torna-se requisito para a participação dos candidatos a submissão de estudo de viabilidade socioeconômico, capaz de fornecer maior transparência aos aspectos relevantes do projeto, sob a ótica econômico-fiscal. Dessa forma, buscou-se aprimorar o processo de seleção, mediante a obrigatoriedade de apresentação de estimativa de custo-benefício e da taxa de retorno, visando mensurar de forma objetiva os impactos líquidos dos projetos. Sempre que possível, os ganhos fiscais potenciais foram identificados e mensurados.

A taxa de retorno dos investimentos foi aproximada pela Taxa Interna de Retorno, que representa a taxa de desconto que igualaria o total dos benefícios e o total dos custos, em valores presentes. Portanto, a taxa interna de retorno é a taxa de juro que torna o valor presente líquido de um fluxo de entradas e saídas igual a zero, e a relação benefício/custo ser igual a um.

$$0 = -I + \sum_{t=1}^n (FC_t / (1+TIR)^t)$$

onde:

I = Investimento inicial

FC = Benefícios menos Custos

N = Prazo de duração do projeto

TIR = Taxa interna de retorno

2 - Memória de Cálculo da Taxa de Retorno das Programações

2.1 - Ministério dos Transportes

2.1.2 - Rodovias - Adequação e Restauração

O estudo da viabilidade técnica e econômica de rodovias é desenvolvido para avaliar os benefícios sociais e econômicos decorrentes dos investimentos em implantação de novas rodovias ou melhoramentos de rodovias já existentes. A avaliação apura se os benefícios estimados superam os custos com os projetos e a execução das obras previstas.

Os benefícios diretos são estimados a partir da análise comparativa entre os custos operacionais dos veículos, manutenção viária, acidentes e tempo de viagem, apurados nas alternativas existentes, e esses mesmos custos esperados em face da implantação da nova rodovia ou dos melhoramentos implementados na rodovia já existente, calculados para cada alternativa estudada.

Os custos operacionais dos veículos são computados de acordo com os procedimentos adotados pelo DNIT, preconizados nas normas e especificações vigentes. Os valores unitários serão atualizados para o ano-base do projeto de engenharia rodoviária.

Os custos de acidentes contemplam a segurança do trânsito para o usuário e configuram como fator da máxima importância nos projetos de implantação ou de melhoramentos de rodovias. Esses custos serão quantificados em grandezas tais que tornem possível o inter-relacionamento com os benefícios obtidos. Os valores relativos a custos de acidentes deverão ser justificados por meio de comparação com outros realizados em rodovias de características semelhantes.

As intervenções a serem executadas visam melhorar as condições tanto de trafegabilidade como de capacidade da malha rodoviária federal, associadas à redução do custo operacional dos veículos e ao aumento da segurança dos usuários, em segmentos específicos e de alto interesse no contexto nacional.

Os tipos de intervenções previstas nos trechos rodoviários podem ser listados como:

- Adequação: objetiva o aumento da capacidade viária e a eliminação de pontos de estrangulamento, o qual elevará as condições de segurança para usuários em geral e pedestres. As adequações são caracterizadas por duplicação, multi faixas, terceira faixa, melhoria de traçado, construção de vias laterais, alargamento das pistas existentes, construção e/ou remanejamento de interseções e acessos, alargamento de obras-de-arte especiais, construção ou melhoramentos de travessias urbanas e outros.
- Construção: objetiva a interligação de localidades e de sistemas modais existentes, o que viabilizará o escoamento de produção agropecuária e industrial, a promoção do turismo, entre outros.
- Restauração: objetiva a recuperação da via, restabelecendo as suas condições iniciais de trafegabilidade.
- CREMA - Contrato de Reabilitação e Manutenção de Rodovias: objetiva a recuperação das vias, restabelecendo as suas condições iniciais de trafegabilidade e garantindo a sua manutenção por um período de 5 anos, por meio de contrato com empresa executora de serviços.
- PIR - Programa Integrado de Revitalização: objetiva a recuperação por intermédio de intervenções nos pavimentos da pista de rolamento e acostamentos em conformidade com o projeto aprovado; a inclusão de serviços de manutenção rotineira, remendos e selagens de trincas; e a recomposição de sinalização horizontal e conservação rotineira da faixa de domínio, por meio de contrato com empresa executora de serviços, por um período de 3 anos.

Os custos das intervenções em uma rodovia são muito variáveis, tendo em vista uma série de fatores, tais como: tipo de solo onde será construída a obra, proximidade de materiais de construção, facilidade de apoio logístico, fatores climáticos, sofisticação do projeto, classe da rodovia a ser implantada, etc.

Para composição do fluxo de caixa e cálculo do indicador TIR, utilizou-se o Modelo de Padrões de Conservação e de Manutenção de Rodovias, Highway Design and Maintenance

Standards Model - HDM-4, desenvolvido pelo Banco Mundial, para combinar a avaliação técnica e econômica de projetos, preparar programas de investimento e analisar estratégias de redes de rodovias, juntamente com o Programa de Gerência de Pavimentos da Rede Rodoviária Federal - SGP do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

Com o uso do HDM-4, pode-se avaliar as condições da Rede Rodoviária Federal, segundo os padrões preestabelecidos de manutenção, e obter a evolução de todos os parâmetros funcionais dos pavimentos.

Os principais parâmetros do HDM-4 são: composição e classificação da frota de veículos, tráfego, desgaste de pneus, emissão de poluentes, consumo de combustíveis, geração de energia, modelos de deterioração do pavimento, características ambientais, análises das condições das rodovias, , serviços de construção, manutenção e restauração.

Como premissas, foram utilizados os valores da planilha Custos Médios Gerenciais do DNIT, mês base outubro de 2004, para composição dos gastos com as intervenções de construção, restauração/Contrato de Reabilitação e Manutenção de Rodovias - CREMA e adequação/duplicação.

As intervenções foram classificadas em leves, médias e pesadas, e aplicadas de acordo com as necessidades de cada trecho. Para as intervenções com Programa Integrado de Revitalização - PIR IV foi considerado o tempo de vida útil de 3 anos; para o CREMA, 5 anos; e para restauração e adequação, 10 anos.

Os dados de saída, para a análise financeira e de otimização dos recursos, são compostos pelos custos dos usuários, considerando-se o Custo de Operação de Veículo e o Custo do Tempo de Viagem.

A tabela apresentada a seguir retrata a situação calculada para as rodovias selecionadas no Projeto Piloto de Investimentos, tanto para recuperação como para adequação, agrupadas no seu total de intervenções.

Descrição		TIR - %
Transportes		
Recuperação		
Rodovia	Estado	
BR-020	BA/CE/DF/GO	79,31%
BR-040	MG/DF/GO	72,26%
BR-050	GO/MG	74,96%
BR-101	ES	632,25%
BR-116	BA/CE/MG/PE/PR/RS	118,53%
BR-153	GO/MG/PR/RS/SP/TO	88,80%
BR-158	GO/MS/MT/RS/SC	52,91%
BR-163	MS/MT/SC	81,31%
BR-174	MT	43,54%
BR-222	CE/MA/PI	49,39%
BR-226	TO	18,00%
BR-242	BA/TO	39,38%
BR-251	MG	45,90%
BR-262	ES/MG/MS	82,78%
BR-280	SC	74,75%
BR-324	BA	78,33%
BR-343	PI	49,50%
BR-364	GO/MT/RO	69,67%
BR-365	MG	41,85%
BR-392	RS	127,09%
Adequação		
Rodovia	Estado	
BR-050	MG	24,51%
BR-060	DF	52,00%
BR-060	GO	20,40%
BR-101	PB	85,57%
BR-101	PE	16,44%
BR-101	RN	23,23%
BR-101	SC	30,10%
BR-101	RS	15,30%
BR-101	RJ	13,20%
BR-101	RJ/ Acesso Porto Sepetiba	43,30%
BR-116	PR (Contorno)	31,70%
BR-116	SP	17,80%
BR-153	GO	18,90%
BR-381	MG	97,6%
BR-381	SP	48,70%
BR-364	AC	13,40%
BR-493	RJ (Entr. BR-101/BR-116)	13,30%

2.1.3 - Ferrovias

Foram incluídos no Projeto Piloto de Investimentos - 2006 a Ferrovia Norte Sul, em Tocantins, o Contorno Ferroviário de São Felix e Cachoeira, na Bahia, o Contorno de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, e Adequação das Linhas Férreas no Perímetro de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro.

2.1.3.1 - Ferrovia Norte Sul

O projeto da Ferrovia Norte-Sul abre perspectivas concretas de elevado alcance ao deslocar da modalidade rodoviária a função de ponte regional entre as regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste para os fluxos hoje já existentes, mediante uma opção modal que, para essas longas distâncias de transporte, passa a operar à base de US\$ 12 por 1000 toneladas x quilômetro, contrapondo-se à modalidade rodoviária, que alcança custo superior da ordem de US\$ 38 por 1000 toneladas x quilômetro.

Quando pronta, a área de influência da Ferrovia Norte Sul será de 1,8 milhões de km² correspondendo a 20% do território nacional e 18 milhões de habitantes. Observa-se que a demanda prevista para o transporte na região alcançará 45 milhões de toneladas em 2006 e prováveis 84 milhões de toneladas em 2025.

A projeção para 14 anos, no trecho em estudo, partiu de uma produção prevista em 2007 de 2.785×10^3 TU e transporte de 412.180×10^3 TKU para atingir em 2021, 19.018×10^3 TU e $2.814.664 \times 10^3$ TKU¹ em transporte, utilizando-se do sistema rodoviário da região no carregamento dos pólos de carga (Estreito - Cargas da região de Balsas e Araguaína; Araguaína - Cargas da região e de Colinas do Tocantins e Couto Magalhães; Colinas do Tocantins - Cargas da Região, de Couto Magalhães e de Guaraí; Guaraí - Cargas da região e de Palmas; Palmas - Cargas da região de Guaraí, Porangatu, Santa Isabel; e outras regiões).

No cálculo da Taxa Interna de retorno, foi considerado como custo o valor do investimento inicial. Como benefícios, considerou-se a diferença entre os custos operacionais de transporte rodoviário e de transporte ferroviário, custos calculados com base em dados da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logísticas - NTC.

Dessa forma, obteve-se para a Ferrovia Norte-Sul, no trecho considerado, uma TIR - Taxa Interna de Retorno de 18%.

¹ (TKU - representa a produção de transporte, considerando as toneladas multiplicadas por quilômetros úteis, ou seja, o percurso que efetivamente se circulou com carga).

2.1.3.2 - Contornos e Adequações Ferroviárias

2.1.3.2.1 - Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul

A obra visa a eliminar 4,5 km de linha férrea inserida na área urbana da cidade, que gera conflitos com o tráfego e restrições à circulação de pedestres, com elevado índice de acidentes e à capacidade operacional da ferrovia para atender as demandas para o porto, por meio da construção de um contorno de 8,34 km de linha férrea que suprimirá 20 passagens de nível.

Atualmente, os trens operados pela Concessionária América Latina Logística S/A bloqueiam as 20 passagens em nível na cidade durante cerca de 20 minutos com a passagem de 3 pares de trens diários, compostos de 70 vagões e 3 locomotivas cada trem, de extensão de 1.400 metros a uma velocidade de 10,0 km/h, e principalmente causando interrupção de tráfego nas proximidades das instalações portuárias e na rodovia BR-280.

Circulam anualmente produtos agrícolas, tais como soja, farelo de soja, trigo, arroz, milho e produtos industrializados como fertilizantes, com origem no interior do estado e destino ao porto, e vice-versa. Em 2004 trafegaram pelos centros urbanos de São Francisco do Sul 1.409.197 t. Para 2005 são previstas 1.584.315 t. Com a realização do projeto há previsão de movimentação de 4.244.584 t no ano seguinte ao da abertura do projeto. A receita líquida é decorrente do arrendamento da malha ferroviária.

As estimativas referentes aos benefícios esperados foram previstas com base nos seguintes aspectos: eliminação do controle de passagens de nível nas áreas urbanas; redução do tempo de viagem das composições, dos acidentes de trânsito gerados na área urbana, dos custos do impacto ambiental e dos custos operacionais dos transportes; e recuperação urbana e valorização imobiliária (trata-se também de cidade histórica).

Foram considerados os investimentos relativos às obras civis de infra e superestrutura para implantação do projeto, e as obras de interferências.

A durabilidade do projeto é prevista para 50 anos e considerou-se um período de 30 anos para os cálculos da Taxa de Interna de Retorno, calculadas em 16,56%.

2.1.3.2.2 - Contorno Ferroviário de São Félix e Cachoeira

O projeto prevê a construção de contorno ferroviário com 17,07 km, que desviará o atual traçado das zonas urbanas dos Municípios de São Félix e Cachoeira e otimizará o desempenho operacional com a eliminação de rampas de até 3,6% e raios de

curva de 60 m incompatíveis em operação ferroviária passando a estabelecer rampas máximas de 1,3% e raios de curvatura superiores a 500 m.

As variáveis que compõem os benefícios e os custos para esse projeto são os custos de capital, o orçamento de custeio e as externalidades. Os custos de capital envolvidos no Projeto referem-se às despesas de implantação da infra-estrutura. O orçamento de custeio expressa a parcela dos dispêndios totais de produção, que envolvam custos de operação, manutenção e administração do sistema, não considerados por tratar-se de trecho com operação concessionada.

As externalidades apresentam resultados positivos, computados como benefício social, e negativos, englobados na rubrica custo de oportunidade (fim de passagens de nível nas áreas urbanas, nas reduções do tempo de viagem das composições, nos custos do impacto ambiental, nos custos operacionais dos transportes, na redução dos acidentes de trânsito, na recuperação urbana e na valorização imobiliária).

Para elaboração do fluxo de caixa do projeto foram considerados os valores e as respectivas datas das inversões necessárias e dos benefícios a serem auferidos, de acordo com as premissas e variáveis assumidas para cada um dos itens descritos anteriormente. A comparação desses valores anuais positivos (benefícios) e negativos (investimento) possibilita a apuração do benefício líquido do projeto. O fluxo foi delineado para um horizonte de 30 anos, além dos 4 anos da construção das obras do projeto.

A Taxa de Interna de Retorno apurada foi de 15,64%.

2.1.3.2.3 - Adequação no Perímetro de Barra Mansa

O projeto visa a minimizar as interferências com o tráfego urbano em cerca de 4,9 km, com diversos níveis de cruzamentos do feixe ferroviário, e disponibilizar áreas remanescentes para implantação de melhoria no sistema viário urbano adjacente à calha ferroviária, na área urbana da cidade, além da implantação de oficinas e adequação do atual Pátio de Anísio Brás (Concessionária Ferrovia Centro Atlântica).

O cálculo da taxa interna de retorno utilizou os mesmos critérios e itens descritos no Contorno Ferroviário de São Félix e Cachoeira, conforme discriminado no tópico anterior. Os custos de operação, administração e manutenção foram desconsiderados tendo em vista que o projeto está inserido em trecho da malha ferroviária operada por empresa privada detentora de concessão

da União para a prestação de serviços públicos de transportes ferroviários de carga.

O projeto foi delineado para um horizonte de 30 anos, além dos 4 anos da construção das obras do projeto, tendo sido encontrada Taxa Interna de Retorno de 16,48%.

A tabela a seguir resume os trechos e suas respectivas Taxas de Retorno:

Descrição	TIR - %
Transportes	
Ferrovias	
Norte -Sul	Trecho Aguiarnópolis / Babaçulândia
Contorno Ferroviário	São Félix e Cachoeira - BA
Adequação de Ramal	Perímetro Urbano de Barra Mansa- RJ
Contorno Ferroviário	São Francisco do Sul - SC

2.1.4 - Portos

As premissas e os parâmetros gerais para análise de rentabilidade de portos são determinados por valor, quantidade e tipo da carga e por custos operacionais que incluem, entre outros, o tempo total de operação no navio no porto (tempo de espera, tempo na bacia de evolução, tempo de carga e descarga).

A baixa produtividade de restrições à navegação no canal de acesso, tais como: obstruções na bacia de evolução, limitações de profundidade, restrições à navegação noturna e disposição dos molhes incompatível com as dimensões do navio, com repercussão negativa sobre o valor do frete.

A melhoria da performance operacional gerada por obras de acesso rodoviário e ferroviário, dragagem, sinalização do canal de acesso e baía de evolução, e outras obras de recuperação e melhorias, têm impacto direto sobre a receita do porto em termos de tipo de carga e tempo de movimentação de desembarque e embarque, longo curso e cabotagem.

No âmbito federal, com a desoneração fiscal das exportações, a principal receita tributária resultante das atividades portuárias decorre dos tributos incidentes sobre as importações, a saber: Imposto de Importação - II, Imposto sobre Produtos Industrializados Vinculado - IPI, COFINS - Importação e PIS - Exportação.

A composição da tabela de preço portuário é geralmente dividida em: I) Proteção e Acesso ao Porto, por carga em tonelada, ou por unidade de container; II) Instalações de Acostagem, calculada sobre horas atracadas e comprimento médio das

embarcações; III) Instalações Terrestres e Facilidades, com utilização calculada por tipo de carga; IV) Armazenagem; V) Aluguel de Equipamento; e VI) Serviços Diversos, além de outras receitas tais como suprimento de água, resarcimento de manobra e serviço extra de pessoal do porto. As saídas são compostas pelo custo da operação portuária, nas quais incluem-se a administração, a gestão portuária, a fiscalização, as despesas tributárias e as variações inflacionárias.

2.1.4.1 - Porto de Vitória - Espírito Santo

Para o conjunto de obras de recuperação do Porto de Vitória apresentado pela Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, as entradas líquidas aparecem sob a forma de receitas de operação portuária geradas pela movimentação no cais sob sua administração direta, nos terminais privativos e nos berços arrendados; receita de arrendamentos e contratos operacionais; receita financeira; receitas diversas; inadimplência líquida; e retenções legais de 20%.

As premissas consideradas para a Taxa Interna de Retorno de 21,5% foram: a evolução do movimento de carga granel e contêiner, ajuste no quadro de funcionários e a realização de investimentos nos anos 2005, 2006, 2007 e 2008, com recursos da União, e os demais períodos com recursos próprios.

2.1.4.2 - Porto de SUAPE - Pernambuco

Com relação ao estudo de avaliação da viabilidade econômico-financeira da construção do Cais 4 no Porto Interno de Suape, a TIR foi calculada para os diversos períodos a partir de 2007, quando o cais passa a gerar receita tributária e receita portuária - esta última constituída pelas receitas sobre utilização da infra-estrutura aquaviária (R\$2,59/ton), permanência do navio no cais (R\$0,39 por metro linear de cais por hora), utilização de infra-estrutura terrestre (R\$1,38/ton) e cobrança de arrendamento de áreas de armazenamento (R\$0,38/ton/10 dias).

A TIR atinge o valor de 73,83% em 2015.

2.1.4.3 - Terminal Salineiro de Areia Branca - Rio Grande do Norte

No estudo de viabilidade apresentado pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN para a recuperação e melhoramentos da infra-estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca, foram realizadas duas projeções: i) "nada fazer", com base no fluxo anual estimado de movimentação, considerando a vida econômica útil das embarcações que as instalações operam em nível

aceitável de segurança; e ii) "repotencialização", com projeções em função dos investimentos de recuperação estrutural e modernização da infra-estrutura.

Nas duas projeções, trabalhou-se com a mesma tarifa portuária bruta de R\$ 6,60/t, em um horizonte temporal de 15 anos de operação, de 2007 a 2021, e com a mesma projeção de custos operacionais. No caso da realização de obras, adotou-se o prazo de 12 meses, contados a partir de 2006. A partir do fluxo de caixa apresentado, verificou-se uma TIR de 27,36%.

2.1.4.4 - Porto de Santos - São Paulo

As obras ou serviços previstos para a recuperação do Porto de Santos, correspondentes a um valor total de aproximadamente R\$ 143 milhões, segundo os estudos apresentados pela Agenda Portos em Santos, terão retorno financeiro gerado quando da cobrança de tarifa portuária. Além disso, gerarão incremento na arrecadação tributária federal e municipal. Convém destacar que a criação direta e indireta de postos de trabalho foi calculada, mas não se atribuiu valor monetário a tal benefício.

As estimativas foram feitas considerando-se o acréscimo esperado na movimentação de cargas de sólidos e líquidos a granel, de carga geral e de contêineres. Num período de projeção de 16 anos, a taxa interna de retorno encontrada foi de 5,59%.

2.1.4.5. - Porto do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

A partir do investimento na infra-estrutura do Porto do Rio de Janeiro, a cargo da Companhia Docas do Rio de Janeiro, e considerando os investimentos dos agentes privados envolvidos na atividade portuária, prevê-se um acréscimo de até 30% na movimentação de cargas sólidas e líquidas a granel, de carga geral e de contêineres.

A receita total anual derivada do projeto foi calculada como a soma dos incrementos de receita tarifária - R\$ 11 milhões adicionais para o porto - e receita tributária - quase R\$ 38 milhões a mais em tributos municipais, estaduais e federais. Apesar de não monetarizada, foi também estimada a criação de 840 postos de trabalho e 5.880 indiretos.

O cálculo do período de depreciação variou conforme o tipo de obra ou instalação a ser executada, tendo sido fixado em 3 anos para o período de dragagem.

Numa projeção de 16 anos a TIR obtida é de 109,47%.

2.1.4.6 - Porto de Sepetiba - Rio de Janeiro

Em relação às obras de adequação do acesso rodoviário ao Porto de Sepetiba, segundo as informações apresentadas pelo Programa Agenda Portos em 2004, estima-se reduzir a zero as possibilidades de risco e conflito dos caminhões de carga com o trânsito local e de passagem, em pista segregada, bem como a criação de corredor natural de exportação para uma melhor interligação com estradas federais de outras regiões do Brasil.

Com a redução do tempo de viagem dos caminhões, prevê-se a redução do custo de frete, o aumento da movimentação de cargas no porto, inclusive com a atração de outros tipos de carga, e a utilização efetiva do porto pelos supernavios contêineres de 4^a a 5^a gerações. Haverá aumento de receita tributária pela potencialização de utilização do porto e, ainda, a possibilidade de outorga de concessão das rodovias e a obrigação de o concedente realizar a manutenção no período da concessão.

Entre os benefícios, foi calculado apenas o incremento de arrecadação tributária a ser gerado: a expectativa é que, anualmente, a União e o Estado do Rio de Janeiro recebam aproximadamente 10,5% do montante. Não foi estimado o aumento de receita tarifária que será certamente obtido pelo porto.

Como impactos positivos, esperam-se também a redução dos custos com acidentes e a geração de 100.000 novos empregos diretos e 300.000 indiretos na Baixada Fluminense nos próximos 10 anos.

Para a análise custo-benefício, foi acrescido às despesas próprias do projeto o custo de manutenção anual do trecho rodoviário e do viaduto. Tal custo será de R\$ 14.560,00/km em pista simples e R\$ 24.270,00/km em pista dupla. O tempo de projeção foi considerado igual ao período de depreciação: 20 anos. Obteve-se nessa análise uma taxa interna de retorno igual a 7,21%.

2.1.4.7 - Porto de São Francisco do Sul - Santa Catarina

Para o valor investido no total de obras ou serviços de restauração da capacidade operacional do cais existente no Porto de São Francisco do Sul, espera-se, somente com a tributação federal sobre as atividades portuárias, obter o retorno em apenas um mês das atividades do porto, considerando-se a arrecadação do exercício de 2004, cujo valor mensal foi de R\$ 22,5 milhões.

No cálculo das receitas tarifárias geradas pelo porto, são consideradas as movimentações de carga geral (importação e exportação), granel sólido (importação e exportação) e granel líquido (exportação apenas), além da movimentação de contêineres por unidade, TEUs e tonelagem. São também avaliadas a quantidade de navios atracados e a movimentação deles, por berços. A estimativa de geração de tributos é feita a partir da receita tributária média mensal de 2004, obtida sobre as importações.

Os custos anuais de manutenção foram estimados em 10% do valor dos investimentos na recuperação do sistema elétrico, calculados em R\$ 80 mil; e 5% do valor dos investimentos nas obras do acesso rodoviário, calculados em R\$ 100 mil, levando a um total estimativo de R\$ 180 mil anuais.

Como período de depreciação das obras, foram estimados 20 anos para as obras rodoviárias e 10 anos para as de recuperação e modernização do sistema elétrico; aquelas referentes ao derrocamento foram consideradas perenes.

Para uma projeção de 16 anos, a TIR encontrada foi de 67,29%.

2.2 - Ministério da Integração Nacional

A análise custo-benefício dos perímetros de irrigação contempla as atividades do ponto de vista social, em que as entradas de fluxo de caixa são compostas pela produção agrícola e pelos benefícios sociais de geração de emprego e renda, calculados sob o conceito de preço-sombra. As saídas referem-se aos custos de operação (energia elétrica, pessoal, administrativos, estações de bombeamento, imprevistos), custos de manutenção e as externalidades referentes.

Estima-se que, nas áreas exploradas com fruticultura, os empregos diretos são gerados à base de 5 por hectare; nas outras lavouras, como grãos e leguminosas, a relação emprego direto por hectare irrigado varia entre 0,43 e 0,7.

Vale ressaltar que a implantação de perímetros irrigados em regiões sociais e economicamente deprimidas gera um incremento substantivo e sustentado da renda dos produtores e das comunidades beneficiárias, retendo populações potencialmente migrantes e criando núcleos dinâmicos nas regiões.

A partir de estudos sobre a geração de tributos em pólos de irrigação, estimou-se o pagamento de impostos em 17% da renda bruta gerada.

Em relação ao retorno dos investimentos, foi previsto o recebimento de duas taxas específicas: uma referente ao uso da infra-estrutura de uso comum, outra correspondente ao consumo da água fornecida.

O período de projeção do fluxo de caixa dos trechos de irrigação do Departamento Nacional de Obras contra a Seca - DNOCS e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF é igual a 8 anos.

Consolidando-se todos os 21 perímetros previstos no Projeto Piloto de Investimentos, obteve-se a Taxa Interna de Retorno de 14,95%.

Os investimentos em irrigação permitirão acelerar o processo de emancipação dos perímetros, sendo que 3 daqueles alocados no PPI 2005 deverão ser emancipados ainda em 2005. A continuidade do processo de investimento nos perímetros previamente selecionados permitirá apoiar a emancipação pretendida de mais 3 em 2006 e 17 em 2007, desonerando as contas públicas e garantindo a viabilidade econômica desses empreendimentos.

2.3 -- Ministério das Cidades

2.3.1 - Metrôs de Salvador e Fortaleza

O PPI 2005 incluiu o metrô de Belo Horizonte em sua carteira como forma de tentar estimular a conclusão do processo de descentralização do sistema de trens urbanos daquela região metropolitana. A descentralização dos trens urbanos de passageiros, consagrada na Constituição Federal de 1988, havia conseguido avançar nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro, mas não demonstrou a mesma tempestividade em Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Salvador, devido a dificuldades em compatibilizar a dimensão dos projetos, incluindo recorrentes ampliação de custos, com a restrição fiscal.

A transferência dos metrôs não é perseguida pela União apenas por permitir a desoneração de suas obrigações em custeio e pessoal, mas principalmente por constituir o desenho institucional mais eficiente para o desenvolvimento dos transportes públicos urbanos. Ao transferir a propriedade do sistema de trens urbanos, abre-se espaço para a formação de uma estrutura de incentivos mais eficiente, que viabilize a utilização ampla do sistema pela sociedade e a sua remuneração adequada, mediante políticas tarifárias e de integração compatíveis com a sustentabilidade dos metrôs.

Ao escolher o sistema de Belo Horizonte, mais próximo da conclusão, para integrar o PPI 2005, o Governo Federal abriu a possibilidade de solucionar a questão, disponibilizando os recursos necessários à conclusão das obras, simultaneamente à efetivação da transferência do sistema para as instâncias locais.

O êxito do caso de Belo Horizonte, onde existe compromisso do Governo Estadual em proceder à plena implementação da transferência do metrô, criou condições para a inclusão no PPI 2006 de outros sistemas de trens urbanos, condicionada à prévia transferência do sistema.

Consagrando o princípio da responsabilidade compartilhada, o Governo Federal empreendeu negociações com os Governos Locais visando criar as bases sustentáveis para a recepção dos sistemas de trens urbanos, logrando êxito preliminar nos casos de Salvador e Fortaleza. Os recursos assinalados no PPI 2006 compõem parcela das obrigações a serem assumidas pela União na hipótese de efetivação prévia da transferência. Esse novo modelo institucional, que deverá ser complementado por políticas tarifárias e de integração adequadas, permitirá que a conclusão das obras do metrô propicie à sociedade local os benefícios de sistema de transporte moderno e eficiente, que seja economicamente mantido pela própria comunidade, receptora exclusiva dos benefícios que esse sistema proporciona.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) dos metrôs foi estabelecida em consonância com o padrão internacional, que apropria como benefício para a sociedade os seguintes elementos, decorrentes da disponibilização de sistema de transporte alternativo:

- i) Ganho de tempo em viagem do usuário;
- ii) Redução do custo operacional de ônibus, que decorre em grande parte da economia de combustível proporcionada pela redução de percurso;
- iii) Redução do custo social causado por acidentes; e
- iv) Redução do custo de poluição.

A agregação desses itens determina o valor dos benefícios direcionados à sociedade, que são reduzidos pelo valor dos custos incorridos para a estruturação do metrô (investimento), acrescido da ampliação dos custos operacionais decorrente da realização desses investimentos.

O tempo de depreciação do sistema foi estimado em 25 anos.

Ressalte-se que o cálculo da TIR levou em consideração somente o investimento a ser feito em 2005-2007 e não contemplou os investimentos já realizados nos sistemas. Eventual inclusão apontaria taxas negativas de retorno.

A tabela abaixo resume os trechos e suas respectivas Taxas de Retorno:

Descrição	TIR - %
Ministério das Cidades	
Metros	
Fortaleza – linha “Vila das Flores – João Felipe”	4,1%
Fortaleza - - linha “Caucaia – João Felipe”	7,4%
Salvador – linha “Lapa-Acesso Norte”	8,9%
Salvador – linha “Calçada-Paripe”	10,0%%

2.3.2 - Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano - Trecho Parque São Pedro II - Cidade Tiradentes

O Corredor de Ônibus em questão, que compreende mais de 35 km de vias, parte das quais são em elevado, permitirá reduzir em 50% o tempo de viagem de usuários no percurso Centro - Cidade Tiradentes, que atualmente é feita em 2 horas. Serão beneficiados mais de R\$ 1 milhão de usuários/dia, afetando de forma expressiva a mobilidade na cidade de São Paulo.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) de Corredor de Ônibus apropria como benefício para a sociedade o ganho de tempo em viagem do usuário e a redução do custo operacional dos ônibus, propiciados pela disponibilização do Corredor.

Os custos apropriados limitam-se aos investimentos necessários para a estruturação do Corredor, que deverá ser integralmente implementada até 2007. Foram considerados os investimentos a cargo da União e aqueles que deverão ser aportados pelo Município de São Paulo, que responderá por 44% do investimento total. O período de depreciação considerado é de 10 anos, não sendo esperado aporte expressivo de recursos em manutenção e recuperação do Corredor.

A TIR foi estimada em 21,0%, o que reflete o impacto positivo do Corredor sobre o tempo de viagem dos usuários. Assim como no caso dos metrôs, não foram considerados os custos incorridos previamente pelo Município de São Paulo na estruturação do Corredor.

O aporte de recursos da União, conjugado aos recursos do Município, permitirá disponibilizar parte do Corredor à população, ainda em 2006, o que se enquadra na diretriz do PPI de concentrar recursos para a conclusão de projetos em curso. A expansão modular do Corredor, que comporta 5 trechos, permitirá ainda otimizar o processo de disponibilização do empreendimento para a sociedade.

2.4 - Ministério da Ciência e Tecnologia

Os gastos relacionados ao projeto de Desenvolvimento da Meteorologia, com dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia - INMET e o Centro de Previsão do tempo e Estudos Climáticos - CPTEC, somam R\$ 36 milhões, em três anos.

Os benefícios calculados são aqueles relacionados à agricultura. Prevê-se uma evolução de R\$ 18 milhões anuais no prêmio pago ao Proagro, o Programa Nacional de Garantia da Atividade Agropecuária, do Banco do Brasil.

Também é esperada uma redução de R\$ 150 milhões por ano na indenização de seguros paga pelo Proagro. Quanto ao produtor rural, estima-se que o projeto proporcionará redução de R\$ 695 milhões por ano na perda das safras de soja e milho. Outros benefícios possíveis, notadamente aqueles relativos à defesa civil, não foram monetarizados.

Para os 12 anos subseqüentes, estimam-se benefícios anuais da ordem de R\$ 863 milhões. Assim, a TIR obtida é igual a 294,63%. Esse elevado valor explica-se pelo fato de o projeto demandar recursos relativamente modestos para o potencial de benefícios que é capaz de gerar.

2.5 - Ministério da Fazenda

Os custos do projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira, no âmbito da Secretaria da Receita Federal - SRF, totalizam R\$ 900 milhões, divididos em três anos.

Os custos de operação e manutenção são iguais a R\$ 146,6 milhões anuais. Optou-se por quantificar apenas a redução dos níveis de sonegação fiscal como benefício gerado pelo projeto para a União. Existe, entretanto, um amplo conjunto de benefícios adicionais ainda não mensurados, em especial no que se refere à redução do custo de transação para as empresas, de importância destacada para o incremento da eficiência econômica, em decorrência de medidas como a nota fiscal eletrônica e a reformulação do cadastro único.

Dado que as perdas fiscais no comércio exterior têm valor de R\$ 5,5 bilhões anuais, e que a modernização aduaneira permitirá debelar 50% desse montante, estimou-se o aumento de arrecadação federal em R\$ 2,75 bilhões por ano.

Dessa forma, além de reduzir os custos de negócios para a sociedade, o projeto da SRF proporciona um aumento na capacidade de arrecadação, fundamental para mudar o perfil de incidência tributária em curso, que vem impactando adversamente a eficiência do sistema econômico.

Projetou-se a análise custo-benefício por 16 anos, somados os períodos de implantação e operação. A TIR do projeto equivale a 166,32%.

2.6 - Ministério de Minas e Energia

2.6.1 - Serviços de Geologia, Petróleo Gás Natural

O fluxo de caixa apresentado pela Agência Nacional de Petróleo - ANP foi estimado para um período de 16 anos. Os custos do projeto, incorridos nos dois primeiros anos, totalizam R\$ 95 milhões. Os benefícios somam R\$ 1,41 bilhão, distribuídos pelo segundo ano e pelos quatro últimos anos da projeção.

Como benefícios, foram computadas as receitas governamentais com bônus de assinatura e com royalties do petróleo, considerando-se, nos últimos quatro anos da projeção, uma produção diária de 100 mil barris por dia, ao preço de US\$ 40 por barril e ao câmbio R\$/US\$ igual a 2,50.

A TIR encontrada foi de 24,21%.

Demonstrativo do Estágio Físico e Financeiro de cada Subtítulo contido no Orçamento de 2005 com identificador de resultado primário 3 – Projeto Piloto de Investimentos

Demonstrativo do Estágio Físico e Financeiro de cada Subitólio contido no Orçamento de 2005 com identificador de resultado primário 3 –
Projeto Piloto de Investimentos

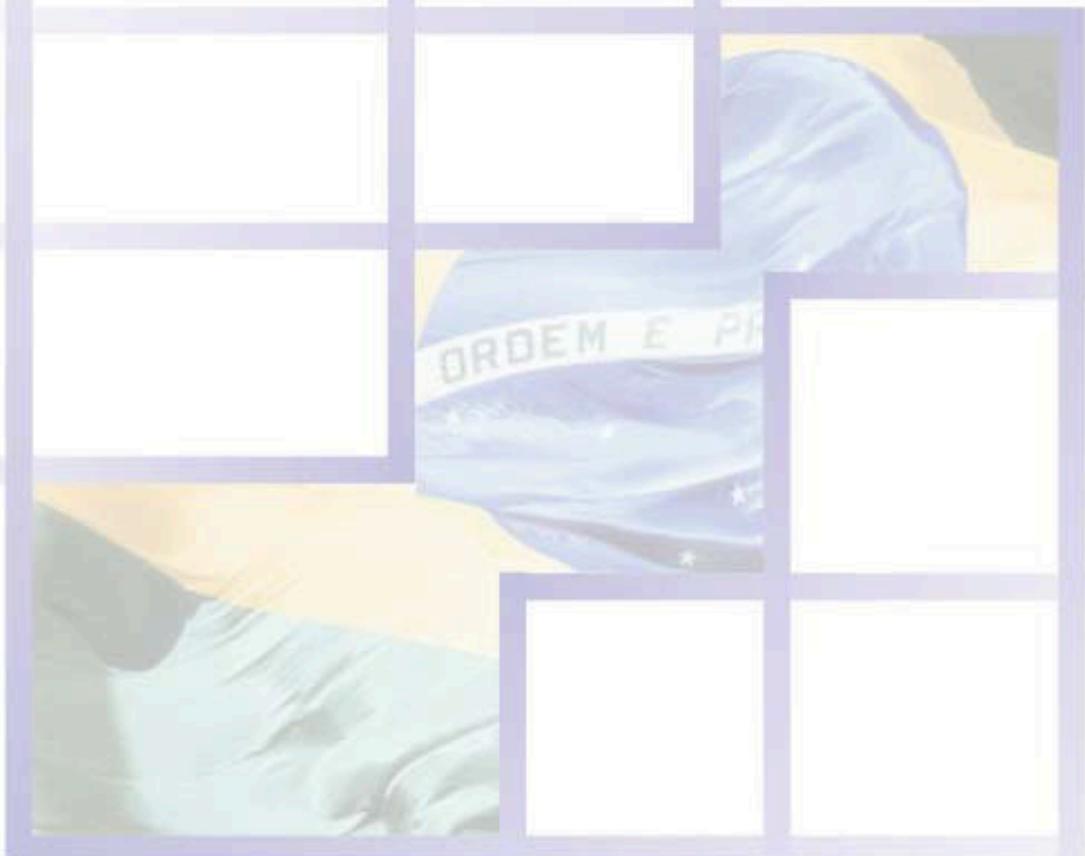
Título da Ação	Funcional	Lei + Crédito 2005 - (Inclusive Créditos em Andamento)	R\$	R\$	Previsão Atual		
					Empenho Emitido (até 21/08/2005)	Financiamento R\$	
Ministério dos Transportes							
Recuperação da Malha Rodoviária							
Recuperação de Trechos Rodoviários - Divisa GO/Ba - Entr. BR-242 - na BR-020/Ba/Ba/Ma		6.705.000,00	0,00	6.705.000,00	68.000	Km	
26.702.020.1.E06.00012		52.212.000,00	37.005.082,77	52.212.000,00	101.100	Km	
26.702.0220.1.E07.00012		8.67.000,00	0,00	8.67.000,00	20.000	Km	
26.702.0220.1.E09.00012		22.966.000,00	5.223.286,00	22.966.000,00	153.000	Km	
26.702.0220.1.E09.00012		8.500.000,00	12.911.500,00	8.500.000,00	108.000	Km	
26.702.0220.1.E10.00012		20.800.000,00	1.800.000,00	20.800.000,00	25.10	Km	
26.702.0220.1.E10.00012		1.800.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	25.00	Km	
26.702.0220.1.E14.00012		2.004.991,00	0,00	2.004.991,00	0,00	Km	
26.702.0220.3.E05.00012		45.987.000,00	12.355.205,14	45.987.000,00	80.00	Km	
26.702.0220.3.E06.00012		24.209.445,00	20.114.615,00	24.209.445,00	70.00	Km	
26.702.0220.3.E07.00012		76.823.000,00	50.229.986,00	76.823.000,00	231.00	Km	
26.702.0220.3.E08.00012		3.300.000,00	1.650.000,00	3.300.000,00	13.00	Km	
26.702.0220.3.E09.00012		10.801.000,00	3.845.049,00	10.801.000,00	1.00	Km	
26.702.0220.3.E10.00012		15.567.000,00	14.497.810,00	15.567.000,00	19.00	Km	
26.702.0220.3.E11.00012		9.817.000,00	823.728,87	9.817.000,00	1.291.600	Km	
26.702.0220.3.E12.00012		74.706.000,00	40.144.097,50	74.706.000,00	8.00	Km	
26.702.0220.3.E13.00012		25.390.558,00	18.490.000,00	25.390.558,00	42.00	Km	
26.702.0220.3.E14.00012		40.001.000,00	34.159.198,00	40.001.000,00	42.00	Km	
26.702.0220.3.E15.00012		18.209.000,00	6.481.087,00	18.209.000,00	102.00	Km	
26.702.0220.3.E16.00012		29.749.000,00	13.739.695,09	29.749.000,00	145.00	Km	
26.702.0220.3.E17.00012		63.288.900,00	52.559.741,75	63.288.900,00	116.00	Km	
26.702.0220.3.E18.00012		9.295.000,00	0,00	9.295.000,00	60.00	Km	
26.702.0220.3.E19.00012		26.395.800,00	1.842.000,00	26.395.800,00	24.00	Km	
26.702.0220.3.E20.00012		7.523.000,00	546.000,00	7.523.000,00	115.50	Km	
26.702.0220.3.E21.00012		9.562.000,00	4.621.193,00	9.562.000,00	4.621.00	Km	
26.702.0220.3.E22.00012		4.000.000,00	7.239.180,00	4.000.000,00	102.00	Km	
26.702.0220.3.E23.00012		29.749.000,00	13.739.695,09	29.749.000,00	145.00	Km	
26.702.0220.3.E24.00012		63.288.900,00	52.559.741,75	63.288.900,00	116.00	Km	
26.702.0220.3.E25.00012		28.481.000,00	19.183.472,82	28.481.000,00	375.90	Km	
26.702.0220.3.E26.00012		4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	Km	
26.702.0220.3.E27.00012		5.200.000,00	0,00	5.200.000,00	99.000	Km	
26.702.0220.3.E28.00012		3.000.000,00	2.679.486,00	3.000.000,00	15.00	Km	
26.702.0220.3.E29.00012		9.000.000,00	5.000.000,00	9.000.000,00	100.20	Km	
26.702.0220.3.E30.00012		41.304.000,00	19.475.000,00	41.304.000,00	177.00	Km	
26.702.0220.3.E31.00012		10.000.000,00	4.000.000,00	10.000.000,00	174.20	Km	
26.702.0220.3.E32.00012		4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	Km	
26.702.0220.3.E33.00012		53.559.000,00	40.000.000,00	40.000.000,00	40.000.000,00	17.00	Km
26.702.0220.3.E34.00012		41.924.000,00	9.791.084,31	41.924.000,00	207.00	Km	
26.702.0220.3.E35.00012		0,00	0,00	0,00	0,00	Km	
26.702.0220.3.E36.00012		10.025.000,00	10.025.000,00	10.025.000,00	10.025.000,00	Km	
26.702.0220.3.E37.00012		38.702.000,00	6.195.761,00	8.048.280,00	115.00	Km	
26.702.0220.3.E38.00012		3.000.000,00	4.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	Km	
26.702.0220.3.E39.00012		23.685.000,00	12.379.684,00	23.685.000,00	162.60	Km	
26.702.0220.3.E40.00012		7.610.000,00	0,00	7.610.000,00	20.00	Km	
26.702.0220.3.E41.00012		0,00	0,00	0,00	0,00	Km	
26.702.0220.3.E42.00012		10.025.000,00	6.720.000,00	22.714.000,00	520.00	Km	
26.702.0220.3.E43.00012		38.702.000,00	8.162.614,56	10.390.441,56	133.80	Km	
26.702.0220.3.E44.00012		0,00	0,00	0,00	0,00	Km	
26.702.0220.3.E45.00012		3.000.000,00	1.014.410,00	3.000.000,00	49.40	Km	
26.702.0220.3.E46.00012		23.685.000,00	12.379.684,00	23.685.000,00	162.60	Km	
26.702.0220.3.E47.00012		7.610.000,00	0,00	7.610.000,00	20.00	Km	
26.702.0220.3.E48.00012		0,00	0,00	0,00	0,00	Km	
26.702.0220.3.E49.00012		11.279.245,00	57.298.000,00	44.698.000,00	91.00	Km	
26.702.0220.3.E50.00012		10.527.000,00	50.745.000,00	4.242.000,00	55.00	Km	
26.702.0220.3.E51.00012		64.645.000,00	49.745.000,00	64.645.000,00	82.30	Km	
Total Recuperação				1.432.770.810,00	575.900.651,25	911.679.978,05	

FUNCIONAL	Título da Ação	Lei + Crédito 2005 - (Inclusive Créditos em Andamento)	* Empenho Emitido (até 21/08/2005)	Previsão Atual			
				R\$	Financeiro R\$	Quantidade	Meta
Adequação/Construção							
26.782.0230.1336.0105	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-316 no Estado de Minas Gerais - Trecho Governador Valadares - Belo Horizonte - MG	122.505.000,00	82.674.610,65	122.505.000,00	122.674.610,65	146.45	Km
26.782.0230.1A36.0101	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-316 no Estado de Minas Gerais (trecho estrutural) - Trecho Governador Valadares - Belo Horizonte - MG	90.000.000,00	0,00	90.000.000,00	0,00		
26.782.0230.1A36.0101	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-316 no Estado de Minas Gerais (Crédito Estrutural) - Trecho Belo Horizonte - Divisa SPMG-MG	45.000.000,00	45.000.000,00	45.000.000,00	45.000.000,00	15,00	Km
26.782.0230.1E47.0002	Elaboração de Projeto para Construção da Curvatura Rodoviária na BR-403 no Estado do Rio de Janeiro - Trecho Acessa Matinhos/BR-403 (trecho BR-403 - BR-116 - BR-116 - Parte da Sepultura) - Rio de Janeiro	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Km
26.782.0230.1E50.0002	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-403 no Estado do Rio de Janeiro - Trecho Estrada BR-101 (Maracanã) - Rio de Janeiro - 116 Santa Quitéria - Rio de Janeiro	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Km
26.782.0230.1004.0101	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-050 no Estado de Minas Gerais - Trecho Divisa GO/MG - MG3	23.670.000,00	6.659.067,74	23.670.000,00	23.670.000,00	13,50	Km
26.782.0230.1A36.0101	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-050 no Estado de Minas Gerais (Crédito Estrutural) - Trecho Divisa GO/MG - Divisa MG/SP - MG	6.330.000,00	6.330.000,00	6.330.000,00	6.330.000,00	4,00	Km
26.782.0230.7544.0103	Conselho de Custódia Rodoviária na BR-403 no Estado do Rio de Janeiro - Trecho Acesso Metropolitano (Ponto da Sepultura - BR-101) - RJ	14.260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Km
26.782.0230.7850.0103	Conselho de Custódia Rodoviária na BR-316 no Estado do Rio de Janeiro Trecho Santa Cruz - Itaboraí - RJ	54.405.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Km
26.782.0231.1A38.0101	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-316 no Estado de São Paulo - (Crédito Estrutural) Trecho Divisa MG/SP - Extremozimento BR-116/SP	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	3,00	Km
26.782.0231.1A37.0101	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado de São Paulo - (Crédito Estrutural) Trecho São Paulo - Divisa SP/PR - SP	35.000.000,00	0,00	35.000.000,00	0,00	23,00	Km
26.782.0233.1208.0103	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina - Trecho Patrícia - Divisa SC/RS - Santa Catarina	283.507.600,00	199.838.725,10	233.161.022,00	233.161.022,00	42,43	Km
26.782.0233.1706.0101	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul (trecho Divisa SC/RS-GO-PR-RS)	158.700.000,00	124.139.156,24	155.780.000,00	155.780.000,00	35,15	Km
26.782.0235.1057.0101	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado da Paraíba - Trecho Divisa PB/PE - Divisa PB/PE	65.384.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Km
26.782.0235.1495.0101	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Pernambuco - Trecho Divisa PE/AL - Divisa PE/AL	80.146.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Km
26.782.0235.1706.0103	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Norte - Trecho Natal - Divisa RN/PE - RN	52.325.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Km
26.782.0237.7562.0101	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-050 no Distrito Federal - Trecho Distrito Federal - Divisa DF/GO - DF	27.200.000,00	5.010.000,00	27.200.000,00	27.200.000,00	17,00	Km
26.782.0237.7563.0103	Adequação de Trechos Rodoviários na BR-050 no Estado de Goiás - Trecha Divisa GO	32.515.000,00	9.240.000,00	32.515.000,00	32.515.000,00	14,83	Km
Total Adequação		1.611.038.190,60	478.891.560,80	784.161.932,00	363,36	Km	
Ferrovias							
26.782.0237.1A45.0101	Construção da Ferrovia Norte São (trecho estrutural) - Trecho Aguanambi-Bahia/Jequiá	116.070.000,00	0,00	116.070.000,00	116.070.000,00	34,60	Km
Total Ferrovias		116.070.000,00	0,00	116.070.000,00	34,60	Km	
Eclusa							
26.784.0237.0750.0100	Construção das Eclusas de Tucuruí no Estado do Pará - No Rio Tocantins - PA	83.030.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Km
Total Eclusa		83.030.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Km

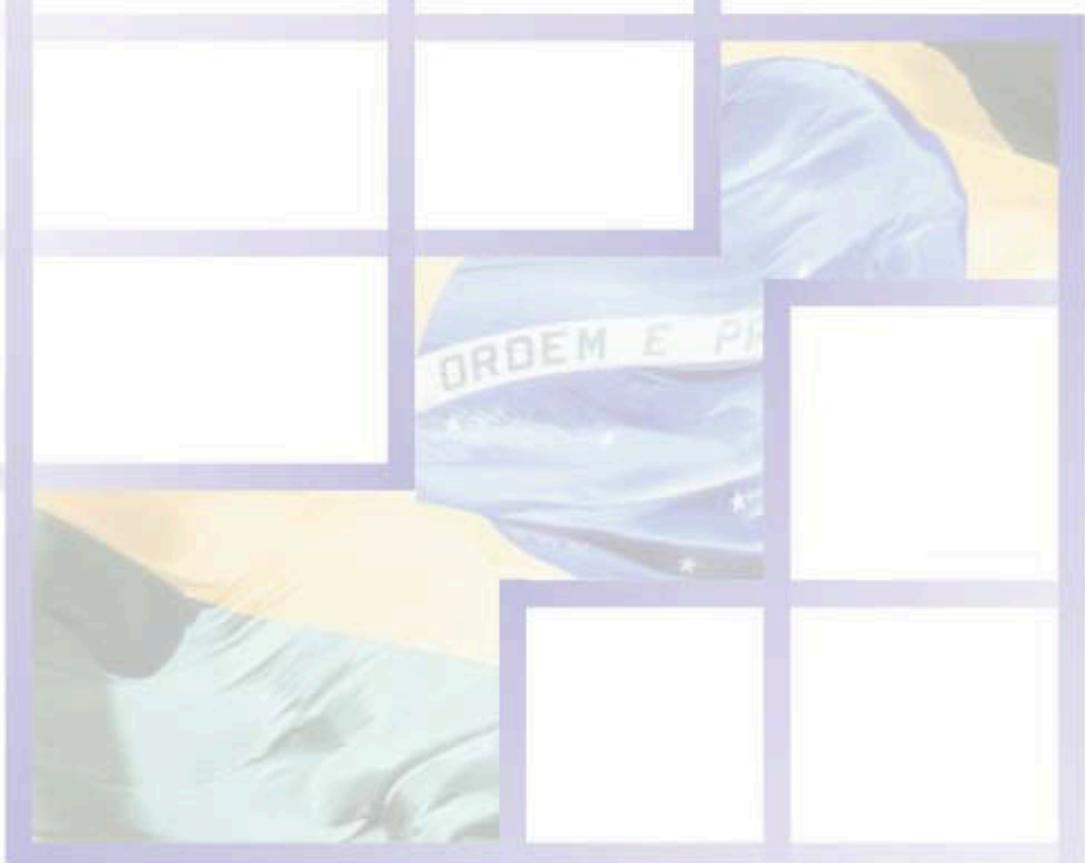
Funcional	Título da Ação	Lei + Crédito 2005 - (Inclusive Créditos em Andamento)	* Empenho Emitido (até 21/08/2005)	Previsão Atual		
				Financeiro R\$	Metas Quantidade	Unid. de Medida
Ministério da Ciência e Tecnologia 10.071.1122.0E52.0002	Desenvolvimento da Biotecnologia Nacional		15.100.000,00	0,00	15.000.000,00	41,67
Ministério da Fazenda 04.025.0770.0E53.0002	Modernização da Administração Financeira Nacional		490.000.000,00	94.462.156,57	400.000.000,00	44,45
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 22.572.0466.0E54.0002	Desenvolvimento da Biotecnologia na Administração Nacional		2.600.000,00	0,00	2.600.000,00	100,00
Ministério da Previdência Social 09.022.0067.0E55.0002	Modernização da Administração das Relações Previdenciárias Nacionais		100.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Ministério do Meio Ambiente 10.044.1047.0E56.0001	Empreendimento dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido Nacional		14.104.0584,00	14.104.0584,00	14.104.0584,00	20,93
Ministério da Integração Nacional 20.007.1038.111A.0001	Transferência da Gestão dos Porteiros Públicos de Imigração Nacional		56.750.1864,00	8.506.447,99	45.405.687,00	21,96
Ministério das Cidades 15.455.1296.5176.0031	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trecho Urbano de Belo Horizonte - MG		83.294.000,00	21.449.815,34	83.294.000,00	4,00
Ministério de Minas e Energia 25.753.0221.0243.0001	Serviços de Geologia e Geofísica Aplicadas à Proteção do Meio Ambiente e Gás Natural - Crédito Executado - Nacional		45.750.734,00	0,00	45.750.734,00	10,00
Total Demais Ministérios			711.799.612,00	139.523.063,45	609.456.115,00	
TOTAL GERAL			3.366.767.020,00	1.213.075.274,73	2.570.000.378,65	

* Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
Considera-se os créditos orçamentários já publicados e solicitados até a data do 21 de agosto de 2005, bem como a previsão de execução financeira e física em 2005.

Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais



Empresas do Setor Produtivo



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

22000 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

22205 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO AMAZONAS S.A. - CEASA/AM (EM LIQUIDACAO)

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS CORRENTES	1.190.000	RECEITAS	2.480.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	600.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.480.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	380.000	TOTAL DAS FONTES	2.480.000	
UTILIDADES E SERVICOS	30.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-630.000	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	50.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-660.000	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	130.000			
TOTAL DOS USOS	1.190.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.190.000	

22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASA/MG

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.053.684	RECEITAS	19.486.931	
INVESTIMENTOS	2.000.000	RECEITA OPERACIONAL	18.350.644	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.053.684	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.136.287	
DISPENDIOS CORRENTES	14.209.503	TOTAL DAS FONTES	19.486.931	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.733.995	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-354.648	
MATERIAIS E PRODUTOS	1.312.932	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	222	
SERVICOS DE TERCEIROS	3.102.727	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.869.318	
UTILIDADES E SERVICOS	419.314			
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	2.046.739			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	593.796			
TOTAL DOS USOS	17.263.187	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	17.263.187	

22209 COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.000.000	RECEITAS	16.424.000	
INVESTIMENTOS	1.000.000	RECEITA OPERACIONAL	14.906.000	
DISPENDIOS CORRENTES	14.450.494	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.518.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.640.076	TOTAL DAS FONTES	16.424.000	
MATERIAIS E PRODUTOS	1.158.745	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-306.385	
SERVICOS DE TERCEIROS	3.155.560	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-24.000	
UTILIDADES E SERVICOS	2.178.984	VARIACAO DO DISPONIVEL	-643.121	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.723.969			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	593.160			
TOTAL DOS USOS	15.450.494	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	15.450.494	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	7.500.000	RECEITAS	114.194.128
INVESTIMENTOS	7.500.000	RECEITA OPERACIONAL	97.174.272
DISPÊNDIOS CORRENTES	104.820.369	RECEITA NAO OPERACIONAL	17.019.856
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.089.540	TOTAL DAS FONTES	114.194.128
MATERIAIS E PRODUTOS	6.018.592	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.331.350
SERVICOS DE TERCEIROS	30.862.864	VARIACAO DO DISPONIVEL	-542.409
UTILIDADES E SERVICOS	14.814.272		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	14.035.101		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.000.000		
TOTAL DOS USOS	112.320.369	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	112.320.369

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25000 MINISTERIO DA FAZENDA

25207 SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	175.000.000	RECEITAS	1.752.343.339	
INVESTIMENTOS	140.000.000	RECEITA OPERACIONAL	1.717.351.571	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	35.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	34.991.768	
DISPENDIOS CORRENTES	1.512.096.016	TOTAL DAS FONTES	1.752.343.339	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	686.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-52.835.226	
MATERIAIS E PRODUTOS	6.936.639	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-3.000.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	243.448.435	VARIACAO DO DISPONIVEL	-9.412.097	
UTILIDADES E SERVICOS	20.000.000			
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	265.484.503			
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	26.000.000			
OUTRAS FONTES	26.000.000			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	264.226.439			
TOTAL DOS USOS	1.687.096.016	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.687.096.016	

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	260.948.198	RECEITAS	652.171.360	
INVESTIMENTOS	260.948.198	RECEITA OPERACIONAL	640.323.944	
DISPENDIOS CORRENTES	623.478.332	RECEITA NAO OPERACIONAL	11.847.416	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	87.685.000	TOTAL DAS FONTES	652.171.360	
MATERIAIS E PRODUTOS	267.764.888	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	235.128.600	
SERVICOS DE TERCEIROS	132.983.254	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	3.516.823	
UTILIDADES E SERVICOS	17.689.112	VARIACAO DO DISPONIVEL	-6.390.253	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	103.876.303			
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	3.666.823			
OPERACOES INTERNAS	3.666.823			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	9.812.952			
TOTAL DOS USOS	884.426.530	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	884.426.530	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S.A.			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	8.404.855	RECEITAS	20.819.919
OUTROS DISP. DE CAPITAL	8.404.855	RECEITA OPERACIONAL	8.905.341
DISPENDIOS CORRENTES	12.415.247	RECEITA NAO OPERACIONAL	11.914.578
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	828.939	TOTAL DAS FONTES	20.819.919
SERVICOS DE TERCEIROS	2.715.505	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	7.809.721
UTILIDADES E SERVICOS	36.466	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-7.599.589
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	4.924.807	VARIACAO DO DISPONIVEL	-209.949
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.909.530		
TOTAL DOS USOS	20.820.102	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	20.820.102

25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A.			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	59.542.514	RECEITAS	438.766.991
OUTROS DISP. DE CAPITAL	59.542.514	RECEITA OPERACIONAL	415.816.533
DISPENDIOS CORRENTES	379.224.478	RECEITA NAO OPERACIONAL	22.950.458
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.094.193	TOTAL DAS FONTES	438.766.991
SERVICOS DE TERCEIROS	295.988.952	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	22.811.049
UTILIDADES E SERVICOS	860.562	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-22.783.618
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	73.209.675	VARIACAO DO DISPONIVEL	-27.430
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.071.096		
TOTAL DOS USOS	438.766.992	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	438.766.992

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	11.230.000	RECEITAS	1.034.864.000
INVESTIMENTOS	10.530.000	RECEITA OPERACIONAL	1.034.700.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	700.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	164.000
DISPENDIOS CORRENTES	914.693.610	TOTAL DAS FONTES	1.034.864.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.652.610	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	40.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	306.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-84.285.390
SERVICOS DE TERCEIROS	380.500.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	70.000
UTILIDADES E SERVICOS	10.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-64.725.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	146.000.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	10.150.000		
OPERACOES INTERNAS	10.150.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	22.391.000		
TOTAL DOS USOS	925.923.610	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	925.923.610

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	7.632.862	RECEITAS	75.728.522
INVESTIMENTOS	2.200.000	RECEITA OPERACIONAL	73.332.524
OUTROS DISP. DE CAPITAL	5.432.862	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.395.998
DISPENDIOS CORRENTES	70.009.741	TOTAL DAS FONTES	75.728.522
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.453.593	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	5.725.775
MATERIAIS E PRODUTOS	569.492	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-139.443
SERVICOS DE TERCEIROS	8.528.721	VARIACAO DO DISPONIVEL	-3.672.251
UTILIDADES E SERVICOS	3.091.758		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	11.835.818		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	176.418		
OPERACOES INTERNAS	176.418		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	20.353.941		
TOTAL DOS USOS	77.642.603	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	77.642.603

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMEGA

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMEGA		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.994.924.086	RECEITAS	3.386.126.198
INVESTIMENTOS	1.017.000	RECEITA OPERACIONAL	2.472.925
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	2.760.594.701	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.383.653.273
OUTRAS FONTES	2.760.594.701	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	2.880.490.800
OUTROS DISP. DE CAPITAL	233.312.385	TOTAL DAS FONTES	6.266.616.998
DISPENDIOS CORRENTES	3.122.518.220	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	5.304.799
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.874.734	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.325.512.558
MATERIAIS E PRODUTOS	122.775	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.171.033.067
SERVICOS DE TERCEIROS	343.937.828		
UTILIDADES E SERVICOS	382.800		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	513.398.354		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.169.345.030		
OUTRAS FONTES	2.169.345.030		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	86.456.699		
TOTAL DOS USOS	6.117.442.306	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.117.442.306

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25277 ATIVOS S.A. - COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPENDIOS DE CAPITAL	29.786.010	RECEITAS	74.400.000	
INVESTIMENTOS	450.000	RECEITA OPERACIONAL	72.000.000	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	29.336.010	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.400.000	
DISPENDIOS CORRENTES	43.828.992	TOTAL DAS FONTES	74.400.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.302.406	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-4.980.826	
MATERIAIS E PRODUTOS	96.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	4.195.828	
SERVICOS DE TERCEIROS	14.280.572			
UTILIDADES E SERVICOS	1.066.200			
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	20.018.174			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.065.640			
TOTAL DOS USOS	73.615.002	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	73.615.002	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32000 MINISTERO DE MINAS E ENERGIA

32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPEL

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	16.243.439	RECEITAS	134.054.795	
INVESTIMENTOS	14.448.023	RECEITA OPERACIONAL	134.044.795	
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.795.416	RECEITA NAO OPERACIONAL	10.000	
OUTRAS FONTES	1.795.416	TOTAL DAS FONTES	134.054.795	
DISPENDIOS CORRENTES	120.217.210	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	1.748.833	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.529.981	VARIACAO DO DISPONIVEL	657.021	
MATERIAIS E PRODUTOS	3.014.867			
SERVICOS DE TERCEIROS	31.179.065			
UTILIDADES E SERVICOS	3.880.062			
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.980.121			
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	227.171			
OUTRAS FONTES	227.171			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.405.943			
TOTAL DOS USOS	136.460.649	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	136.460.649	

32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	634.115.808	RECEITAS	1.323.566.591	
INVESTIMENTOS	394.000.000	RECEITA OPERACIONAL	1.323.566.591	
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	240.115.808	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	348.233.072	
OUTRAS FONTES	240.115.808	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	348.233.072	
DISPENDIOS CORRENTES	1.250.455.619	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	136.043.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	202.777.536	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	136.043.000	
MATERIAIS E PRODUTOS	366.511.703	TOTAL DAS FONTES	1.807.842.663	
SERVICOS DE TERCEIROS	220.201.406	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	76.728.764	
UTILIDADES E SERVICOS	8.183.591			
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	168.552.411			
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	242.050.575			
OUTRAS FONTES	242.050.575			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	42.178.397			
TOTAL DOS USOS	1.884.571.427	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.884.571.427	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.486.466.184	RECEITAS	13.459.033.641	
INVESTIMENTOS	50.000.000	RECEITA OPERACIONAL	9.251.197.171	
INVERSOES FINANCEIRAS	1.653.826.128	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.207.836.470	
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	301.578.554	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	1.748.892.099	
OPERACOES EXTERNAS	235.792.105	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.861.685.900	
OUTRAS FONTES	65.786.449	DEMAIS RECURSOS DE LP	1.861.685.900	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.481.061.502	TOTAL DAS FONTES	17.069.611.640	
DISPENDIOS CORRENTES	10.960.677.102	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-886.397.666	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	168.297.749	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-104.507.346	
MATERIAIS E PRODUTOS	8.993.634.704	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.631.563.342	
SERVICOS DE TERCEIROS	236.515.396			
UTILIDADES E SERVICOS	8.586.760			
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.028.960.220			
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	279.893.228			
OPERACOES INTERNAS	1.382.865			
OPERACOES EXTERNAS	100.524.649			
OUTRAS FONTES	177.985.714			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	244.789.045			
TOTAL DOS USOS	14.447.143.286	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	14.447.143.286	

32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.445.750.000	RECEITAS	4.044.853.000	
INVESTIMENTOS	1.050.000.000	RECEITA OPERACIONAL	3.999.503.000	
INVERSOES FINANCEIRAS	80.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	45.350.000	
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	315.750.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	892.417.579	
OPERACOES INTERNAS	62.725.000	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	892.417.579	
OPERACOES EXTERNAS	9.556.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	65.288.000	
OUTRAS FONTES	243.469.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	50.000.000	
DISPENDIOS CORRENTES	4.022.089.485	DEMAIS RECURSOS DE LP	15.288.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	374.585.247	TOTAL DAS FONTES	5.002.558.579	
MATERIAIS E PRODUTOS	1.888.509.772	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	223.814.904	
SERVICOS DE TERCEIROS	213.977.852	VARIACAO DO DISPONIVEL	241.466.002	
UTILIDADES E SERVICOS	10.092.225			
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	319.348.012			
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	817.714.000			
OPERACOES INTERNAS	130.815.000			
OPERACOES EXTERNAS	1.401.000			
OUTRAS FONTES	685.498.000			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	397.862.377			
TOTAL DOS USOS	5.467.839.485	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.467.839.485	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32225 ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	552.634.595	RECEITAS	776.663.406
INVESTIMENTOS	350.000.000	RECEITA OPERACIONAL	690.349.057
INVERSOES FINANCEIRAS	105.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	86.314.349
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	14.348.134	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	938.882
OPERACOES INTERNAS	1.977.841	OPERACOES DE CREDITO	170.000.000
OUTRAS FONTES	12.370.293	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	170.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	83.286.461	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	46.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	521.131.905	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	46.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	170.868.232	TOTAL DAS FONTES	993.602.288
MATERIAIS E PRODUTOS	10.142.358	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	69.519.402
SERVICOS DE TERCEIROS	65.268.995	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-4.831.389
UTILIDADES E SERVICOS	3.734.488	VARIACAO DO DISPONIVEL	15.476.199
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	141.566.964		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	20.672.890		
OPERACOES INTERNAS	10.394.962		
OUTRAS FONTES	10.277.928		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	108.877.978		
TOTAL DOS USOS	1.073.766.500	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.073.766.500

32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.785.317.343	RECEITAS	3.818.355.591
INVESTIMENTOS	778.132.468	RECEITA OPERACIONAL	3.816.187.923
INVERSOES FINANCEIRAS	112.500.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.167.668
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	812.967.279	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	65.052.064
OPERACOES INTERNAS	128.405.739	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	51.050.528
OPERACOES EXTERNAS	63.918.417	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	51.050.528
OUTRAS FONTES	620.643.123	TOTAL DAS FONTES	3.934.458.183
OUTROS DISP. DE CAPITAL	81.717.596	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	715.513.157
DISPENDIOS CORRENTES	2.842.154.526	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-170.781
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	345.749.585	VARIACAO DO DISPONIVEL	-22.328.690
MATERIAIS E PRODUTOS	551.131.440		
SERVICOS DE TERCEIROS	261.689.888		
UTILIDADES E SERVICOS	15.782.170		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	661.384.477		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	632.905.758		
OPERACOES INTERNAS	54.558.400		
OPERACOES EXTERNAS	16.628.495		
OUTRAS FONTES	561.718.863		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	373.511.208		
TOTAL DOS USOS	4.627.471.869	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.627.471.869

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.271.346.784	RECEITAS	6.445.710.590
INVESTIMENTOS	1.300.000.000	RECEITA OPERACIONAL	6.039.760.150
INVERSOES FINANCEIRAS	244.999.994	RECEITA NAO OPERACIONAL	405.950.440
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	588.630.790	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	170.732.165
OPERACOES INTERNAS	177.306.474	OPERACOES DE CREDITO	500.000.000
OUTRAS FONTES	411.324.316	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	500.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	137.716.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	81.119.359
DISPENDIOS CORRENTES	5.013.071.978	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	22.872.200
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	537.447.000	DEMAIS RECURSOS DE LP	58.247.159
MATERIAIS E PRODUTOS	2.759.970.298	TOTAL DAS FONTES	7.197.562.114
SERVICOS DE TERCEIROS	337.479.472	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	333.915.037
UTILIDADES E SERVICOS	21.483.541	VARIACAO DO DISPONIVEL	-247.058.389
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	827.916.913		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	190.421.919		
OPERACOES INTERNAS	43.635.612		
OUTRAS FONTES	146.786.307		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	338.352.835		
TOTAL DOS USOS	7.284.418.762	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.284.418.762

32230 PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	60.375.690.938	RECEITAS	172.360.533.253
INVESTIMENTOS	21.186.427.828	RECEITA OPERACIONAL	167.198.002.061
INVERSOES FINANCEIRAS	2.891.224.114	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.162.531.192
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.300.092.813	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	22.486.148.383
OPERACOES INTERNAS	230.942.046	OPERACOES DE CREDITO	5.773.516.418
OPERACOES EXTERNAS	1.069.150.767	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	1.354.723.118
OUTROS DISP. DE CAPITAL	34.997.946.183	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	3.716.861.000
DISPENDIOS CORRENTES	135.100.064.867	OPER.CRED.EXT.-BENS/SERV.	701.932.300
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.785.964.591	TOTAL DAS FONTES	200.620.198.054
MATERIAIS E PRODUTOS	27.754.253.077	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	4.063.497.257
SERVICOS DE TERCEIROS	17.681.485.052	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	60.855.698
UTILIDADES E SERVICOS	376.672.760	VARIACAO DO DISPONIVEL	-9.268.795.204
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	51.635.072.990		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.013.639.387		
OPERACOES INTERNAS	361.389.266		
OPERACOES EXTERNAS	578.253.021		
DEBENTURES	255.278.900		
OUTRAS FONTES	818.718.200		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	29.852.977.010		
TOTAL DOS USOS	195.475.755.805	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	195.475.755.805

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	18.369.352.574	RECEITAS	1.770.946.814
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	17.249.352.574	RECEITA OPERACIONAL	1.560.453.254
OUTRAS FONTES	17.249.352.574	RECEITA NAO OPERACIONAL	210.493.560
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.120.000.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	9.711.453.240
DISPENDIOS CORRENTES	2.719.652.243	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	9.427.643.145
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	744.724	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	9.427.643.145
MATERIAIS E PRODUTOS	1.247.751.740	TOTAL DAS FONTES	20.910.043.199
SERVICOS DE TERCEIROS	89.900.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	32.275.019
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	52.200.150	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	165.301.978
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	399.840.687	VARIACAO DO DISPONIVEL	-18.615.379
OPERACOES EXTERNAS	59.160.170		
OUTRAS FONTES	340.680.517		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	929.214.942		
TOTAL DOS USOS	21.089.004.817	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	21.089.004.817

32238 INDUSTRIA CARBOQUIMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDACAO)			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	6.442.630	RECEITAS	4.934
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	94.120	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.934
MATERIAIS E PRODUTOS	4.200	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	6.441.630
SERVICOS DE TERCEIROS	268.890	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	6.441.630
UTILIDADES E SERVICOS	34.680	TOTAL DAS FONTES	6.446.564
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	40.740	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-4.934
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.000.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	4.934
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-3.934
TOTAL DOS USOS	6.442.630	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.442.630

32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.039.276.547	RECEITAS	46.768.916.882
INVESTIMENTOS	619.676.830	RECEITA OPERACIONAL	46.318.605.645
INVERSOES FINANCEIRAS	473.119.384	RECEITA NAO OPERACIONAL	450.311.237
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	288.811.060	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	649.527.978
OUTRAS FONTES	288.811.060	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	649.527.978
OUTROS DISP. DE CAPITAL	657.669.273	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	288.811.060
DISPENDIOS CORRENTES	45.044.200.710	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	288.811.060
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	533.400.491	TOTAL DAS FONTES	47.707.255.920
MATERIAIS E PRODUTOS	33.601.992.730	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-514.610.397
SERVICOS DE TERCEIROS	889.310.907	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-71.452.975
UTILIDADES E SERVICOS	50.614.134	VARIACAO DO DISPONIVEL	-37.715.291
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	9.285.955.739		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	348.923.271		
OUTRAS FONTES	348.923.271		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	334.003.438		
TOTAL DOS USOS	47.083.477.257	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	47.083.477.257

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32240 PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.112.841.630	RECEITAS	334.337.200
INVESTIMENTOS	400.000	RECEITA OPERACIONAL	337.200
INVERSÕES FINANCEIRAS	836.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	334.000.000
AMORTIZAÇÕES OPER.CRED. LP	270.000.000	REC. P/AUMENTO PATR. LÍQUIDO	798.000.000
OUTRAS FONTES	270.000.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	798.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.441.630	TOTAL DAS FONTES	1.132.337.200
DISPÊNDIOS CORRENTES	38.147.800	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-415.525
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.884.400	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	49.614.165
MATERIAIS E PRODUTOS	2.600	VARIACAO DO DISPONIVEL	-30.546.410
SERVICOS DE TERCEIROS	1.080.000		
UTILIDADES E SERVICOS	4.800		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	6.200.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	26.400.000		
OUTRAS FONTES	26.400.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	576.000		
TOTAL DOS USOS	1.150.989.430	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	1.150.989.430

32242 PETROBRAS QUÍMICA S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	276.421.066	RECEITAS	284.442.319
INVESTIMENTOS	1.095.369	RECEITA NAO OPERACIONAL	284.442.319
INVERSÕES FINANCEIRAS	189.080.480	TOTAL DAS FONTES	284.442.319
OUTROS DISP. DE CAPITAL	86.245.217	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	12.232.333
DISPÊNDIOS CORRENTES	65.717.053	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	19.349.888
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.384.207	VARIACAO DO DISPONIVEL	26.113.579
MATERIAIS E PRODUTOS	476.520		
SERVICOS DE TERCEIROS	12.007.701		
UTILIDADES E SERVICOS	220.349		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	6.111.617		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	29.605.198		
OPERACOES INTERNAS	26.624.000		
OUTRAS FONTES	2.981.198		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	5.911.461		
TOTAL DOS USOS	342.138.119	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	342.138.119

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32264 LIGHT PARTICIPACOES S.A. - LIGHTPAR		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	30.000	RECEITAS	2.730.000
INVESTIMENTOS	30.000	RECEITA OPERACIONAL	1.530.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.890.476	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.200.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.143.306	TOTAL DAS FONTES	2.730.000
MATERIAIS E PRODUTOS	24.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	930.752
SERVICOS DE TERCEIROS	1.189.714	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	418.000
UTILIDADES E SERVICOS	114.600	VARIACAO DO DISPONIVEL	-158.276
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	143.556		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.056.000		
OUTRAS FONTES	1.056.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	219.300		
TOTAL DOS USOS	3.920.476	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.920.476

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	60.000.000	RECEITAS	340.222.581
INVESTIMENTOS	60.000.000	RECEITA OPERACIONAL	269.744.696
DISPÊNDIOS CORRENTES	284.896.496	RECEITA NAO OPERACIONAL	70.477.885
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.796.971	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	3.981.530
MATERIAIS E PRODUTOS	161.541.901	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	3.981.530
SERVICOS DE TERCEIROS	18.633.456	TOTAL DAS FONTES	344.204.111
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	65.102.790	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	7.172.863
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	6.049.356	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	113.648
OUTRAS FONTES	6.049.356	VARIACAO DO DISPONIVEL	-6.594.126
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	18.772.022		
TOTAL DOS USOS	344.896.496	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	344.896.496

32268 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	149.439.580	RECEITAS	706.243.323
INVESTIMENTOS	90.614.999	RECEITA OPERACIONAL	678.040.547
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	58.824.581	RECEITA NAO OPERACIONAL	28.202.776
OPERACOES INTERNAS	11.367.495	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	28.888.440
OPERACOES EXTERNAS	190.336	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	28.888.440
OUTRAS FONTES	47.266.750	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	21.407.700
DISPÊNDIOS CORRENTES	628.453.308	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	21.407.700
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	76.138.465	TOTAL DAS FONTES	756.539.463
MATERIAIS E PRODUTOS	232.427.669	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	41.433.684
SERVICOS DE TERCEIROS	53.431.326	VARIACAO DO DISPONIVEL	-20.080.259
UTILIDADES E SERVICOS	3.437.782		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	195.951.263		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	25.842.086		
OPERACOES INTERNAS	120.000		
OPERACOES EXTERNAS	138.000		
OUTRAS FONTES	25.584.086		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	41.224.717		
TOTAL DOS USOS	777.892.888	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	777.892.888

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	374.306.877	RECEITAS	790.054.721
INVESTIMENTOS	288.151.797	RECEITA OPERACIONAL	626.052.689
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	86.155.080	RECEITA NAO OPERACIONAL	164.002.032
OPERACOES INTERNAS	357.591	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	118.693.834
OPERACOES EXTERNAS	1.083.346	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	118.693.834
OUTRAS FONTES	84.714.143	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	66.729.700
DISPÊNDIOS CORRENTES	575.996.916	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	66.729.700
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	78.439.513	TOTAL DAS FONTES	975.478.255
MATERIAIS E PRODUTOS	225.200.448	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-28.285.871
SERVICOS DE TERCEIROS	64.913.600	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	104.697
UTILIDADES E SERVICOS	5.697.799	VARIACAO DO DISPONIVEL	3.006.712
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	174.444.471		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	6.455.330		
OPERACOES INTERNAS	401.238		
OPERACOES EXTERNAS	1.267.258		
OUTRAS FONTES	4.786.834		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	20.845.755		
TOTAL DOS USOS	950.303.793	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	950.303.793

32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	190.737.810	RECEITAS	773.577.965
INVESTIMENTOS	130.000.000	RECEITA OPERACIONAL	698.034.748
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	60.737.810	RECEITA NAO OPERACIONAL	75.543.217
OUTRAS FONTES	60.737.810	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	79.194.623
DISPÊNDIOS CORRENTES	735.056.025	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	75.593.115
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.670.240	DEMAIS REC. P/AUMENTO PL	3.601.508
MATERIAIS E PRODUTOS	377.376.518	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	49.800.000
SERVICOS DE TERCEIROS	59.384.512	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	49.800.000
UTILIDADES E SERVICOS	4.684.638	TOTAL DAS FONTES	902.572.588
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	158.972.083	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	24.646.497
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	44.294.522	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.425.250
OUTRAS FONTES	44.294.522		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	36.673.512		
TOTAL DOS USOS	925.793.835	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	925.793.835

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA-BRASIL S.A. - TBG			
USOS	VALOR	FONTES	R\$ 1,00 VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	633.234.387	RECEITAS	1.282.159.802
INVESTIMENTOS	358.057.000	RECEITA OPERACIONAL	1.271.878.515
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	275.177.387	RECEITA NAO OPERACIONAL	10.281.287
OPERACOES EXTERNAS	134.726.834	OPERACOES DE CREDITO	174.000.000
OUTRAS FONTES	140.450.553	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	174.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	648.174.232	TOTAL DAS FONTES	1.456.159.802
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.192.352	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-174.036.752
MATERIAIS E PRODUTOS	4.429.193	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	16.041.147
SERVICOS DE TERCEIROS	66.557.602	VARIACAO DO DISPONIVEL	-16.755.578
UTILIDADES E SERVICOS	13.904.630		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	262.935.497		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	223.697.256		
OPERACOES EXTERNAS	84.797.423		
OUTRAS FONTES	138.899.833		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	26.457.702		
TOTAL DOS USOS	1.281.408.619	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.281.408.619

32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.			
USOS	VALOR	FONTES	R\$ 1,00 VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	26.013.567	RECEITAS	152.476.850
INVESTIMENTOS	21.492.070	RECEITA OPERACIONAL	151.719.283
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	4.021.497	RECEITA NAO OPERACIONAL	757.567
OUTRAS FONTES	4.021.497	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	30.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	500.000	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	30.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	146.156.924	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.417.339
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.255.511	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	1.417.339
MATERIAIS E PRODUTOS	78.861.894	TOTAL DAS FONTES	183.894.189
SERVICOS DE TERCEIROS	15.786.895	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-13.513.963
UTILIDADES E SERVICOS	868.800	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-7.499
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	13.420.032	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.797.764
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.646.763		
OUTRAS FONTES	2.646.763		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.317.029		
TOTAL DOS USOS	172.170.491	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	172.170.491

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32273 MANAUS ENERGIA S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	216.255.682	RECEITAS	2.345.989.259
INVESTIMENTOS	170.000.000	RECEITA OPERACIONAL	2.318.169.259
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	46.255.682	RECEITA NAO OPERACIONAL	27.820.000
OUTRAS FONTES	46.255.682	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	177.109.100
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.511.002.349	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	177.109.100
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.955.952	TOTAL DAS FONTES	2.523.098.359
MATERIAIS E PRODUTOS	2.172.059.858	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	188.396.019
SERVICOS DE TERCEIROS	102.791.004	VARIACAO DO DISPONIVEL	15.763.653
UTILIDADES E SERVICOS	4.150.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	101.618.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	30.020.317		
OUTRAS FONTES	30.020.317		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	44.407.218		
TOTAL DOS USOS	2.727.258.031	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.727.258.031

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	536.163.895	RECEITAS	3.761.986.667
INVESTIMENTOS	353.847.625	RECEITA OPERACIONAL	3.643.614.587
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	98.975.414	RECEITA NAO OPERACIONAL	118.372.080
OPERACOES INTERNAS	98.975.414	OPERACOES DE CREDITO	147.885.500
OUTROS DISP. DE CAPITAL	83.340.856	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	147.885.500
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.483.565.010	TOTAL DAS FONTES	3.909.872.167
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	589.095.202	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-110.433.124
MATERIAIS E PRODUTOS	200.529.557	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	45.953
SERVICOS DE TERCEIROS	1.265.450.500	VARIACAO DO DISPONIVEL	220.243.909
UTILIDADES E SERVICOS	160.739.802		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	731.157.818		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	5.542.314		
OPERACOES INTERNAS	5.542.314		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	531.049.817		
TOTAL DOS USOS	4.019.728.905	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.019.728.905

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPÊNDIOS CORRENTES	179.275.623	RECEITAS	200.667.322	
MATERIAIS E PRODUTOS	3.996.786	RECEITA OPERACIONAL	200.667.322	
SERVICOS DE TERCEIROS	35.971.071	TOTAL DAS FONTES	200.667.322	
UTILIDADES E SERVICOS	640.774	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.154.145	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	138.666.992	VARIACAO DO DISPONIVEL	-20.237.554	
TOTAL DOS USOS	179.275.623	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	179.275.623	

32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETTRICA

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	305.382.500	RECEITAS	365.301.020	
INVESTIMENTOS	303.982.500	RECEITA OPERACIONAL	332.647.820	
INVERSOES FINANCEIRAS	1.400.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	32.653.200	
DISPÊNDIOS CORRENTES	321.599.220	OPERACOES DE CREDITO	123.889.500	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.565.544	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	123.889.500	
MATERIAIS E PRODUTOS	183.982.732	TOTAL DAS FONTES	489.190.520	
SERVICOS DE TERCEIROS	35.377.351	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	62.115.562	
UTILIDADES E SERVICOS	1.690.757	VARIACAO DO DISPONIVEL	75.675.638	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	30.361.836			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	15.621.000			
TOTAL DOS USOS	626.981.720	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	626.981.720	

32277 COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	183.486.271	RECEITAS	706.714.723	
INVESTIMENTOS	160.000.000	RECEITA OPERACIONAL	596.152.503	
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	23.486.271	RECEITA NAO OPERACIONAL	110.562.220	
OUTRAS FONTES	23.486.271	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	115.000.088	
DISPÊNDIOS CORRENTES	676.280.465	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	115.000.088	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.157.275	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	51.044.100	
MATERIAIS E PRODUTOS	436.646.774	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	51.044.100	
SERVICOS DE TERCEIROS	48.453.259	TOTAL DAS FONTES	872.758.911	
UTILIDADES E SERVICOS	2.264.634	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-12.739.951	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	62.146.150	VARIACAO DO DISPONIVEL	-252.224	
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	9.139.263			
OUTRAS FONTES	9.139.263			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	62.473.110			
TOTAL DOS USOS	859.766.736	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	859.766.736	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY			
USOS	VALOR	FONTES	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	24.536.003.043	RECEITAS	39.671.297.780
INVESTIMENTOS	600.000	RECEITA OPERACIONAL	38.487.940.461
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	7.435.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.183.357.319
OUTRAS FONTES	7.435.000.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	6.108.114.282
OUTROS DISP. DE CAPITAL	17.100.403.043	OPERACOES DE CREDITO	900.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	38.212.262.718	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	900.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	36.931.477.544	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	15.825.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	33.416	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	15.825.000.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	2.396.000	TOTAL DAS FONTES	62.504.412.062
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	822.685.196	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	256.530.949
OPERACOES EXTERNAS	420.000.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-3.147.006
OUTRAS FONTES	402.685.196	VARIACAO DO DISPONIVEL	-9.530.244
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	455.670.562		
TOTAL DOS USOS	62.748.265.761	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	62.748.265.761

32279 DOWNSTREAM PARTICIPACOES LTDA.			
USOS	VALOR	FONTES	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	6.939.310	RECEITAS	33.791.531
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.939.310	RECEITA NAO OPERACIONAL	33.791.531
DISPENDIOS CORRENTES	1.050.820	TOTAL DAS FONTES	33.791.531
MATERIAIS E PRODUTOS	3.106	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-20.085.135
SERVICOS DE TERCEIROS	563.100	VARIACAO DO DISPONIVEL	-5.716.266
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	154.614		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	330.000		
TOTAL DOS USOS	7.990.130	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.990.130

32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.			
USOS	VALOR	FONTES	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	441.742.161	RECEITAS	9.698.263.072
INVESTIMENTOS	308.951.000	RECEITA OPERACIONAL	9.669.473.000
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	84.999.996	RECEITA NAO OPERACIONAL	28.790.072
OPERACOES INTERNAS	84.999.996	TOTAL DAS FONTES	9.698.263.072
OUTROS DISP. DE CAPITAL	47.791.165	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	180.979.814
DISPENDIOS CORRENTES	9.767.528.936	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	58.931.271
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	103.994.528	VARIACAO DO DISPONIVEL	271.096.940
MATERIAIS E PRODUTOS	5.804.802.378		
SERVICOS DE TERCEIROS	194.288.268		
UTILIDADES E SERVICOS	3.006.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.398.813.559		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	165.713.853		
OPERACOES INTERNAS	65.280.000		
OUTRAS FONTES	100.433.853		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	96.910.350		
TOTAL DOS USOS	10.209.271.097	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	10.209.271.097

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32281 COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA EMERGENCIAL - CBEE R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	76.103.000	RECEITAS	17.748.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.423.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	17.748.000
MATERIAIS E PRODUTOS	78.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	6.664.000
SERVICOS DE TERCEIROS	5.301.000	TOTAL DAS FONTES	24.412.000
UTILIDADES E SERVICOS	168.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	80.917.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	6.088.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-29.226.000
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	60.045.000		
TOTAL DOS USOS	76.103.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	76.103.000

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	11.534.865.012	RECEITAS	1.233.943.318
INVESTIMENTOS	2.242.291.272	RECEITA OPERACIONAL	1.233.421.316
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	9.292.573.740	RECEITA NAO OPERACIONAL	522.002
OUTRAS FONTES	9.292.573.740	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	11.385.802.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	597.533.275	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	11.385.802.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.720.586	TOTAL DAS FONTES	12.619.745.318
SERVICOS DE TERCEIROS	15.511.707	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-454.003.481
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	109.434.838	VARIACAO DO DISPONIVEL	-33.343.550
OUTRAS FONTES	109.434.838		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	470.866.144		
TOTAL DOS USOS	12.132.398.287	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	12.132.398.287

32285 5283 PARTICIPACOES LTDA. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	540.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	540.000
SERVICOS DE TERCEIROS	540.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	540.000
		TOTAL DAS FONTES	540.000
		VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	1.000
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.000
TOTAL DOS USOS	540.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	540.000

32286 BRASPETRO OIL COMPANY R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.777.492.111	RECEITAS	2.071.943.980
INVESTIMENTOS	559.376.635	RECEITA OPERACIONAL	2.053.948.980
INVERSOES FINANCEIRAS	168.115.476	RECEITA NAO OPERACIONAL	17.995.000
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	2.050.000.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	2.386.513.399
OUTRAS FONTES	2.050.000.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	2.386.513.399
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.902.580.587	TOTAL DAS FONTES	4.458.457.379
MATERIAIS E PRODUTOS	1.687.342.500	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	179.116.968
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	54.348.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	10.724.650
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	81.766.287	VARIACAO DO DISPONIVEL	31.773.701
OPERACOES EXTERNAS	45.000.000		
OUTRAS FONTES	36.766.287		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	79.123.800		
TOTAL DOS USOS	4.680.072.698	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.680.072.698

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	7.306.756.076	RECEITAS	27.529.330.044
INVESTIMENTOS	5.286.607.988	RECEITA OPERACIONAL	27.524.262.300
INVERSOES FINANCEIRAS	37.119.600	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.067.744
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.983.028.488	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	61.032.228
OPERACOES EXTERNAS	1.053.028.488	OPERACOES DE CREDITO	872.380.512
OUTRAS FONTES	930.000.000	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	872.380.512
DISPÊNDIOS CORRENTES	26.060.413.468	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	4.448.087.644
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	693.615.072	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	4.448.087.644
MATERIAIS E PRODUTOS	16.902.013.060	TOTAL DAS FONTES	32.910.830.428
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	2.788.702.392	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	232.526.750
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	547.569.960	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-17.465
OUTRAS FONTES	547.569.960	VARIACAO DO DISPONIVEL	223.829.831
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	5.128.512.984		
TOTAL DOS USOS	33.367.169.544	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	33.367.169.544

32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	749.136.600	RECEITAS	829.152.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.180.000	RECEITA OPERACIONAL	781.152.000
MATERIAIS E PRODUTOS	480.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	48.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	6.564.600	TOTAL DAS FONTES	829.152.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	257.280.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-81.151.635
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	804.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	804.000
OUTRAS FONTES	804.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	332.235
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.308.000		
TOTAL DOS USOS	749.136.600	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	749.136.600

32289 PETROBRAS NEGOCIOS ELETRONICOS S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	327.836	RECEITAS	1.148.885
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.600	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.148.885
SERVICOS DE TERCEIROS	208.636	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	864.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	61.600	TOTAL DAS FONTES	2.012.885
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	36.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	3.987
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.689.036
TOTAL DOS USOS	327.836	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	327.836

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32291 PETRORIO - PETROQUIMICA DO RIO DE JANEIRO S.A.			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	130.000	RECEITAS	25.885
INVESTIMENTOS	130.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	25.885
DISPENDIOS CORRENTES	10.697.533	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	5.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.615.279	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	5.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	48.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	5.800.000
SERVICOS DE TERCEIROS	1.512.988	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	5.800.000
UTILIDADES E SERVICOS	132.000	TOTAL DAS FONTES	10.825.885
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.153.500	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-536
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.235.766	VARIACAO DO DISPONIVEL	2.184
TOTAL DOS USOS	10.827.533	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	10.827.533

32306 DATAFLUX - SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A.			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	91.000.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	91.000.000
INVESTIMENTOS	91.000.000	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	91.000.000
TOTAL DOS USOS	91.000.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	91.000.000

32307 TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A. - TNS			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	687.003.359	RECEITAS	606.115.000
INVESTIMENTOS	687.003.359	RECEITA OPERACIONAL	606.055.000
DISPENDIOS CORRENTES	308.553.584	RECEITA NAO OPERACIONAL	60.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.860.584	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	340.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	306.000	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	340.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	200.015.000	TOTAL DAS FONTES	946.115.000
UTILIDADES E SERVICOS	12.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	184.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	103.900.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	49.257.943
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	184.000		
OUTRAS FONTES	184.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	276.000		
TOTAL DOS USOS	995.556.943	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	995.556.943

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32308 TRANSPORTADORA AMAZONENSE DE GAS S.A. - TAG			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	30.000.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	30.000.000
INVESTIMENTOS	30.000.000	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	30.000.000
		TOTAL DAS FONTES	30.000.000
TOTAL DOS USOS	30.000.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	30.000.000

32310 USINA TERMELETRICA NOVA PIRATININGA LTDA.			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	943.476	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	960.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	562.360	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	960.000
MATERIAIS E PRODUTOS	12.000	TOTAL DAS FONTES	960.000
SERVICOS DE TERCEIROS	369.116	VARIACAO DO DISPONIVEL	-16.524
TOTAL DOS USOS	943.476	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	943.476

32312 PETROQUIMICA TRIUNFO S.A.			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	28.897.470	RECEITAS	737.444.287
INVESTIMENTOS	8.442.200	RECEITA OPERACIONAL	734.567.995
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.410.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.876.292
OPERACOES INTERNAS	1.410.000	TOTAL DAS FONTES	737.444.287
OUTROS DISP. DE CAPITAL	19.045.270	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-26.768.137
DISPENDIOS CORRENTES	676.463.855	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-2.582.689
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.527.180	VARIACAO DO DISPONIVEL	-2.732.136
MATERIAIS E PRODUTOS	412.971.615		
SERVICOS DE TERCEIROS	28.994.507		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	181.460.190		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	3.552.034		
OPERACOES INTERNAS	3.552.034		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	14.958.329		
TOTAL DOS USOS	705.361.325	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	705.361.325

32313 TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GAS S.A. - TCG			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	55.000.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	55.000.000
INVESTIMENTOS	55.000.000	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	55.000.000
		TOTAL DAS FONTES	55.000.000
TOTAL DOS USOS	55.000.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	55.000.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.000.000	RECEITAS	127.840.970
INVESTIMENTOS	2.000.000	RECEITA OPERACIONAL	126.320.970
DISPÊNDIOS CORRENTES	121.794.550	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.520.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.719.528	TOTAL DAS FONTES	127.840.970
MATERIAIS E PRODUTOS	279.400	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	2.407.985
SERVICOS DE TERCEIROS	70.429.540	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-126.667
UTILIDADES E SERVICOS	458.900	VARIACAO DO DISPONIVEL	-6.327.738
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	19.365.227		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	4.541.955		
TOTAL DOS USOS	123.794.550	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	123.794.550

32316 LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.417.271.038	RECEITAS	3.174.949.100
INVESTIMENTOS	91.953.010	RECEITA OPERACIONAL	2.823.236.049
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.299.055.956	RECEITA NAO OPERACIONAL	351.713.051
OPERACOES EXTERNAS	649.527.978	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	360.716.918
OUTRAS FONTES	649.527.978	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	360.716.918
OUTROS DISP. DE CAPITAL	26.262.072	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	649.527.978
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.732.402.966	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	649.527.978
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	163.747.287	TOTAL DAS FONTES	4.185.193.996
MATERIAIS E PRODUTOS	2.122.750.090	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-2.493.007
SERVICOS DE TERCEIROS	255.192.084	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	9.638.679
UTILIDADES E SERVICOS	21.104.338	VARIACAO DO DISPONIVEL	-42.665.664
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	76.845.676		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	50.824.195		
OPERACOES INTERNAS	1.052.088		
OPERACOES EXTERNAS	49.772.107		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	41.939.296		
TOTAL DOS USOS	4.149.674.004	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.149.674.004

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32317 SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	43.299.000	RECEITAS	123.360.000
INVESTIMENTOS	43.299.000	RECEITA OPERACIONAL	120.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	57.235.929	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.360.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.031.756	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	41.850.135
MATERIAIS E PRODUTOS	7.485.516	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	41.850.135
SERVICOS DE TERCEIROS	18.999.278	TOTAL DAS FONTES	165.210.135
UTILIDADES E SERVICOS	1.093.489	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	9.834.637
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	15.753.042	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-3.360.000
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.872.848	VARIACAO DO DISPONIVEL	-71.149.843
TOTAL DOS USOS	100.534.929	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	100.534.929

32318 TERMORIO S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	259.772.000	RECEITAS	358.626.858
INVESTIMENTOS	259.772.000	RECEITA OPERACIONAL	358.161.274
DISPÊNDIOS CORRENTES	215.685.050	RECEITA NAO OPERACIONAL	465.584
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.588.568	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	125.300.000
MATERIAIS E PRODUTOS	78.806.136	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	125.300.000
SERVICOS DE TERCEIROS	39.734.438	TOTAL DAS FONTES	483.926.858
UTILIDADES E SERVICOS	846.636	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-64.386.571
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	63.480.153	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	26.535.139
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	26.535.139	VARIACAO DO DISPONIVEL	29.381.624
OUTRAS FONTES	26.535.139		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	693.980		
TOTAL DOS USOS	475.457.050	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	475.457.050

32319 FAFEN ENERGIA S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.221.009	RECEITAS	136.095.800
OUTROS DISP. DE CAPITAL	10.221.009	RECEITA OPERACIONAL	135.339.200
DISPÊNDIOS CORRENTES	97.397.741	RECEITA NAO OPERACIONAL	756.600
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.859.136	TOTAL DAS FONTES	136.095.800
MATERIAIS E PRODUTOS	37.928.556	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	26.143.456
SERVICOS DE TERCEIROS	10.748.498	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	791.600
UTILIDADES E SERVICOS	611.542	VARIACAO DO DISPONIVEL	-55.412.106
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	27.322.817		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	174.600		
OUTRAS FONTES	174.600		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	17.752.592		
TOTAL DOS USOS	107.618.750	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	107.618.750

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES****33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL****33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	151.103.844	RECEITAS	618.339.941	
INVESTIMENTOS	150.000.000	RECEITA OPERACIONAL	593.187.432	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.103.844	RECEITA NAO OPERACIONAL	25.152.509	
DISPENDIOS CORRENTES	587.443.288	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	100.000.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	244.540.000	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	100.000.000	
MATERIAIS E PRODUTOS	4.174.592	TOTAL DAS FONTES	718.339.941	
SERVICOS DE TERCEIROS	101.902.365	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	34.747.736	
UTILIDADES E SERVICOS	15.246.149	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-8.729.132	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	89.460.814	VARIACAO DO DISPONIVEL	-5.811.413	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	132.119.368			
TOTAL DOS USOS	738.547.132	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	738.547.132	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES

39210 COMPANHIA DOCAS DO CEARA - CDC

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	11.866.000	RECEITAS	24.305.624	
INVESTIMENTOS	11.866.000	RECEITA OPERACIONAL	22.993.920	
DISPENDIOS CORRENTES	22.802.296	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.311.704	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.338.753	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	9.916.000	
MATERIAIS E PRODUTOS	318.056	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	9.916.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	6.594.135	TOTAL DAS FONTES	34.221.624	
UTILIDADES E SERVICOS	1.273.433	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.165.464	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.193.279	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.612.136	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	84.640			
TOTAL DOS USOS	34.668.296	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	34.668.296	

39211 COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	27.614.557	RECEITAS	67.011.987	
INVESTIMENTOS	24.750.000	RECEITA OPERACIONAL	52.509.800	
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	2.864.557	RECEITA NAO OPERACIONAL	14.502.187	
OPERACOES INTERNAS	2.864.557	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	21.750.000	
DISPENDIOS CORRENTES	60.564.120	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	21.750.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.572.733	TOTAL DAS FONTES	88.761.987	
MATERIAIS E PRODUTOS	280.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-362.688	
SERVICOS DE TERCEIROS	13.820.220	VARIACAO DO DISPONIVEL	-220.622	
UTILIDADES E SERVICOS	2.200.000			
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	9.174.681			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	14.516.486			
TOTAL DOS USOS	88.178.677	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	88.178.677	

39212 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	29.057.610	RECEITAS	75.719.658	
INVESTIMENTOS	29.057.610	RECEITA OPERACIONAL	63.142.615	
DISPENDIOS CORRENTES	66.604.821	RECEITA NAO OPERACIONAL	12.577.043	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.715.700	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	22.124.000	
MATERIAIS E PRODUTOS	3.042.546	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	22.124.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	17.820.466	TOTAL DAS FONTES	97.843.658	
UTILIDADES E SERVICOS	6.264.512	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	7.796.069	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	9.043.410	VARIACAO DO DISPONIVEL	-9.977.296	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	8.718.187			
TOTAL DOS USOS	95.662.431	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	95.662.431	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

39213 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	135.222.120	RECEITAS	549.678.022
INVESTIMENTOS	121.574.000	RECEITA OPERACIONAL	549.678.022
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	13.648.120	REC. P/AUMENTO PATR. LÍQUIDO	111.500.000
OUTRAS FONTES	13.648.120	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	111.500.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	441.008.668	TOTAL DAS FONTES	661.178.022
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	113.974.334	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	-4.330.547
MATERIAIS E PRODUTOS	2.734.900	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-78.983.090
SERVICOS DE TERCEIROS	127.808.679	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.633.597
UTILIDADES E SERVICOS	16.753.890		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	93.484.212		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	23.456.596		
OUTRAS FONTES	23.456.596		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	62.796.057		
TOTAL DOS USOS	576.230.788	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	576.230.788

39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHAO - CODOMAR			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	400.000	RECEITAS	5.400.000
INVESTIMENTOS	400.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.400.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.636.865	TOTAL DAS FONTES	5.400.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.708.361	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	257.464	VARIACAO DO DISPONIVEL	636.865
SERVICOS DE TERCEIROS	1.449.708		
UTILIDADES E SERVICOS	121.332		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	700.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	400.000		
TOTAL DOS USOS	5.036.865	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	5.036.865

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

39215 COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	29.500.000	RECEITAS	82.658.863
INVESTIMENTOS	29.500.000	RECEITA OPERACIONAL	72.118.686
DISPÊNDIOS CORRENTES	54.450.539	RECEITA NAO OPERACIONAL	10.540.177
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.313.309	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	7.500.000
MATERIAIS E PRODUTOS	2.018.121	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	7.500.000
SERVICOS DE TERCEIROS	18.376.102	TOTAL DAS FONTES	90.158.863
UTILIDADES E SERVICOS	2.569.630	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.176.352
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	12.445.535	VARIACAO DO DISPONIVEL	-5.031.972
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	727.842		
TOTAL DOS USOS	83.950.539	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	83.950.539

39216 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	28.605.400	RECEITAS	117.292.837
INVESTIMENTOS	24.925.000	RECEITA OPERACIONAL	96.722.154
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	3.680.400	RECEITA NAO OPERACIONAL	20.570.683
OPERACOES EXTERNAS	3.680.400	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	51.200.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	147.461.503	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	51.200.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.774.200	TOTAL DAS FONTES	168.492.837
MATERIAIS E PRODUTOS	1.856.823	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-2.643.334
SERVICOS DE TERCEIROS	20.381.646	VARIACAO DO DISPONIVEL	10.217.400
UTILIDADES E SERVICOS	9.968.022		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	9.369.250		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.414.000		
OPERACOES EXTERNAS	2.414.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	45.697.562		
TOTAL DOS USOS	176.066.903	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	176.066.903

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	30.424.853	RECEITAS	48.014.755
INVESTIMENTOS	30.424.853	RECEITA OPERACIONAL	39.723.960
DISPÊNDIOS CORRENTES	50.269.633	RECEITA NAO OPERACIONAL	8.290.795
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.832.737	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	34.537.653
MATERIAIS E PRODUTOS	5.000.466	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	34.537.653
SERVICOS DE TERCEIROS	12.039.069	TOTAL DAS FONTES	82.552.408
UTILIDADES E SERVICOS	1.652.486	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-2.846.571
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	6.754.937	VARIACAO DO DISPONIVEL	988.649
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.989.938		
TOTAL DOS USOS	80.694.486	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	80.694.486

39219 REDE FERROVIARIA FEDERAL SOCIEDADE ANONIMA - RFFSA (EM LIQUIDACAO)			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	209.025.598	RECEITAS	209.026.626
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.807.450	RECEITA OPERACIONAL	3.750.000
MATERIAIS E PRODUTOS	1.570.316	RECEITA NAO OPERACIONAL	205.270.626
SERVICOS DE TERCEIROS	14.099.717	TOTAL DAS FONTES	209.026.626
UTILIDADES E SERVICOS	4.051.922	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	6.265.155
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.213.654	VARIACAO DO DISPONIVEL	-6.266.183
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	149.282.539		
TOTAL DOS USOS	209.025.598	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	209.025.598

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES****41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES****41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	858.318.895	RECEITAS	9.650.000.000	
INVESTIMENTOS	632.406.656	RECEITA OPERACIONAL	9.130.000.000	
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	71.500.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	520.000.000	
OPERACOES INTERNAS	16.500.000	OPERACOES DE CREDITO	200.000.000	
OPERACOES EXTERNAS	55.000.000	OPER.CRED.EXT.-BENS/SERV.	200.000.000	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	154.412.239	TOTAL DAS FONTES	9.850.000.000	
DISPENDIOS CORRENTES	8.204.438.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-233.675.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.142.820.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-553.568.105	
MATERIAIS E PRODUTOS	216.000.000			
SERVICOS DE TERCEIROS	3.465.118.000			
UTILIDADES E SERVICOS	233.000.000			
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	727.500.000			
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	61.000.000			
OPERACOES INTERNAS	18.000.000			
OPERACOES EXTERNAS	40.000.000			
OUTRAS FONTES	3.000.000			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	359.000.000			
TOTAL DOS USOS	9.062.756.895	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	9.062.756.895	

41202 TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS CORRENTES	31.368.540	RECEITAS	27.428.801	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.453.225	RECEITA NAO OPERACIONAL	27.428.801	
MATERIAIS E PRODUTOS	115.570	TOTAL DAS FONTES	27.428.801	
SERVICOS DE TERCEIROS	6.344.625	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-9.250.790	
UTILIDADES E SERVICOS	214.144	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-6.260.179	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.084.647	VARIACAO DO DISPONIVEL	19.450.708	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	17.156.329			
TOTAL DOS USOS	31.368.540	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	31.368.540	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

52000 MINISTERIO DA DEFESA

52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	113.264.641	RECEITAS	2.091.371.795	
INVESTIMENTOS	51.259.999	RECEITA OPERACIONAL	2.035.895.348	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	62.004.642	RECEITA NAO OPERACIONAL	55.476.447	
DISPENDIOS CORRENTES	1.822.268.618	TOTAL DAS FONTES	2.091.371.795	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	568.121.204	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-95.058.706	
MATERIAIS E PRODUTOS	36.679.200	VARIACAO DO DISPONIVEL	-60.779.830	
SERVICOS DE TERCEIROS	681.990.167			
UTILIDADES E SERVICOS	159.015.100			
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	160.528.876			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	215.934.071			
TOTAL DOS USOS	1.935.533.259	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.935.533.259	

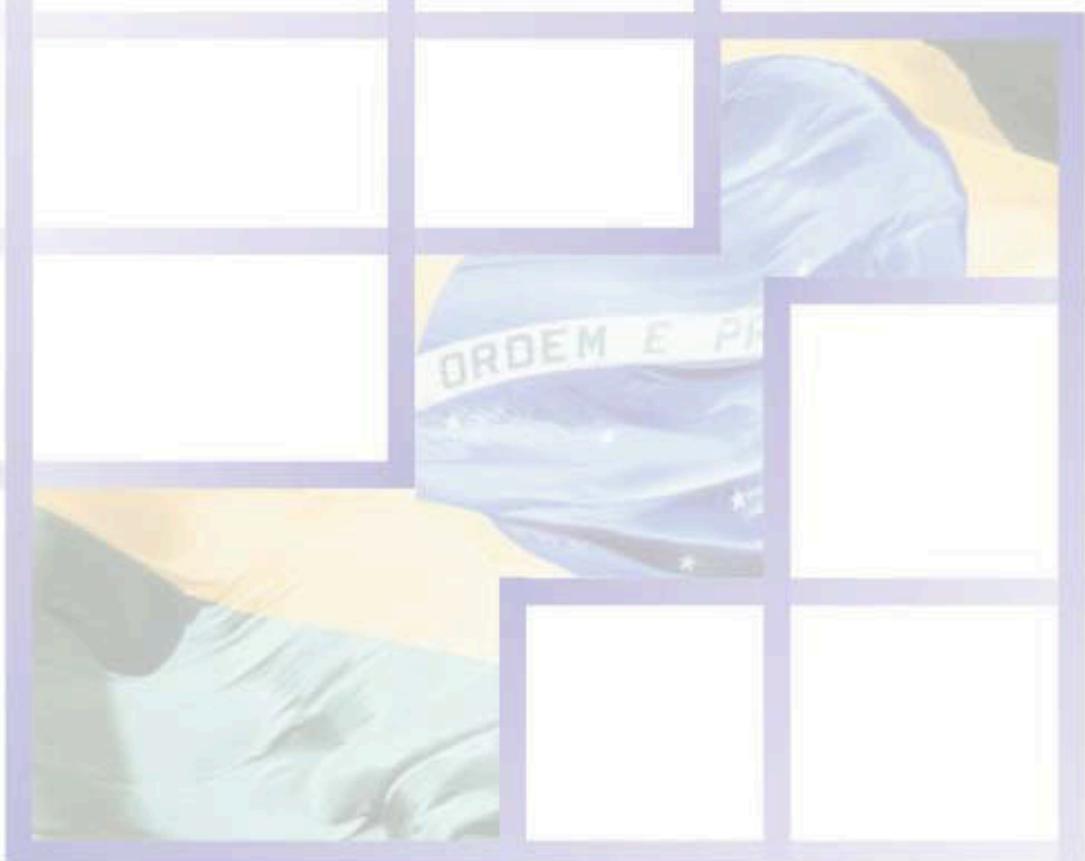
52221 INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.700.000	RECEITAS	78.040.968	
INVESTIMENTOS	1.700.000	RECEITA OPERACIONAL	76.506.254	
DISPENDIOS CORRENTES	77.523.342	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.534.714	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.501.949	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	1.700.000	
MATERIAIS E PRODUTOS	7.537.772	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	1.700.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	17.236.361	TOTAL DAS FONTES	79.740.968	
UTILIDADES E SERVICOS	2.880.571	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	1.033.534	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	4.698.973	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.551.160	
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	8.830.923			
OUTRAS FONTES	8.830.923			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.836.793			
TOTAL DOS USOS	79.223.342	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	79.223.342	

52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMEGEPRON

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS CORRENTES	143.652.859	RECEITAS	159.131.100	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	67.420.000	RECEITA OPERACIONAL	151.991.100	
MATERIAIS E PRODUTOS	33.220.813	RECEITA NAO OPERACIONAL	7.140.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	23.286.476	TOTAL DAS FONTES	159.131.100	
UTILIDADES E SERVICOS	1.097.785	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-15.458.641	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	18.027.785	VARIACAO DO DISPONIVEL	-19.600	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	600.000			
TOTAL DOS USOS	143.652.859	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	143.652.859	

Empresas do Setor Financeiro



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	140.028.126	RECEITA	167.325.370	
INVESTIMENTOS	3.086.000	RECEITA OPERACIONAL	158.325.370	
INVERSOES FINANCEIRAS	30.824.940	RECEITA NAO OPERACIONAL	9.000.000	
AMORTIZACOES PRINCIPAL	106.117.186	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	25.000.000	
OPERACOES INTERNAS	6.688.243	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	25.000.000	
DEMAIS OBRIGACOES	99.428.943	DEMAIS OBRIGACOES	531.315.940	
DISPENDIOS CORRENTES	146.185.544	FND	120.000.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	72.212.536	TRANSFERENCIA DO FAT	330.491.000	
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	30.000	OUTRAS OBRIGACOES	80.824.940	
SERVICOS DE TERCEIROS	16.366.820	TOTAL DAS FONTES	723.641.310	
UTILIDADES E SERVICOS	1.747.289	VARIACAO DO DISPONIVEL	10.128.071	
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	11.826.776			
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	38.018.923			
OPERACOES INTERNAS	2.515.697			
DEPOSITOS	14.706.861			
OUTRAS OBRIGACOES	20.796.365			
DEMAIS DISP. CORRENTES	5.983.200			
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	286.213.670			
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	447.555.711			
TOTAL DOS USOS	733.769.381	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	733.769.381	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25000 MINISTERIO DA FAZENDA

25202 BANCO DA AMAZONIA S.A.

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	243.680.411	RECEITA	1.827.395.177	
INVESTIMENTOS	111.061.665	RECEITA OPERACIONAL	1.825.671.566	
AMORTIZACOES PRINCIPAL	81.037.586	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.723.611	
OPERACOES INTERNAS	81.037.586	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	740.584.000	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	51.581.160	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	1.099.155.000	
DISPENDIOS CORRENTES	1.516.624.730	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	1.099.155.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	226.534.448	DEMAIS OBRIGACOES	217.798.216	
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	23.583.620	DEPOSITOS A VISTA	172.830.216	
SERVICOS DE TERCEIROS	202.193.992	DEPOSITOS A PRAZO	44.968.000	
UTILIDADES E SERVICOS	37.924.402	TOTAL DAS FONTES	3.884.932.393	
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	186.839.279	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-92.167.311	
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	430.000.991	VARIACAO DO DISPONIVEL	-125.947.141	
OPERACOES INTERNAS	132.523.472			
OPERACOES EXTERNAS	9.418.500			
DEPOSITOS	288.059.019			
DEMAIS DISP. CORRENTES	409.547.998			
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.760.305.141			
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	1.906.512.800			
TOTAL DOS USOS	3.666.817.941	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.666.817.941	

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	498.519.615	RECEITA	3.879.644.127	
INVESTIMENTOS	129.457.909	RECEITA OPERACIONAL	3.875.559.477	
INVERSOES FINANCEIRAS	100.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.084.650	
AMORTIZACOES PRINCIPAL	349.751.706	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	2.366.208.000	
OPERACOES INTERNAS	277.151.726	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	620.100.000	
OPERACOES EXTERNAS	72.310.180	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	40.500.000	
OPERACOES RES. 63	289.800	OPER.CRED. EXTERNAS	289.800.000	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	19.210.000	OPER. RESOLUCAO 63	289.800.000	
DISPENDIOS CORRENTES	3.278.372.072	DEMAIS OBRIGACOES	347.992.003	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	329.116.607	DEPOSITOS A VISTA	11.672.535	
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	4.506.337	DEPOSITOS A PRAZO	336.319.468	
SERVICOS DE TERCEIROS	269.989.198	TOTAL DAS FONTES	7.213.944.130	
UTILIDADES E SERVICOS	39.411.213	VAR.OBRIG.EMPREST.C. PRAZO	-30.900.000	
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	184.904.687	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	2.247.547.817	
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	1.416.028.258	VARIACAO DO DISPONIVEL	-52.642.481	
OPERACOES INTERNAS	82.161.563			
OPERACOES EXTERNAS	40.788.411			
OPERACOES RESOLUCAO 63	141.145			
DEPOSITOS	184.570.000			
OUTRAS OBRIGACOES	1.108.367.139			
DEMAIS DISP. CORRENTES	1.034.415.772			
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	3.776.891.687			
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	5.601.057.779			
TOTAL DOS USOS	9.377.949.466	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	9.377.949.466	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	278.697.477	RECEITA	5.230.717.608
INVESTIMENTOS	28.762.599	RECEITA OPERACIONAL	5.189.039.438
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.588.918	RECEITA NAO OPERACIONAL	41.678.170
OUTROS DISP. DE CAPITAL	248.345.960	TOTAL DAS FONTES	5.230.717.608
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.704.692.380	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	255.786.992
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91.417.445	VARIACAO DO DISPONIVEL	-503.114.743
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	597.431		
SERVICOS DE TERCEIROS	81.321.632		
UTILIDADES E SERVICOS	3.048.220		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	445.402.432		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	8.172.256		
OUTRAS OBRIGACOES	8.172.256		
DEMAIS DISP. CORRENTES	4.074.732.964		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	4.983.389.857		
TOTAL DOS USOS	4.983.389.857	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.983.389.857

25220 CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.423.688.644	RECEITA	32.185.123.375
INVESTIMENTOS	812.247.471	RECEITA OPERACIONAL	32.044.027.894
AMORTIZACOES PRINCIPAL	5.746.421	RECEITA NAO OPERACIONAL	141.095.481
OPERACOES EXTERNAS	5.746.421	DEMAIS OBRIGACOES	16.686.195.601
OUTROS DISP. DE CAPITAL	605.694.752	DEPOSITOS A VISTA	624.720.347
DISPÊNDIOS CORRENTES	30.363.485.021	DEPOSITOS A PRAZO	16.061.475.254
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.920.618.402	TOTAL DAS FONTES	48.871.318.976
SERVICOS DE TERCEIROS	3.874.418.970	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-3.610.745.875
UTILIDADES E SERVICOS	805.548.248	VARIACAO DO DISPONIVEL	-3.117.652
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.557.976.787		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	18.125.119.695		
OPERACOES EXTERNAS	5.700.839		
DEPOSITOS	9.671.296.310		
OUTRAS OBRIGACOES	8.448.122.546		
DEMAIS DISP. CORRENTES	1.079.802.919		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	31.787.173.665		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	13.470.281.784		
TOTAL DOS USOS	45.257.455.449	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	45.257.455.449

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25234 BANCO DO BRASIL S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	12.598.455.610	RECEITA	46.335.895.548
INVESTIMENTOS	1.616.509.095	RECEITA OPERACIONAL	45.228.049.732
AMORTIZACOES PRINCIPAL	10.239.341.374	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.107.845.816
OPERACOES INTERNAS	3.006.500.874	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	855.436.800
OPERACOES EXTERNAS	7.232.840.500	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	13.158.469.100
OUTROS DISP. DE CAPITAL	742.605.141	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	5.925.628.600
DISPENDIOS CORRENTES	34.344.585.891	OPER.CRED. EXTERNAS	7.232.840.500
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.105.376.018	DEMAIS OBRIGACOES	13.832.075.666
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	123.301.201	DEPOSITOS A VISTA	1.730.069.771
SERVICOS DE TERCEIROS	3.606.711.128	DEPOSITOS A PRAZO	6.073.073.620
UTILIDADES E SERVICOS	607.622.685	OUTRAS OBRIGACOES	6.028.932.275
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	3.404.423.479	TOTAL DAS FONTES	74.181.877.114
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	15.029.098.024	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-17.922.780.386
OPERACOES INTERNAS	511.826.104	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.084.556.356
OPERACOES EXTERNAS	301.951.488		
DEPOSITOS	7.082.775.499		
OUTRAS OBRIGACOES	7.132.544.933		
DEMAIS DISP. CORRENTES	4.468.053.356		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	46.943.041.501		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	10.400.611.583		
TOTAL DOS USOS	57.343.653.084	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	57.343.653.084

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	476.625.823	RECEITA	621.357.421
OUTROS DISP. DE CAPITAL	476.625.823	RECEITA OPERACIONAL	621.357.421
DISPENDIOS CORRENTES	119.646.026	TOTAL DAS FONTES	621.357.421
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.065.328	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-25.066.097
SERVICOS DE TERCEIROS	20.359.350	VARIACAO DO DISPONIVEL	-19.475
UTILIDADES E SERVICOS	1.327.986		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	66.341.900		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	17.351		
OUTRAS OBRIGACOES	17.351		
DEMAIS DISP. CORRENTES	11.534.111		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	596.271.849		
TOTAL DOS USOS	596.271.849	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	596.271.849

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25236 BB ADMINISTRACAO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPENDIOS DE CAPITAL	300.426.900	RECEITA	1.524.557.638	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	300.426.900	RECEITA OPERACIONAL	1.524.557.638	
DISPENDIOS CORRENTES	1.224.130.737	TOTAL DAS FONTES	1.524.557.638	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.812.277	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	427.845	
SERVICOS DE TERCEIROS	909.287.370	VARIACAO DO DISPONIVEL	-427.846	
UTILIDADES E SERVICOS	5.380.194			
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	259.870.218			
DEMAIS DISP. CORRENTES	22.780.678			
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.524.557.637			
TOTAL DOS USOS	1.524.557.637	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.524.557.637	

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL				R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPENDIOS DE CAPITAL	489.986.131	RECEITA	139.879.394	
INVESTIMENTOS	480.000.000	RECEITA OPERACIONAL	139.879.394	
AMORTIZACOES PRINCIPAL	7.921.158	RETORNO DE OPER. DE CREDITO	420.000.000	
OPERACOES INTERNAS	7.921.158	TOTAL DAS FONTES	559.879.394	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.064.973	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	61.424.379	
DISPENDIOS CORRENTES	131.619.501	VARIACAO DO DISPONIVEL	301.859	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.585.479			
SERVICOS DE TERCEIROS	22.892.449			
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	11.241.204			
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	75.712.070			
OPERACOES INTERNAS	9.484.228			
DEPOSITOS	66.227.842			
DEMAIS DISP. CORRENTES	19.188.299			
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	621.605.632			
TOTAL DOS USOS	621.605.632	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	621.605.632	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25245 BB LEASING COMPANY LIMITED			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	260.000	RECEITA	2.639.000
SERVICOS DE TERCEIROS	260.000	RECEITA OPERACIONAL	2.639.000
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	260.000	TOTAL DAS FONTES	2.639.000
		OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-2.080.000
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-299.000
TOTAL DOS USOS	260.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	260.000

25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	50.720.000	RECEITA	186.932.430
SERVICOS DE TERCEIROS	1.760.000	RECEITA OPERACIONAL	186.932.430
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	48.960.000	TOTAL DAS FONTES	186.932.430
OPERACOES EXTERNAS	48.960.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-135.680.000
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	50.720.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-532.430
TOTAL DOS USOS	50.720.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	50.720.000

25257 BANCO DO ESTADO DO CEARA S.A. - BEC			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	53.806.254	RECEITA	384.910.198
INVESTIMENTOS	36.104.558	RECEITA OPERACIONAL	383.366.927
AMORTIZACOES PRINCIPAL	201.696	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.543.271
OPERACOES INTERNAS	201.696	DEMAIS OBRIGACOES	97.079.715
OUTROS DISP. DE CAPITAL	17.500.000	DEPOSITOS A VISTA	-1.224.409
DISPENDIOS CORRENTES	365.533.412	DEPOSITOS A PRAZO	87.215.593
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.365.100	OUTRAS OBRIGACOES	11.088.531
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	4.092	TOTAL DAS FONTES	481.989.913
SERVICOS DE TERCEIROS	72.562.767	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-64.837.582
UTILIDADES E SERVICOS	16.362.745	VARIACAO DO DISPONIVEL	46.662.751
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	35.419.019		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	144.047.861		
OPERACOES INTERNAS	17.946		
DEPOSITOS	73.688.371		
OUTRAS OBRIGACOES	70.341.544		
DEMAIS DISP. CORRENTES	33.771.828		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	419.339.666		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	44.475.416		
TOTAL DOS USOS	463.815.082	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	463.815.082

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25259 BEC DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	1.270.827	RECEITA	3.315.209
SERVICOS DE TERCEIROS	67.595	RECEITA OPERACIONAL	3.307.795
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.184.115	RECEITA NAO OPERACIONAL	7.414
DEMAIS DISP. CORRENTES	19.117	TOTAL DAS FONTES	3.315.209
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.270.827	VARIACAO DO DISPONIVEL	-2.044.382
TOTAL DOS USOS	1.270.827	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.270.827

25266 BANCO DO ESTADO DO PIAUI S.A. - BEP			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	8.280.000	RECEITA	50.254.000
INVESTIMENTOS	3.400.000	RECEITA OPERACIONAL	50.200.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	3.180.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	54.000
OPERACOES INTERNAS	3.000.000	DEMAIS OBRIGACOES	45.000.000
DEMAIS OBRIGACOES	180.000	DEPOSITOS A VISTA	15.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.700.000	DEPOSITOS A PRAZO	10.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	50.828.000	OUTRAS OBRIGACOES	20.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.303.000	TOTAL DAS FONTES	95.254.000
SERVICOS DE TERCEIROS	13.400.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-1.900.000
UTILIDADES E SERVICOS	2.600.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-26.746.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	2.930.000		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	14.100.000		
OPERACOES INTERNAS	100.000		
DEPOSITOS	9.000.000		
OUTRAS OBRIGACOES	5.000.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	1.495.000		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	59.108.000		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	7.500.000		
TOTAL DOS USOS	66.608.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	66.608.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25271 BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	24.752.090	RECEITA	681.864.226
INVESTIMENTOS	22.270.080	RECEITA OPERACIONAL	664.849.906
AMORTIZACOES PRINCIPAL	2.482.010	RECEITA NAO OPERACIONAL	17.014.320
OPERACOES INTERNAS	2.482.010	DEMAIS OBRIGACOES	567.927.063
DISPENDIOS CORRENTES	662.578.465	DEPOSITOS A VISTA	77.435.634
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	173.192.139	DEPOSITOS A PRAZO	130.982.269
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	4.871.600	OUTRAS OBRIGACOES	359.509.160
SERVICOS DE TERCEIROS	84.875.935	TOTAL DAS FONTES	1.249.791.289
UTILIDADES E SERVICOS	13.089.858	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-532.662.445
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	20.146.246	VARIACAO DO DISPONIVEL	15
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	349.013.605		
OPERACOES INTERNAS	2.766.447		
DEPOSITOS	130.982.269		
OUTRAS OBRIGACOES	215.264.889		
DEMAIS DISP. CORRENTES	17.389.082		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	687.330.555		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	29.798.304		
TOTAL DOS USOS	717.128.859	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	717.128.859

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - BESCVAL		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	371.580	RECEITA	1.162.335
OUTROS DISP. DE CAPITAL	371.580	RECEITA OPERACIONAL	1.162.335
DISPENDIOS CORRENTES	671.520	TOTAL DAS FONTES	1.162.335
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	235.779	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-119.234
SERVICOS DE TERCEIROS	103.348	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1
UTILIDADES E SERVICOS	4.837		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	123.600		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	178.013		
OUTRAS OBRIGACOES	178.013		
DEMAIS DISP. CORRENTES	25.943		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.043.100		
TOTAL DOS USOS	1.043.100	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.043.100

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

25273 BESC FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS - BSCREDI			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	8.141.808	RECEITA	53.647.498
OUTROS DISP. DE CAPITAL	8.141.808	RECEITA OPERACIONAL	53.340.731
DISPENDIOS CORRENTES	41.857.384	RECEITA NAO OPERACIONAL	306.767
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.328.656	DEMAIS OBRIGACOES	36.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	316.512	DEPOSITOS A PRAZO	36.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	6.700.739	TOTAL DAS FONTES	89.647.498
UTILIDADES E SERVICOS	397.990	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-12.306.239
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	3.150.371	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	24.005.194		
DEPOSITOS	23.723.194		
OUTRAS OBRIGACOES	282.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	957.922		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	49.999.192		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	27.342.066		
TOTAL DOS USOS	77.341.258	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	77.341.258

25274 BESC S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL			
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.160.313	RECEITA	2.882.894
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.160.313	RECEITA OPERACIONAL	2.882.894
DISPENDIOS CORRENTES	910.317	TOTAL DAS FONTES	2.882.894
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	182.803	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-812.263
SERVICOS DE TERCEIROS	177.862	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	525.232		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	9.096		
DEPOSITOS	3.196		
OUTRAS OBRIGACOES	5.900		
DEMAIS DISP. CORRENTES	15.324		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	2.070.630		
TOTAL DOS USOS	2.070.630	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.070.630

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25275 BESC S.A. - CREDITO IMOBILIARIO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	184.482.755	RECEITA	220.269.777
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.616.589	RECEITA OPERACIONAL	220.097.891
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	1.062.306	RECEITA NAO OPERACIONAL	171.886
SERVICOS DE TERCEIROS	18.581.074	DEMAIS OBRIGACOES	128.362.361
UTILIDADES E SERVICOS	2.161.901	DEPOSITOS A PRAZO	128.362.361
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	13.703.342	TOTAL DAS FONTES	348.632.138
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	125.278.830	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-164.417.865
DEPOSITOS	110.640.222	VARIACAO DO DISPONIVEL	479.723
OUTRAS OBRIGACOES	14.638.608		
DEMAIS DISP. CORRENTES	2.078.713		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	184.482.755		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	211.241		
TOTAL DOS USOS	184.693.996	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	184.693.996

25279 BB BANCO POPULAR DO BRASIL S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	374.671.905	RECEITA	420.544.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.733.219	RECEITA OPERACIONAL	420.544.000
SERVICOS DE TERCEIROS	280.369.686	DEMAIS OBRIGACOES	85.219.134
UTILIDADES E SERVICOS	28.142.000	DEPOSITOS A VISTA	85.219.134
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	36.161.000	TOTAL DAS FONTES	505.763.134
DEMAIS DISP. CORRENTES	16.266.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	12.949.791
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	374.671.905	VARIACAO DO DISPONIVEL	45.901.209
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	189.942.229		
TOTAL DOS USOS	564.614.134	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	564.614.134

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.244.782	RECEITA	51.923.390
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.244.782	RECEITA OPERACIONAL	51.378.580
DISPENDIOS CORRENTES	43.667.041	RECEITA NAO OPERACIONAL	544.810
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.803.079	TOTAL DAS FONTES	51.923.390
SERVICOS DE TERCEIROS	27.847.025	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-7.012.918
UTILIDADES E SERVICOS	100.005	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.351
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	11.483.524		
DEMAIS DISP. CORRENTES	1.433.408		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	44.911.823		
TOTAL DOS USOS	44.911.823	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	44.911.823

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES****28000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR****28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	16.452.542.394	RECEITA	26.500.185.000	
INVESTIMENTOS	51.892.394	RECEITA OPERACIONAL	22.889.550.000	
INVERSOES FINANCEIRAS	633.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.610.635.000	
AMORTIZACOES PRINCIPAL	13.857.650.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	3.750.900.000	
OPERACOES INTERNAS	602.650.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	150.900.000	
OPERACOES EXTERNAS	3.850.000.000	OPER.CRED. EXTERNAS	2.000.000.000	
DEMAIS OBRIGACOES	9.405.000.000	VARIACAO CAMBIAL	1.600.000.000	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.910.000.000	DEMAIS OBRIGACOES	28.834.330.000	
DISPENDIOS CORRENTES	17.910.356.597	TESOURO	2.200.000.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	466.524.212	FND	700.000.000	
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	3.582.616	TRANSFERENCIA DO FAT	10.000.000.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	208.268.683	OUTRAS OBRIGACOES	15.934.330.000	
UTILIDADES E SERVICOS	14.779.500	TOTAL DAS FONTES	59.085.415.000	
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.650.000.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-2.231.000.000	
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	15.433.850.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	372.383.991	
OPERACOES INTERNAS	333.850.000			
OPERACOES EXTERNAS	1.600.000.000			
VARIACAO CAMBIAL	1.600.000.000			
OUTRAS OBRIGACOES	11.900.000.000			
DEMAIS DISP. CORRENTES	133.351.586			
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	34.362.898.991			
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	22.863.900.000			
TOTAL DOS USOS	57.226.798.991	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	57.226.798.991	

28235 BNDES PARTICIPACOES S.A. - BNDESPAR

USOS	VALOR	FONTES	VALOR	R\$ 1,00
DISPENDIOS DE CAPITAL	13.281.500.000	RECEITA	11.275.000.000	
INVERSOES FINANCEIRAS	2.216.500.000	RECEITA OPERACIONAL	11.035.400.000	
AMORTIZACOES PRINCIPAL	9.100.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	239.600.000	
OPERACOES INTERNAS	8.000.000.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	3.095.000.000	
DEMAIS OBRIGACOES	1.100.000.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	3.050.000.000	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.965.000.000	VARIACAO CAMBIAL	45.000.000	
DISPENDIOS CORRENTES	3.589.556.082	DEMAIS OBRIGACOES	2.750.000.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.354.658	TESOURO	1.650.000.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	16.782.187	OUTRAS OBRIGACOES	1.100.000.000	
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	915.000.000	TOTAL DAS FONTES	17.120.000.000	
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.542.000.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-245.000.000	
OPERACOES INTERNAS	550.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-3.943.918	
VARIACAO CAMBIAL	45.000.000			
OUTRAS OBRIGACOES	1.947.000.000			
DEMAIS DISP. CORRENTES	15.419.237			
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	16.871.056.082	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	16.871.056.082	
TOTAL DOS USOS	16.871.056.082			

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2006

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

28236 AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	9.125.000.000	RECEITA	8.120.810.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	8.710.000.000	RECEITA OPERACIONAL	6.255.700.000
OPERACOES INTERNAS	8.380.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.865.110.000
DEMAIS OBRIGACOES	330.000.000	REC. P/AUMENTO DO PATR. LIQ.	600.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	415.000.000	PARTICIPACAO NO CAPITAL	600.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	5.655.742.208	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	18.140.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.366.212	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	17.490.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	11.425.260	VARIACAO CAMBIAL	650.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	355.000.000	DEMAIS OBRIGACOES	210.000.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	5.245.510.000	TESOURO	210.000.000
OPERACOES INTERNAS	3.520.000.000	TOTAL DAS FONTES	27.070.810.000
VARIACAO CAMBIAL	650.110.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-200.000.000
OUTRAS OBRIGACOES	1.075.400.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	448.932.208
DEMAIS DISP. CORRENTES	5.440.736		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	14.780.742.208		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	12.539.000.000		
TOTAL DOS USOS	27.319.742.208	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	27.319.742.208

O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001-CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

- até 6/9 - publicação e distribuição de avulsos;
- até 20/9 - prazo para realização de audiências públicas;
- até 25/9 - prazo para apresentação do parecer preliminar, perante a Comissão;
- até 28/9 - prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar;
- até 4/10 - prazo para votação do parecer preliminar com emendas pela Comissão;
- até 19/10 - prazo para apresentação de emendas perante a comissão;
- até 24/10 - prazo para publicação e distribuição de avulsos;
- até 14/11 - prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais pela subcomissão;
- até 4/12 - prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do parecer final;
- até 9/12 - prazo para a sistematização do parecer sobre o projeto, e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;
- até 14/12 - prazo para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo.



EDIÇÃO DE HOJE: 194 PÁGINAS